



PLANO MUSEOLÓGICO
MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

SUMÁRIO

Apresentação e metodologia	4
Parte I – Caracterização, planejamento conceitual, diagnóstico e objetivos estratégicos	6
1. Caracterização do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro	6
1.1. Descrição da instituição museológica	6
1.2. Histórico	7
1.3. Breve histórico sobre as obras para implementação da unidade do MIS em Copacabana	18
1.4. Gestores	20
2. Planejamento conceitual	21
2.1. Missão	22
2.2. Visão	22
2.3. Valores	22
2.4. Objetivos estratégicos	23
3. Diagnóstico	24
Parte II – Programas	30
1. Programa Institucional	30
2. Programa de Gestão de Pessoas	35
2.1. Organograma	37
3. Programa de Acervos	40
4. Programa de Exposições	49
5. Programa Educativo e Cultural	54
6. Programa de Pesquisa	61
7. Programa Arquitetônico-Urbanístico	65
8. Programa de Segurança	73
9. Programa de Financiamento e Fomento	78
10. Programa de Comunicação	83
11. Programa Socioambiental	88
12. Programa de Acessibilidade Universal	96
Considerações finais	102
Referências	103
Anexo Único - Equipe Técnica MIS: descrição de cargos	109

Esse é um documento colaborativo, tendo participado da redação:

Museólogas responsáveis técnicas, Museo Museologia e Museografia: Daniela Camargo (COREM 0734-I), Fernanda Terra (COREM 1454-II) e Mariana Santana (COREM 0765-I).

Patrimônio e Cultura, Fundação Roberto Marinho: Ana Candida Moura, Larissa Graça e Raquel Ferreira.

Superintendência de Museus, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro: Ingrid Fiorante e Lucienne Figueiredo.

Fundação Museu da Imagem e do Som: Ursula Resende.

Revisão ortográfica: Gustavo Barbosa.

Apresentação e metodologia

De acordo com o Art. 45 do Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, “o Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade” (IBRAM, 2016, p. 30).

O Plano Museológico é, portanto, um documento que tem por objetivo operacionalizar ordenadamente as atividades dos museus. Nele, constam as definições do modelo de governança e das principais diretrizes curatoriais que pautam a identidade da instituição, além de situar a conjuntura inerente às áreas técnicas, apontando as necessidades de planejamento.

O desenvolvimento do presente Plano Museológico do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS) abrange o planejamento estratégico para os próximos cinco anos de atuação do Museu, considerando a atual mudança de cenário da gestão da Instituição, que passará a ser gerenciada por uma Organização Social (OS) de cultura. O planejamento também considera a trajetória do Museu, que em 2025 completou 60 anos de atuação, consolidado como de significativa relevância pela sua forma de atuação e magnitude dos acervos sob sua guarda.

Este documento foi elaborado pela Museo Museologia e Museografia, redigido por Daniela Camargo (COREM 0734-I), Fernanda Terra (COREM 1454-II) e Mariana Santana (COREM 0765-I), como parte do processo de retomada do projeto de implantação na nova unidade do MIS, em Copacabana, com o intuito de integrar o rol de documentação que compõe o edital de parceria para gestão por Organização Social deste equipamento cultural pertencente à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro (SECEC-RJ) e que foi concebido e está sendo implantado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Fundação Roberto Marinho (FRM), com recursos próprios do Governo, e de parceiros privados via leis federal (Rouanet) e estadual (ICMS/RJ) de incentivo à cultura.

A equipe realizou uma análise detalhada e comparativa entre o Plano Museológico de 2014-2015 (PM 2015) — desenvolvido pela Museo em parceria com a Fundação Roberto Marinho, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com a Superintendência de Museus do Rio de Janeiro, e a Fundação Museu da Imagem e do Som (FMIS), com foco na nova sede de Copacabana — e o Plano Museológico 2023-2028 (PM 2023) — elaborado pela equipe técnica da FMIS.

Fizeram parte da metodologia aplicada no desenvolvimento deste trabalho, além do exame dos dois documentos supramencionados, identificando seus pontos fortes e fragilidades, a análise de novos documentos em processo de atualização pela Fundação Roberto Marinho e a realização de reuniões com a FRM, SECEC-RJ e FMIS, de modo a levantar subsídios para a construção do presente Plano, que reúne e atualiza as informações mais relevantes, servindo como base conceitual para o novo ciclo de gestão do MIS.

O documento se estrutura conforme o Estatuto de Museus e está organizado de acordo com as orientações do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), consistindo em duas partes principais: Parte I – Caracterização, planejamento conceitual, diagnóstico e objetivos estratégicos; e Parte II – Programas. Foram considerados os doze programas, a saber: Institucional; Gestão de Pessoas; Acervos; Exposições; Educativo e Cultural; Pesquisa; Arquitetônico-Urbânico; Segurança; Financiamento e Fomento; Comunicação; Socioambiental; e Acessibilidade Universal. Apesar da separação formal entre os programas, ressalta-se que as ações pertinentes aos mesmos atuam em sinergia e transversalidade, com o objetivo de cumprir a missão museal do MIS.

A escolha por uma redação enxuta e assertiva, comparativamente aos documentos de base — PM 2015 e PM 2023 —, tem relação com a perspectiva de que este Plano Museológico deve servir de guia de consulta permanente, tanto para os responsáveis pela gestão do equipamento cultural quanto para suas equipes e colaboradores. Isso fortalece o objetivo de ser um roteiro orientador para o gerenciamento do espaço e o alcance de metas, ponto de partida para iniciativas que colaborem para o pleno funcionamento da Instituição, desenvolvendo suas potencialidades e cumprindo com seu papel social. Ainda assim, optou-se por reiterar informações que dizem respeito a mais de um capítulo, reforçando questões que são comuns ou tangenciam diferentes Programas. O leitor observará que determinados assuntos são retomados ao longo do texto, enfatizando o caráter transversal e integrado do planejamento museológico. Essa estratégia garante que, mesmo em leituras isoladas de determinados Programas, não haja perda substancial de informações relevantes para a compreensão do todo — embora o ideal seja conhecer o conteúdo completo.

Com o novo ciclo de gestão do Museu em operação, a equipe deverá fazer diagnósticos frequentes para aferir os resultados alcançados. Conforme o Estatuto de Museus, o Plano Museológico deve ser avaliado permanentemente e revisado com um intervalo médio de três a cinco anos, sempre em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Museus instituída pelo Ministério da Cultura.

Parte I – Caracterização, planejamento conceitual, diagnóstico e objetivos estratégicos

1. Caracterização do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro

1.1. Descrição da instituição museológica

O Museu da Imagem e do Som (MIS) é um equipamento cultural do Governo do Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ).

Atualmente dispõe de duas sedes localizadas no Centro da cidade do Rio de Janeiro — na Praça XV e na Lapa — destinadas às atividades culturais, administrativas e técnicas, gerenciadas pela Fundação Museu da Imagem e do Som do Estado do Rio de Janeiro (FMIS), vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ), além de uma nova unidade em construção na Avenida Atlântica, em Copacabana, na Zona Sul.

O MIS insere-se no contexto dos museus dedicados às linguagens contemporâneas e aos registros imateriais da cultura. Seu conceito baseia-se na ampliação da noção de patrimônio, incorporando a memória imagética e sonora como expressões fundamentais da identidade e da criatividade brasileira.

Com o compromisso de preservar, produzir e difundir o patrimônio imagético e sonoro carioca e fluminense, o Museu constitui-se um espaço de reflexão crítica sobre a criatividade, a identidade do Rio de Janeiro e a história do Brasil. Por meio de seu acervo, promove o encontro entre memória local e história nacional, atuando também como espaço de convergência entre arte, tecnologia e memória social, refletindo as transformações da cultura urbana e dos meios de comunicação, reforçando o papel da cultura como elemento formador da sociedade. Com a nova unidade em Copacabana, o MIS revitaliza seu compromisso ao propor uma experiência museológica interativa e acessível, potencializando o caráter educativo e comunicacional de sua atuação e expandindo as formas de fruição de seu patrimônio.

Considerando que o Rio de Janeiro é um dos principais polos da indústria cultural e criativa do país, com forte influência e impacto econômico em setores como telecomunicações (rádio, televisão), artes visuais, música, cinema, design, moda e turismo, o MIS detém o mais significativo acervo de imagem e som do estado. Um acervo que documenta a história da música popular, das comunicações e da cultura de massas, bem como as trajetórias de vida e a produção de artistas e personalidades atuantes nos campos da música, rádio, fotografia, teatro, cinema, televisão e indústria cultural. Nesse sentido, o Museu desempenha papel estratégico na promoção do conhecimento, no fortalecimento das políticas de memória e na valorização da criatividade popular, assim como na formação e produção cultural da cidade e

da sociedade, contribuindo para a construção de identidades e para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

Por meio de suas exposições, cursos, seminários, filmes, eventos e seu centro de pesquisa, documentação e produção de acervo, o MIS estimula novas criações e dinamiza a cultura, ao integrar a memória da cidade ao contexto histórico nacional. Reafirmando seu compromisso com a democratização do acesso à cultura e com a preservação do patrimônio imagético e sonoro, é uma inspiração para outros museus de imagem e do som no país.

1.2. Histórico

A criação do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro insere-se no contexto político e cultural dos anos 1960, marcado pela transferência da capital federal para Brasília e pela consequente formação do Estado da Guanabara. Nesse cenário, o Rio de Janeiro buscava reafirmar-se como capital cultural do país e polo de produção simbólica e artística, mesmo após perder o *status* de capital federal.

Sob o governo de Carlos Lacerda, delinearam-se as bases ideológicas que orientaram a criação do MIS. Inspirado por um projeto de modernização e comunicação política, Lacerda procurou posicionar a Guanabara como vanguarda cultural, utilizando a radiodifusão, a imprensa e a televisão como instrumentos estratégicos de difusão e identidade. Promoveu uma imagem idealizada do Rio — moderna e cosmopolita, mas enraizada em sua tradição — exaltando tanto o patrimônio histórico e a paisagem tropical quanto o espírito popular carioca, alegre, criativo, ligado ao samba e ao carnaval, como expressões da brasilidade.

As comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, em 1965, marcaram o ponto culminante da política de afirmação da cidade-estado promovida por Lacerda, que utilizou a ampla programação festiva para divulgar o “Novo Rio”, símbolo de modernização e orgulho cívico. Diversas inaugurações integraram os festejos — entre elas o Aterro do Flamengo, a Sala Cecília Meireles, a nova iluminação do Cristo Redentor e o Museu da Imagem e do Som, inaugurado em 3 de setembro, na Praça XV. O MIS destacou-se como um dos principais marcos dessa política cultural, consolidando-se como o primeiro museu da imagem e do som do país e símbolo da união entre tradição, modernidade e projeção internacional do Rio de Janeiro.

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro foi instituído por dois atos oficiais do Governo do Estado da Guanabara, ambos datados de 24 de abril de 1964. O Decreto E. nº 385 criou uma comissão de intelectuais encarregada de adotar as medidas necessárias à instituição da Fundação Vieira Fazenda, enquanto o Decreto P. nº 1940 designou seus membros. A Fundação tornou-se a entidade mantenedora do Museu, assumindo a missão de

organizar, preservar e difundir acervos de relevante valor histórico e cultural, reafirmando o compromisso do Estado da Guanabara com a salvaguarda da memória e da produção imagética e sonora do país. O MIS consolidou uma proposta pioneira e dinâmica, voltada à documentação e à comunicação, unindo acervo, pesquisa e criação. Desde sua origem, o Museu se constituiu como um centro de pesquisa e reflexão sobre a cultura contemporânea, atuando também como espaço de produção de conhecimento e de valorização da memória coletiva.

O Banco do Estado da Guanabara (BEG) teve papel decisivo na consolidação do MIS, ao financiar a aquisição das primeiras coleções, a instalação e a manutenção do Museu. O apoio do Banco também possibilitou o restauro do edifício histórico localizado na Praça XV. Construído para ser o Pavilhão do Distrito Federal na Exposição Internacional do Centenário de 1922, o imóvel foi escolhido para sediar o MIS — iniciativa que simbolizou a integração entre modernização urbana e valorização do patrimônio cultural.

Maurício Quadrio, radialista, crítico musical, produtor de discos e documentarista, foi o principal colaborador de Carlos Lacerda na criação de um centro de documentação audiovisual que deu origem ao MIS. Entre 1960 e 1961, doou ao Estado da Guanabara sua coleção de 3 mil discos raros em 78 rpm, criando assim a Discoteca Pública do Estado da Guanabara, que formou o núcleo inicial de registros sonoros do Museu. Quadrio foi nomeado diretor e responsável pela organização do novo setor, então vinculado à Rádio Roquette Pinto. Foi ele que sugeriu o nome Museu da Imagem e do Som, presidiu a Fundação Vieira Fazenda e coordenou as ações que estruturaram a Instituição. Reconhecido como um dos principais produtores fonográficos do país, Quadrio foi responsável por gravações históricas que deram origem ao Selo MIS.

O primeiro acervo adquirido para a criação do MIS foi a coleção de imagens produzidas pelo fotógrafo Augusto Malta, comprada pelo BEG em abril de 1964. Suas imagens documentam as transformações urbanas promovidas por Pereira Passos, além de eventos e personalidades que marcaram a modernização do Rio de Janeiro, no início do século XX. A Coleção Augusto Malta inclui também registros da vida cotidiana, revelando a dimensão social e popular da cidade. No mesmo ano, foi adquirida a Coleção Guilherme Santos, de fotografias estereoscópicas com vistas em 3D do Rio de Janeiro no período compreendido entre a Primeira Guerra Mundial e a Exposição do Centenário da Independência, destacando sua paisagem, modernização e vida esportiva.

Outras coleções fundamentais para a formação inicial do acervo do MIS foram a Coleção Almirante e a Coleção Lúcio Rangel. A primeira resultou de uma negociação conduzida diretamente por Carlos Lacerda com o próprio Henrique Foréis Domingues, o Almirante —

radialista, compositor, cantor e pesquisador considerado uma das maiores referências do rádio brasileiro, cuja trajetória foi marcada pela valorização do folclore e da música popular do país. Reunindo discos raros, partituras, livros, instrumentos musicais e objetos emblemáticos — como a mesa do Café Nice, ponto de encontro de compositores e sambistas — a coleção foi validada pela Universidade do Estado da Guanabara, reforçando o valor histórico e cultural do acervo e aproximando o Museu das raízes populares e urbanas da identidade carioca. A Coleção Lúcio Rangel — formada por cerca de 16 mil discos, em sua maioria de 78 rpm, provenientes da Casa Edison, primeira empresa fonográfica do Brasil — reforçou o reconhecimento da música popular como expressão legítima da cultura brasileira.

Outra contribuição fundamental para o acervo inicial do MIS foi a Coleção de Portugal, selecionada por Carlos Lacerda em Lisboa, que destacava a herança portuguesa do Rio de Janeiro por meio de retratos da Casa de Bragança, gravuras e documentos sobre a formação da cidade. O conjunto incluía cerca de 1.500 gravuras de artistas como Victor Frond, Johann Moritz Rugendas, Jean-Baptiste Debret e Ambroise Tardieu, representando a família imperial e a sociedade brasileira nos períodos colonial e imperial. Em 2014, parte dessas obras foi cedida ao Museu do Primeiro Reinado e dois anos mais tarde foi doada ao Museu do Inquérito, integrando a Coleção BANERJ.

Juntas, essas coleções constituíram o núcleo inicial do MIS, articulando memória popular e tradição histórica na construção simbólica da identidade cultural do Rio de Janeiro.

Embora Maurício Quadrio tenha sido o organizador da fase embrionária, a gestão que consolidou o perfil do Museu, logo após a inauguração, foi a de Ricardo Cravo Albin, entre 1965 e 1971. Sob o seu comando, o MIS consagrou-se como uma instituição voltada à contemporaneidade e à preservação da cultura popular brasileira. Para enfrentar crises, como a retirada do apoio do BEG e a ameaça de extinção do Museu, Cravo Albin mobilizou intelectuais e artistas por meio de sete conselhos curadores e deliberativos — literatura, artes plásticas, música erudita, música popular brasileira, cinema, rádio e futebol. Nestes conselhos, a presença ativa de nomes como Vinícius de Moraes, Jacob do Bandolim, Sérgio Cabral, Lúcio Rangel, Almirante, Hermínio Bello de Carvalho, Ilmar Carvalho, Marques Rabelo, Eneida de Moraes e Edigar de Alencar, fortaleceu o papel do Museu como guardião da memória cultural brasileira.

O Conselho de Música Popular Brasileira destacou-se por pesquisar, preservar e promover a música popular por meio de concursos, prêmios, festivais, gravações e registros históricos. Sob a coordenação do Conselho, o MIS organizou o Primeiro Concurso de Música Popular e criou a primeira Escola de Música Popular, idealizada pelo maestro Guerra Peixe, fomentando a formação de novos talentos e o ensino da tradição musical brasileira. O Conselho também

incentivou shows, gravações de discos e a aquisição de acervos relacionados à música popular brasileira (MPB), ampliando o patrimônio e consolidando o Museu como o maior banco de dados do cancioneiro nacional.

Em 1966, o Conselho de Música Popular Brasileira deu início ao projeto Depoimentos para a Posteridade, com o objetivo de documentar trajetórias e obras de personalidades da cultura brasileira. Inspirado na Biblioteca de Washington e idealizado por Carlos Lacerda e Maurício Quadrio, o projeto contemplava o registro de palestras, conferências, estudos sobre a história urbana do Rio de Janeiro, depoimentos de moradores antigos e leituras de biografias de escritores, inicialmente voltado à publicação, em formato livro-disco, denominado *O Rio pelos cariocas*. Sob a gestão de Ricardo Cravo Albin, o projeto evoluiu para um programa sistemático de coleta de testemunhos orais, tendo feito seu primeiro registro em 24 de agosto de 1966 com o sambista João da Baiana, seguido por Pixinguinha, Donga e outros expoentes da música popular, inclusive Heitor dos Prazeres, que faleceu pouco depois de sua participação.

A metodologia do projeto Depoimentos para a Posteridade, inicialmente com base em gravações de áudio e posteriormente adaptada para o formato audiovisual, passou a adotar roteiros prévios, ampliando a profundidade dos conteúdos e atendendo às demandas de pesquisa. Desenvolvido pela historiadora Cláudia Mesquita, o método — inspirado nas práticas do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) — deu origem ao Núcleo de História Oral do MIS, responsável por sistematizar a coleta e o tratamento dos depoimentos, consolidando a vocação do Museu como referência na preservação da memória cultural carioca e brasileira. O Conselho de MPB tinha a atribuição de selecionar os homenageados, assegurando rigor e consistência na formação do acervo. A partir da década de 1990, o MIS desenvolveu projetos de registro em vídeo organizados por eixos temáticos, como Memória do Jornalismo Brasileiro, Memória do Rádio, Memória dos Passistas do Samba, Memória do Cinema e Memória do Rock Brasileiro.

Paralelamente, ainda em 1967, o MIS instituiu os prêmios Golfinho de Ouro e Estácio de Sá, voltados, respectivamente, a artistas e obras do ano, e a gestores e personalidades de destaque no setor cultural, em cada uma das áreas dos Conselhos. Estas duas iniciativas foram aprovadas pelo governador Negrão de Lima, que concedeu premiações em dinheiro e honrarias¹. As premiações ocorreram até 2006, embora já sem o formato original e sem a participação do Conselho do MIS, extinto em 1974, sendo retomadas em 2010 pelo governo estadual, unificadas no Prêmio de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Conselho

¹ A primeira cerimônia, realizada em 1967 na Sala Cecília Meireles, consagrou nomes como Chico Buarque e Augusto Marzagão (música), Oscar Niemeyer e Francisco Matarazzo (artes plásticas), Plínio Marcos e Luiza Barreto Leite (teatro), Pelé e João Havelange (esportes), Octávio de Faria e José Luiz Magalhães Lins (literatura), e Glauber Rocha e Luiz Carlos Barreto (cinema).

Estadual de Cultura, mantendo a tradição do reconhecimento público aos artistas e personalidades relevantes para a cultura brasileira.

No mesmo contexto das premiações, foi criado o Selo MIS, que se origina das publicações fonográficas do Museu, fruto da produção pioneira iniciada por Maurício Quadrio e Ary Vasconcelos em 1965, com os discos de Noel Rosa e de Carmen Miranda. Ao longo de sua trajetória, o Museu prensou 34 matrizes, reunindo gravações históricas da MPB registradas ao vivo em apresentações promovidas pelo próprio MIS, entre elas *Pixinguinha 70*, realizado no Theatro Municipal em 1968, e o álbum de Jacob do Bandolim, Elizeth Cardoso e Zimbo Trio, gravado no Teatro João Caetano em 19 de fevereiro de 1968. O acervo fonográfico inclui ainda o LP *Carnavália*, que documentou performances de Eneida de Moraes, Marlene, Blecaute e Nuno Roland, entre outros artistas gravados no estúdio do Museu.

É possível afirmar que os prêmios Golfinho de Ouro e Estácio de Sá, o projeto Depoimentos para a Posteridade e o Selo MIS consolidam-se como os principais pilares e marca registrada do MIS, com alcance nacional e impacto duradouro, reafirmando a Instituição como referência na preservação e promoção da cultura e influenciando a criação e as práticas de outros museus da imagem e do som no Brasil.

No final da década de 1960, o MIS firmou-se como um dos principais polos da cena moderna e da contracultura carioca, ao lado do Museu de Arte Moderna (MAM) e do Cine Paissandu. Sua sala de cinema tornou-se espaço de exposições, debates e seminários, enquanto o Selo MIS ampliava a difusão de shows e gravações. Com uma produção vigorosa, que envolvia filmes, cursos, depoimentos e eventos, o Museu passou a se dedicar à documentação da cultura em movimento e às linguagens contemporâneas.

No início dos anos 1970, sua Fonoteca, composta por gravações históricas em fita de rolo, foi doada à Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur), marcando uma nova etapa de reorganização institucional e redefinição de seus acervos e projetos.

Em 1974, o MIS teve sua autonomia administrativa interrompida com a dissolução da Fundação Vieira Fazenda e sua incorporação à Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ). Idealizado para ser autossustentável e dotado de flexibilidade de gestão, o Museu sofreu com a interferência do Regime Militar, que intensificou a censura e extinguiu os Conselhos, entre eles, o de Música Popular Brasileira — encerrando uma experiência pioneira de participação democrática na constituição do patrimônio cultural.

A criação da FEMURJ foi formalizada pelo Decreto-Lei nº 60, de 9 de abril de 1975, no contexto da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. O novo órgão unificou casas

de cultura e museus pertencentes à Secretaria de Educação e Cultura² e à Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo da antiga Guanabara³, reorganizando a administração museológica do estado sob uma estrutura centralizada e incorporando o MIS como uma de suas Unidades Administrativas. Com essa incorporação, as instituições museológicas passaram a integrar a Secretaria de Educação, mantendo seu caráter predominantemente educativo e desenvolvendo programas e projetos voltados à valorização, preservação e continuidade da memória histórica e cultural nacional.

Nos anos seguintes, esse processo de reestruturação institucional evoluiu com novas fusões e reorganizações administrativas. Em 1979, o MIS foi incorporado à Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ) a partir da fusão da Fundação de Teatros do Estado do Rio de Janeiro (FUNTERJ) e da Fundação de Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ), passando a integrar o conjunto de unidades administradas pela Superintendência de Museus da FUNARJ.

Na década de 1980, com o fim do Regime Militar e a redemocratização do país, o MIS ampliou seu escopo de atuação, abrindo-se à memória política nacional e às questões sociais. Nesse contexto, destaca-se o projeto Cem Anos da Abolição, que reuniu depoimentos de cem personalidades negras da cultura brasileira, reafirmando o compromisso do Museu com a valorização da diversidade e o registro de vozes historicamente silenciadas. Em 1983, foi criada a primeira Associação de Amigos do MIS, presidida por Ricardo Cravo Albin.

Entre 1987 e 1994, o MIS destacou-se pela intensa produção editorial e pela valorização da memória cultural. Foram publicadas a revista *Coleção Depoimentos*, com transcrições de entrevistas de personalidades⁴; as edições *100 Anos de Prazeres* e *Rádio Revisto*; a série *Cadernos MIS*, dedicada à memória das bandas centenárias do Rio de Janeiro; e a coleção *Quase Catálogos*, realizada em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro sob coordenação de Heloísa Buarque de Hollanda, presidente do MIS entre 1983 e 1984⁵. Em 1988, foi realizado o 1º Seminário de Museus da Imagem e do Som do Brasil, reunindo representantes de museus congêneres, cinematecas, arquivos e centros de memória com acervos audiovisuais.

² Casa Oliveira Vianna, Casa Euclides da Cunha, Casa de Casimiro de Abreu e Museu Antônio Parreiras.

³ Museu Histórico da Cidade, Museu de Artes e Tradições Populares, Museu Carmen Miranda, Museu dos Teatros do Rio de Janeiro, Museu dos Esportes, Museu do Primeiro Reinado, Museu Solar de D. João VI e Museu de Ciência e Tecnologia.

⁴ Entrevistas com o Almirante, Cacilda Becker, Clarice Lispector, Francisco Mignone, Nelson Rodrigues, Roman Polansky, Pelé, entre outras.

⁵ Fizeram parte da coleção títulos como *Realizadoras de Cinema no Brasil (1930-1988)*, *Estrelas do Cinema Mudo – Brasil (1908-1930)*, *A Telenovela no Rio de Janeiro (1950-1963)* e *Heranças e Lembranças – Imigrantes Judeus no Rio de Janeiro*.

Esse movimento de renovação e fortalecimento institucional culminou com a criação da Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (FMIS), em 12 de outubro de 1990, pela Lei nº 1.714, assinada pelo governador Moreira Franco. A nova fundação tinha como objetivo retomar a proposta original de Maurício Quadrio, de um museu autossustentável, com autonomia financeira e administrativa. O Estatuto da Fundação foi instituído pelo Decreto nº 19.509, de 23 de dezembro de 1993, e seu Regimento Interno publicado em 24 de dezembro do mesmo ano, com atualização em 9 de maio de 1994.

A criação da FMIS fez parte de um projeto mais amplo, intitulado Novo MIS, diretamente relacionado à campanha MIS Por Um Triz, iniciativa lançada em 1987 com o objetivo de impedir a demolição do prédio histórico do Museu na Praça XV, ameaçado pelas obras do metrô da Cinelândia. Liderada pela então diretora Maria Eugênia Stein, com apoio da Associação de Amigos do Museu, da imprensa e de formadores de opinião, a mobilização resultou no tombamento do edifício — já inserido na Zona Especial do Corredor Cultural desde 1984 — inicialmente de forma provisória, em 19 de outubro de 1988, e definitivamente em 18 de março de 1992 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), garantindo a preservação do patrimônio histórico.

Entre 1989 e 1991, o prédio da Praça XV passou por uma grande restauração, motivada por questões arquitetônicas, de segurança e, sobretudo, pela intensa campanha de preservação que buscava impedir sua demolição. Nesse contexto, o MIS passou a ocupar uma nova sede no bairro da Lapa, no antigo Hotel dos Estados — construção do final do século XIX, cedida à FUNARJ. O edifício de seis andares passou a concentrar as atividades técnicas e administrativas do Museu, o centro de pesquisa e a área de guarda do acervo, além de abrigar a Fonoteca do Estado, garantindo condições adequadas para preservação, pesquisa e conservação do patrimônio.

Na década de 1990, o Museu empreendeu políticas institucionais voltadas à valorização da cultura afro-brasileira, promovendo iniciativas como o I Congresso de Cultos Afro-Indígenas no Brasil — com exposições, palestras e shows na unidade Praça XV —, o projeto de história oral Memória do Povo de Santo, o projeto Vozes da Resistência, com depoimentos de personalidades da luta democrática no Brasil, e o projeto Memória da Polícia.

Os anos de 1995 a 1997 foram dedicados às comemorações pelos 30 anos de funcionamento do Museu. Nesse período, foi inaugurado o Muro da Fama nos jardins da sede da Praça XV, onde diversas personalidades deixaram seus autógrafos, e foi realizada a exposição *MIS – 30 Anos de História*, além da programação *Quartas no MIS* e do Seminário Memória MIS 30 Anos. Este último, gravado nos estúdios da Praça XV, resultou na formação de um acervo voltado

para a memória institucional, narrada por seus próprios protagonistas — ex-diretores, ex-funcionários e ex-conselheiros.

Em 1997, foi doada ao MIS a Coleção Jurandyr Noronha — cinegrafista, montador, roteirista e diretor, com trajetória pelo Instituto Nacional de Cinema, Embrafilme e por produtoras independentes —, composta por mais de 200 películas de filmes documentários e de ficção, cerca de quatro mil fotografias e diversos documentos textuais e bibliográficos. A coleção registra cenas marcantes do cotidiano carioca, como a Cinelândia em 1920, a Avenida Rio Branco, a Praia do Flamengo, Copacabana e o Carnaval de 1940, preservando um importante recorte visual da história do Rio de Janeiro.

No fim dos anos 1990, a programação enfatizou a realização de eventos musicais e ações de integração com o público. O pátio externo da sede da Praça XV passou a receber apresentações musicais e blocos carnavalescos, reforçando a vocação do Museu como espaço da cultura popular. Nesse período, foi criado o Bloco Carnavalesco Mis A Mis, cujo objetivo era chamar atenção para a divisão do Museu em duas sedes — Lapa e Praça XV — e propor a ampliação do edifício histórico da Praça XV.

Em 1999, com apoio do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), o MIS implantou um projeto logístico de modernização tecnológica voltado à ampliação da sua rede de internet, infraestrutura, equipamentos e sistemas de informática e tecnologia em prol da informatização e digitalização de seu acervo para os anos seguintes. O primeiro projeto, financiado pela Fundação Vitae, viabilizou a conservação, realizada pelo Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte, de álbuns da Coleção Augusto Malta. O segundo, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), criou um grupo de trabalho para organizar, restaurar e digitalizar as 120 fitas de rolo da Coleção Jacob do Bandolim. O período marcou o retorno das rodas de samba e de choro ao MIS, além do incremento nas publicações da Editora MIS e da realização de mostras internacionais, do Festival de Choro do Rio de Janeiro e do Encontro Nacional de Pesquisadores da Música Popular Brasileira.

Nos anos 2000, foram criados o Selo MIS Editorial e o Selo MIS Digital, voltados à pesquisa, remasterização e digitalização do acervo, lançando o CD duplo e um livro-arte intitulados *500 Anos de Música Popular Brasileira*. Nesse período, também foram publicadas as transcrições de parte da Coleção Depoimentos para a Posteridade, a Série Histórica e a *Revista da Imagem e do Som*. Em 2011, o jornalista Sérgio Cabral afirmou que as publicações foram relevantes para a divulgação dos Depoimentos para a Posteridade, porém abrangeram menos de 20% do total gravado. A linha editorial do MIS manteve-se ativa, apesar de algumas interrupções, até 2002.

Entre 2003 e 2006, a sede Lapa passou por ampla restauração e requalificação para abrigar os setores técnicos e administrativos. O foco voltou-se à preservação dos acervos, com projetos de digitalização, documentação e capacitação de funcionários, em substituição à ênfase anterior em eventos. Neste período foi firmado um Termo de Cooperação entre o MIS e o Instituto Jacob do Bandolim para recuperação e digitalização do acervo da Coleção Jacob do Bandolim, concluída em maio de 2006.

Em 2007, foi criada a Associação dos Colaboradores da Fundação Museu da Imagem e do Som (ACMIS), estruturada como associação civil sem fins lucrativos. Seu propósito foi promover o aprimoramento e o desenvolvimento de projetos do Museu, viabilizando a captação de recursos por meio de leis de incentivo. A partir dessa articulação, o MIS contou com o apoio de instituições como Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, FAPERJ e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), possibilitando ações de conservação, catalogação, indexação, digitalização e informatização do acervo, além da implantação de um novo banco de dados — ferramentas fundamentais para o pleno funcionamento da sede da Lapa.

No final de 2008, com apoio da Secretaria de Estado de Cultura e patrocínio da Petrobras, o prédio da Praça XV passou por manutenção e requalificação, incluindo telhado, elétrica, pintura, climatização, sistema de segurança e prevenção contra incêndio, além de melhorias voltadas à preservação do acervo e ao atendimento do público. Também nesse ano, foi assinado o convênio com a Fundação Roberto Marinho (FRM) para o desenvolvimento do projeto da nova unidade do MIS em Copacabana.

A necessidade de ampliar as instalações, oferecer maior difusão do acervo, garantir conforto e acessibilidade, incorporar recursos tecnológicos e criar novos espaços para exposições temporárias e de longa duração, bem como renovar e ampliar a programação cultural e o programa educativo, motivou o Governo do Estado a investir na construção da nova unidade. O projeto, fruto da parceria público-privada com a FRM, visa transformar o MIS em ícone arquitetônico nacional e internacional, mantendo sua vocação inovadora, agora adaptada a um museu sustentável, educativo e alinhado às formas de comunicação do século XXI.

Em 2009, foi realizado concurso arquitetônico para a unidade de Copacabana. O projeto vencedor, do escritório americano Diller Scofidio + Renfro, alia arquitetura icônica, tecnologia e educação, com foco em sustentabilidade e acessibilidade. A nova unidade, cujas obras foram iniciadas no ano de 2011, busca ampliar a difusão do acervo do Museu, contando com salas de exposições temporárias e de longa duração, espaços educativos, cine-teatro-auditório, loja, cafeteria, restaurante panorâmico, boate, terraço com cinema ao ar livre e mirante. Nesse contexto de modernização e expansão, em 10 de agosto de 2010 o MIS apresentou seu novo

banco de dados informatizado, o Banco de Dados Cerne, que vinha sendo desenvolvido pela empresa Cerne Sistema desde 2008, como ferramenta central para a preservação e organização do acervo digital. Paralelamente, as sedes da Lapa e da Praça XV passaram por obras de infraestrutura, com destaque para a modernização da Central Audiovisual, visando preparar o acervo analógico — fitas, discos e películas — para digitalização e inserção no novo banco de dados. Foram implantados sistemas de segurança com monitoramento eletrônico e prevenção contra roubo e incêndio, instalados sistemas de climatização, adquiridos novos equipamentos e mobiliários, garantindo melhores condições para a preservação do acervo e o atendimento a pesquisadores e ao público em geral. Também em 2010, houve a Inauguração da Biblioteca do MIS, batizada de Biblioteca Almirante, com o objetivo de abrir à consulta pública o acervo bibliográfico e especializado da Instituição.

Entre 2012 e 2014, foi desenvolvido e concluído o projeto Memória do MIS, voltado ao registro de depoimentos de ex-diretores e presidentes da Instituição. Em 2013, teve início o estudo de ampliação da sede da Lapa, com o objetivo de incorporar o espaço da Escola de Dança Maria Olenewa, localizada em área contígua ao Museu, visando à ampliação das áreas de guarda e ao atendimento da crescente demanda de preservação do acervo museológico. Esse projeto de expansão foi denominado MIS PRO (MIS Profissional). Em 2014, realizou-se concurso nacional de arquitetura para o edifício do MIS PRO, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ). O projeto previa a instalação de reserva técnica, laboratórios e áreas destinadas a pesquisas e exposições, configurando um complexo museológico integrado à sede da Lapa e à dinâmica cultural do centro do Rio de Janeiro; entretanto, a proposta revelou-se financeiramente inviável para os órgãos públicos.

Em meio à grave crise financeira do Estado do Rio de Janeiro, declarada em 2016 e seguida pela adesão ao regime de recuperação fiscal em 2017, o MIS foi diretamente impactado, com paralisação de investimentos nas obras da nova unidade em Copacabana e forte retração no setor cultural. A partir de 2019, com a política estadual de corte de gastos, a Instituição enfrentou novas reduções de pessoal e salários — um processo de encolhimento que vinha se intensificando desde 2015.

Em 2019, o MIS retomou as exposições com a mostra *Um MIS de História*, na sede da Lapa, e reativou a programação cultural, incluindo eventos, cineclube e seminários. Foi criado o Setor Educativo para mediação escolar e formação crítica para alunos e professores, seguindo a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), reforçando a função educativa e a aproximação do Museu com a sociedade e a cidade.

Após cinco anos de interrupção, as obras da nova unidade do MIS em Copacabana foram retomadas em dezembro de 2021.

Nesse mesmo período, o MIS mobilizou recursos para a difusão e democratização do acesso ao acervo, investindo na sua digitalização e em plataformas digitais. Foi criada a Web Rádio MIS RJ⁶, disponível em plataforma própria (www.webradio.mis.rj.gov.br/) no site do MIS e em aplicativos para Apple e Android, e foi implantado o novo banco de dados online, (bd.mis.rj.gov.br) acessível pelo site do Museu para pesquisa e consulta pública. Essas iniciativas representam um passo fundamental para a democratização do acesso e a ampla difusão do seu patrimônio cultural.

Ainda entre os acontecimentos mais recentes que se destacam no histórico da Instituição, situa-se em 2021 a criação de um painel de *graffiti* de grandes proporções, na lateral da sede Lapa, em homenagem a Pixinguinha, realizado em parceria com o projeto Negro Muro, iniciativa do artista Cazé e do produtor Pedro Rajão e financiado pela Lei Aldir Blanc. No final deste ano ocorre, também, o lançamento do EXPOMIS, primeiro edital de fomento da Fundação MIS, destinado ao financiamento de exposições na sede da Lapa e de mostras itinerantes pelos municípios do estado do Rio de Janeiro, fortalecendo projetos de longa duração, exposições temporárias e um calendário de programação cultural diversificado. O ano também foi marcado pela retomada da série Depoimentos para a Posteridade com inovações após a paralisação pela pandemia de Covid-19, ao produzir gravações virtuais pela primeira vez, tendo como destaques, o registro do primeiro depoimento fora do Estado do Rio, com Maria da Penha em Fortaleza, e o primeiro fora do continente, durante a Expedição Antártica.

Em 2023, houve a criação da Divisão de Cinema do Museu, marcada pela efeméride do Dia do Cinema Nacional, em 19 de junho. A Divisão tem por objetivo encarregar-se do recebimento de obras audiovisuais por doação, ampliando o acervo e fortalecendo a preservação da memória do cinema brasileiro.

Mais recentemente, em 2024, o Museu participou ativamente do processo que levou ao reconhecimento oficial do choro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Iphan. O MIS cedeu documentos, registros fotográficos e audiovisuais, partituras e depoimentos orais, além de colaborar no mapeamento e na criação da Base de Dados Choro Patrimônio, pela Universidade Federal de Pelotas. O material, proveniente de coleções como as de Almirante, Jacob do Bandolim, Hermínio Bello de Carvalho, Lúcio Rangel e Waldir Azevedo, contribuiu para a valorização e preservação desse gênero musical genuinamente brasileiro.

Também em 2024, foi iniciada a construção da primeira Fototeca Estadual do Rio de Janeiro, instalada na sede da Lapa, em um espaço de 62m². A Fototeca foi inaugurada em 21 de

⁶ Inaugurada em abril de 2021 com músicas do acervo do Selo MIS, trechos de Depoimentos para Posteridade, podcasts, entrevistas e curiosidades sobre o Museu.

fevereiro de 2025, e o espaço passou a atuar como centro de pesquisa, visitação e atividades educativas, ampliando o trabalho com o acervo iconográfico do Museu.

Nesse mesmo contexto, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ) e a Fundação Museu da Imagem e do Som (FMIS) firmaram um convênio de recuperação integral da sede da Lapa⁷. As obras preveem a modernização dos sistemas elétricos, hidráulicos e de combate a incêndios, e a revitalização dos espaços internos e externos, aumentando a capacidade de atendimento ao público e garantindo mais conforto e segurança aos usuários.

Em julho de 2025, em comemoração aos 60 anos da fundação do Museu, foram inauguradas três novas salas para armazenamento de acervo. Os espaços abrigam itens das coleções do ator José Wilker, do produtor João Araújo e do jornalista Sérgio Cabral.

As celebrações do sexagésimo aniversário do Museu, em 2025, contaram também com o lançamento do 1º Concurso Fotográfico da Instituição, iniciativa voltada para estudantes do ensino básico ou superior, maiores de 18 anos, regularmente matriculados em instituições públicas de ensino do estado do Rio de Janeiro. Foram selecionados 20 estudantes, que receberam prêmios em recursos financeiros. As obras premiadas, distribuídas em quatro categorias (Lugar de Memória, Manifestações Artísticas, Além do Postal e Retratos do Cotidiano) serão publicadas na *Revista Fotográfica Online da FMIS*, a ser lançada em 2026. Também no contexto das comemorações do aniversário do Museu, como referência ao Prêmio Golfinho de Ouro, anteriormente existente, foi realizada a premiação Golfinho 60 anos, em 2025.

1.3. Breve histórico sobre as obras para implementação da unidade do MIS em Copacabana

A 1ª etapa de obras, concluída em abril de 2010, consistiu na desapropriação do terreno e na demolição sustentável do imóvel existente no local. A 2ª etapa de obras, encerrada em julho de 2014, foi a construção das fundações e estruturas do prédio. Ambas as etapas estiveram a cargo da Fundação Roberto Marinho.

Já a 3ª etapa de obras (acabamentos, instalações, fachadas e esquadrias), de responsabilidade do governo estadual, foi interrompida em virtude da rescisão do contrato com a empreiteira, em fevereiro de 2016. Posteriormente, em novembro do mesmo ano, foi declarado estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro. Esta situação provocou a suspensão de todos

⁷ Disponível em:

<https://www.radio.mis.rj.gov.br/news-536-sede-do-mis-rj-na-lapa-passara-por-reforma-no-valor-de-r-31-milhoes-investimento-sera-feito-atraves-da-pnab-e-vai-garantir-revitalizacao-da-fachada-e-espacos-internos>. Acesso em: 14 jan. 2026.

os contratos de empréstimo referentes ao projeto da nova unidade do MIS — no caso, o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que seria destinado à realização desta etapa de obra.

O Estado do Rio de Janeiro realizou, com sucesso, os trâmites necessários junto à União, garantidora da operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a retomada do contrato de financiamento com o Banco. Assim, em março de 2019 foi publicada a licitação LPI Nº 001/PRODETUR/2019 para a continuidade da 3ª etapa de obras. Esta licitação foi suspensa pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e, após atendimento das exigências do TCE, foi determinado o seu prosseguimento em março de 2020. Porém, a licitação teve que ser novamente adiada, *sine die*, em 24 de março de 2020, por conta da pandemia da Covid-19, com base nos decretos estaduais nºs 46.973/2020 e 46.984/2020 - RJ.

Devido ao novo adiamento, no mês de julho de 2020 o BID informou ao Governo do Estado do Rio de Janeiro sua decisão de não prorrogar o financiamento, em consequência de acordos prévios e de diretrizes internas. O referido edital de licitação, então, teve sua revogação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ) de 22/03/2021.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro anunciou publicamente em julho de 2021 a decisão de retomar as obras do novo MIS com recursos próprios. Assim, foi publicado no DOERJ de 15/09/21 o aviso da Concorrência Pública nº 07/2021/SEINFRA, para a contratação de empresa para concluir os revestimentos e instalações do MIS.

Com isso, as obras civis de instalações prediais e acabamentos (3ª etapa) foram retomadas em 08 de dezembro de 2021, após a contratação da empresa MPE Engenharia e Serviços S/A, vencedora da Concorrência Pública. O contrato com a construtora ficou vigente até dezembro de 2023, quando foi rescindido amigavelmente entre as partes.

No ano de 2023, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas (SEIOP) verificou a necessidade de realizar um diagnóstico paralelamente às obras civis, a fim de fornecer subsídios técnicos, considerando as especificações dos projetos, para a retomada das obras de esquadrias e fachada, bem como para o prosseguimento das licitações complementares. O diagnóstico foi finalizado no início de 2024, indicando a necessidade de dois procedimentos administrativos: um para complementação e refazimento das fachadas, elementos metálicos e vidros da nova sede do MIS; e outro, para a complementação das obras civis.

A Concorrência nº 01/2024, para complementação das obras civis, foi vencida pelo Consórcio Copacabana (uma parceria entre a Construtora R2X e a Tangram Engenharia), que iniciou as obras em 20 de setembro de 2024. E a Concorrência nº CO 15/2023, referente às fachadas e elementos metálicos e vidros, foi vencida pelo Consórcio Fachada Copacabana (também

formado pelas construtoras R2X e Tangram Engenharia), com início das obras em 04 de abril de 2025.

A previsão é que a execução das obras termine no segundo semestre de 2026. Após o término das obras civis, a FRM fará a implantação e testes da museografia no prazo estimado de seis meses.

1.4. Gestores

Para finalizar o histórico do MIS, é importante mencionar os gestores que contribuíram para a existência e manutenção desta sexagenária Instituição.

- Maurício Quadrio – Início de 1960 (concepção) a 1964 (obras)
- Ricardo Cravo Albin – 1965 a 1971
- Neuza Fernandes – 1971 a 1973
- Álvaro Cotrim – 1973 a 1975
- Maria Cristina Gonçalves Ferreira Mendes – 1980 a 1983
- Heloísa Buarque de Hollanda – 1983 a 1984
- Maria Eugênia Stein – 1987 a 1994
- Arthur José Poerner – 1987 a 1994
- Jorge Roberto Martins – 1995 a 1997
- Paulo Moura – 1997 a 1998
- Marília Trindade Barboza – 1999 a 2002
- Edino Krieger – 2003 a 2006
- Rosa Maria Barboza de Araújo – 2007 a 2018
- Clara Paulino - 2019 a 2021
- Cesar Miranda Ribeiro – 2021 aos dias atuais.

2. Planejamento conceitual

O Planejamento conceitual do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro é definido por uma vocação pioneira, que rompeu com modelos tradicionais desde sua criação, em 1965. O MIS constituiu-se no primeiro museu da imagem e do som do país, com a intenção de fixar o Rio de Janeiro como polo de produção cultural nacional. Essa proposta, desde a fundação, visava ir além da guarda e preservação do acervo, buscando inovações constantes na promoção da difusão cultural e atuando como uma instituição de vanguarda. O MIS pretende posicionar-se entre as instituições de referência no mundo e consolidar sua marca associada a pioneirismo, contemporaneidade, inovação, produção de conhecimento, resistência e irreverência.

A missão do MIS é fundamentalmente ligada ao registro e salvaguarda da cultura fluminense, com um foco especial na cidade do Rio de Janeiro. O conceito museológico valoriza a história e a tradição, a criatividade e a identidade do povo carioca, tratando a cultura popular urbana como elemento constitutivo essencial da identidade carioca. O Museu entende que o Rio de Janeiro é o ponto de partida, com sua diversidade cultural, e atua como um espaço de reflexão crítica sobre a história cultural local, funcionando como síntese de brasilidades.

Em termos de posicionamento, o MIS se transforma, de centro de documentação em museu de última geração, focado em múltiplas funcionalidades e interações colaborativas. O conceito da unidade em Copacabana foi projetado para ser um ícone arquitetônico que se relaciona com o território, eliminando simbolicamente as fronteiras entre a cidade, onde a cultura acontece, e o museu, onde é interpretada. O MIS se apresenta como um museu que compreende a contemporaneidade como constante produtora do patrimônio musical, visual e oral, material e imaterial, e o mundo como comunicação, e busca ampliar sua dimensão cultural expondo suas coleções por meio de tecnologias expositivas interativas.

Uma singularidade central do conceito museológico do MIS é o seu papel como criador e produtor de acervo. Além de guardar suas coleções, o Museu produz conteúdo, ativamente. O principal exemplo dessa produção é a série Depoimentos para a Posteridade, iniciada em 1966, que se tornou a marca registrada do MIS e constitui um registro vivo e fundamental da cultura brasileira. Essa metodologia de história oral permite que a comunidade participe diretamente na constituição da memória coletiva e do próprio acervo do Museu.

O conceito visa posicionar o MIS como um centro de documentação e pesquisa de excelência, dedicado à produção e difusão do conhecimento, fortalecendo sua função social como instituição comprometida com a educação, e atuando como mediador entre cultura popular, patrimônio sonoro e imagético e seus diferentes públicos. A visão de futuro propõe contribuir

para a transformação da percepção da sociedade sobre os museus por meio de uma atuação inovadora, promovendo a democratização do acesso aos bens culturais. O MIS busca ser um instrumento de dinamização urbana, fomentador da cultura carioca e fluminense, e um ponto de encontro para iniciativas culturais, ligando gerações e diversidades.

2.1. Missão

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro tem como missão salvaguardar o patrimônio imagético e sonoro, material e imaterial, da cultura carioca e fluminense, assegurando sua valorização, atualização permanente e acesso público.

Comprometido com sua função social, o MIS atua por meio de ações integradas de registro, preservação, produção, pesquisa e difusão cultural, como um espaço em permanente movimento, que compreende a memória como prática viva, que escuta, reinterpreta e compartilha as múltiplas vozes da cultura.

O Museu tem o propósito de promover o encontro, a criação e o diálogo, integrando preservação e contemporaneidade em um espaço público de referência, onde o passado e o presente inspiram o futuro, e a rua mobiliza, em toda a sua pulsação criativa, o seu acervo em constante transformação.

2.2. Visão

A visão do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro é consolidar-se como o epicentro da memória e da invenção cultural carioca e fluminense e ser reconhecido como uma plataforma estratégica de diálogo entre passado e futuro. O MIS busca afirmar-se como um espaço de referência para a reflexão crítica, a criação e a experimentação, no qual a pesquisa, as linguagens contemporâneas e a vitalidade cultural se encontram. Atuando com ética, escuta ativa e responsabilidade social, o Museu amplia sua atuação para além de seus muros, fortalecendo sua relação com o território e inspirando a cidade, o país e o mundo a sentir, pensar e criar a partir da força das imagens e dos sons.

2.3. Valores

- transparência e gestão ética;
- escuta ativa e diálogo permanente;
- profissionalismo, empatia e responsabilidade social, compromisso e qualidade no serviço prestado ao público;
- diversidade estrutural e inclusão ética;
- compromisso com o pioneirismo e a vanguarda;
- valorização da cultura popular e da identidade carioca e fluminense;
- sustentabilidade integrada;

- acesso como direito e experiência; e
- comprometimento com a memória viva.

2.4. Objetivos estratégicos

Os objetivos são elaborados para auxiliar a Instituição a traçar as estratégias de modo que sua função na sociedade seja plenamente atingida. Auxiliam na identificação e monitoramento das ações que devem ser implementadas para garantir a relevância do Museu na sociedade, nos dias atuais e no futuro.

Os objetivos estratégicos do Museu da Imagem e do Som são:

- manter a salvaguarda dos acervos sob responsabilidade do Museu, atuais e futuros, por meio de ações de preservação, pesquisa, documentação, educação e comunicação;
- realizar ações educativas e culturais que potencializam o respeito à acessibilidade, à inclusão e à promoção da equidade de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais, alinhadas à Política Educacional do Museu;
- oferecer serviços e programações culturais atrativas para o turismo cultural nacional e internacional;
- promover a integração entre as sedes do MIS, levando em conta as particularidades de cada espaço e suas funções;
- implementar ações para a promoção de acessibilidade universal em todas as práticas da Instituição e em suas sedes físicas;
- estabelecer intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para incrementar a pesquisa e circulação de seu acervo;
- incentivar práticas de sustentabilidade socioambiental junto aos seus públicos, funcionários e colaboradores;
- estabelecer políticas relacionadas com a gestão de suas coleções no que diz respeito à aquisição, descarte e uso do acervo;
- possuir mecanismos definidos que viabilizem o uso dos seus espaços, sejam expositivos, educativos ou para locação, compatíveis com a missão e a função social do MIS; e
- estimular a atuação em rede com os outros museus da imagem e do som do Brasil, visando ao estabelecimento de cooperação técnica entre as instituições.

3. Diagnóstico

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro encontra-se em fase de requalificação, com o desenvolvimento dos projetos de reforma da edificação existente na Lapa, a necessidade de planejamento para traslado do acervo e das atividades que atualmente ocorrem na sede da Praça XV, e a implantação da unidade de Copacabana. Dessa forma, passam a se remodelar as estruturas que compõem o complexo cultural do MIS.

A previsão de abertura plena da unidade de Copacabana ao público está prevista para o primeiro semestre do ano de 2027, com o início de um novo ciclo de gestão por meio de organização social de cultura. Nesse ínterim, uma exposição temporária sobre o projeto e as obras da sede de Copacabana encontra-se aberta à visitação no novo edifício, e são demandadas ações junto à Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e à Fundação Roberto Marinho, para a transição do modelo de gestão, considerando as necessidades de preservação e difusão do acervo salvaguardado pela Instituição, bem como a produção de conhecimento e de incremento da programação cultural e educativa, aliados à novas premissas estratégias de sustentabilidade.

O presente diagnóstico baseia-se no Planejamento Estratégico Participativo do MIS, desenvolvido no contexto de elaboração do Plano Museológico 2023-2028 com o envolvimento da equipe interna por meio de reuniões, debates e pesquisa de opinião com funcionários de todos os setores. Aquela análise identificou potencialidades e problemáticas relacionadas à imagem institucional, ao acervo, aos edifícios e ao entorno urbano, ao acesso à informação e ao atendimento ao público.

A partir das premissas levantadas naquele momento, foi construída uma análise por meio da ferramenta SWOT — expressão acrônima para as palavras em inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*, ou seja, Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças — comparando os resultados com os Planos Museológicos e documentos anteriores e, ainda, situando o MIS no contexto do cenário museológico brasileiro. Devido à limitação de tempo, não foi realizada, na ocasião, a pesquisa de opinião com o público externo (usuários e parceiros), prevista como meta futura.

O diagnóstico realizado pelo MIS em 2022 envolveu: análise dos canais de comunicação institucional, principalmente o site e as redes sociais, para entender a imagem e o discurso institucional atual; levantamento e leitura da legislação vigente (Decreto de criação e regulamentação, Regimento Interno, portarias, organogramas, Estatutos, Relatórios de Gestão,

Relatórios de Consultorias) e de minutas do Plano Museológico iniciado em 2011;⁸ e reuniões, conversas e pesquisa de opinião com os funcionários de todas as áreas sobre os pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades de cada setor e da Instituição como um todo, além da análise do seu entorno.

Dentre os pontos fortes elencados em 2022, considerando as sedes da Lapa e Praça XV, ambas no Centro da cidade, constavam:

1. Com relação ao entorno: localização central e privilegiada das sedes, proximidade a outros museus e equipamentos culturais da cidade; local de fácil acesso com muitas opções de transporte público; e território de grande valor histórico e cultural.
2. Com relação ao Museu: qualidade da equipe/corpo técnico de excelência; importante documentação da cultura do Rio de Janeiro através dos depoimentos de suas principais personalidades; valor histórico e cultural de suas edificações; desenvolvimento constante de atividades que promovem seus diferentes tipos de acervo; disponibilização de itens de suas coleções nas mais variadas plataformas, redes sociais e site, divulgando e promovendo a democratização das coleções salvaguardadas; forte ativo para produção cultural local; importante ferramenta de educação, cultura e memória; instituição acolhedora, que emociona e orgulha quem passa por ela, tanto os servidores como os convidados; projetos de expansão em outra unidade; marca forte e consolidada; e potencial de ampliar sua relação com instituições de ensino de qualquer região, escolas e universidades, públicas e privadas.
3. Com relação ao acervo: diversidade; importância histórica; importância singular para a cultura local e nacional; acervo único, de qualidade, histórico, cultural, exposições, com o potencial para o desenvolvimento de diversos produtos culturais; digitalizado em grande parte, o que auxilia na preservação, na pesquisa e no acesso de um modo geral, oferecendo também ótima estrutura para pesquisadores e estudantes; voltado para estudo, manutenção e valorização do pensamento crítico das identidades carioca e nacional, haja vista a valorização da cultura e dos saberes populares, de seus ritmos, como samba, choro, bossa nova etc., fatores que também contribuem não apenas para a manutenção das identidades, mas também estimulam o turismo, o que é facilitado pelas ótimas localizações de suas unidades, com várias opções de transporte, seja público ou privado, assim como rede hoteleira em seu entorno.

A respeito dos pontos fracos, foram identificados naquele momento pela equipe do Museu:

⁸ No PM 2023-2028, as minutas estão identificadas como Plano Museológico de 2011, Plano Museológico Novo MIS de 2012-2015, Plano Museológico MIS PRO (2015), na página 11, e como Planos Museológicos de 2011, 2012/2013 e 2015, na página 54.

1. Com relação ao entorno: falta de investimento público; a Instituição está distante da comunidade; entorno perigoso e pouco seguro, com muitos assaltos; a segurança pública é um problema para o centro do Rio de Janeiro.
2. Com relação ao Museu: deficiência de infraestrutura e condições de trabalho (falta de material, equipamentos necessários e espaços adequados); baixa remuneração da equipe de profissionais com relação ao mercado; equipe muito reduzida e com acúmulo de funções; pouco ou nenhum incentivo para atualização profissional/capacitação da equipe; prédio tombado, o que dificulta autorizações para manutenção e obras; falta de verba para melhorias nas duas edificações e para a aquisição de materiais, equipamentos e carro institucional para transporte entre as unidades; ausência de acessibilidade nas suas unidades para pessoas com deficiência e com dificuldades de locomoção, ou de baixa estatura, além de idosos e crianças; os funcionários deveriam ser concursados; ausência de um setor para captar recursos junto às grandes empresas e manter atenção aos editais, como forma de obtenção de patrocínio para realização de projetos.
3. Com relação ao acervo: baixo investimento ou pouca visibilidade em pesquisa; acesso limitado (a maior parte do acervo só pode ser consultada presencialmente, num banco de dados desatualizado e cheio de erros, o que dificulta a localização e a recuperação de informações, sendo que há um grande número de itens que ainda não foram inventariados); falta de laboratório de restauro e de uma política de acervo, de espaço para novas aquisições e de reservas técnicas climatizadas para a conservação do acervo; ausência de ações constantes e contínuas de prevenção contra sinistros e de um Plano de Gerenciamento de Riscos; falta de continuidade nos projetos; Plano Museológico desatualizado.

Além de destacar os pontos fortes e fracos nestes três principais aspectos (entorno - Museu - acervo), o diagnóstico levantado no Plano Museológico 2023-2028, elaborado pela equipe do MIS, indicou os principais pontos de atenção observados, as oportunidades e as ameaças identificadas naquele contexto, conforme a figura a seguir:

PONTOS DE ATENÇÃO	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Os levantamentos apontam ainda que os desafios enfrentados pelo MIS e outros museus de imagem e do som, na realização do processo de musealização abrangem desde os espaços físicos, alguns funcionam em mais de uma sede, dificultando o tratamento e a consulta das coleções que ficam dispersas. Outro desafio é a diversidade crescente dos suportes e formatos dos acervos audiovisuais em diferentes mídias, o que exige rapidez dos museus na construção do conhecimento nessa área, de forma a aperfeiçoar as técnicas de conservação diferenciadas das outras tipologias de museus. São CDs, DVDs, fitas de vídeo nos formatos Umatic, Betacam, Dvcam, VHS, discos de vinil, de acetato, películas, fotografias em papel, negativos de vidro, slides, dentre outros; Esses suportes e formatos exigem instrumentais, profissionais e técnicas diferenciadas e nem sempre disponíveis no mercado; Devido ao tamanho, riqueza e variedade de tipos e suportes de acervo, esse tipo de instituição requer alto investimento de recursos materiais e humanos para a operação do museu, manutenção e atualização tecnológica; Estagnação / desatualização. Necessidade de uma programação cultural constante e atraente; Atualização e manutenção tecnológica; Coerência e consistência entre o discurso e as posturas institucionais; Manter a colaboração da rede científica com o museu. Manter as parcerias institucionais ativas, com agenda conjunta e engajamento.	Acervo voltado para estudo, manutenção e valorização do pensamento crítico das identidades carioca e nacional, haja vista a valorização da cultura e dos saberes populares, de seus ritmos, como samba, choro, Bossa Nova, etc. Fatores que também contribuem não apenas para a manutenção das identidades, mas também estimulam o turismo, o que é facilitado pelas ótimas localizações de suas unidades, com várias opções de transporte, seja público ou privado, assim como rede hoteleira em seu entorno; Mostra uma boa imagem do Rio de Janeiro e do país para os demais países; O MIS pode ampliar e muito sua relação com instituições de ensino de qualquer tipo da região, escolas e Universidades, públicas e privadas. Com um acervo único tem o potencial para o desenvolvimento de diversos produtos culturais. Bem localizado, pode explorar o entorno de suas sedes com atividades artísticas que conectem o acervo e sua comunidade. Por ser uma referência para o tratamento desta tipologia de acervo pode auxiliar na formação de profissionais de diversas áreas de conhecimento. Referência em temas como samba, carnaval e MPB; Boa relação com o órgão vinculante, a SECEC; O MIS tem condições de ir além da relação com o entorno, para ser operador de política pública do município do Rio de Janeiro, com vistas à inclusão social (não apenas do ponto de vista econômico, como também sob a ótica da diversidade de gênero, da cor, de habilidades e deficiências e de todas as idades) através da arte, da cultura e da educação museal; O MIS poderia dar início ao diálogo para o estabelecimento de parcerias com as instituições públicas e privadas do entorno, como UFRJ, Casa Cecília Meireles, Fundação Progresso, Cine Odeon, Teatro Riachuelo, Circo Voador, etc., na Lapa, e com o Museu Histórico Nacional e outros, na Praça XV, para catalisar forças de transformação e inclusão social, via cultura, educação e arte. O MIS está rodeado de pontos turísticos e históricos, além de contribuir para o incremento do turismo na cidade, no estado e no país.	Cortes orçamentários e disputa por fontes de recursos; Falta de Recursos Humanos e Financeiros suficientes para atender as complexidades, responsabilidades e atividades rotineiras de um museu de grande porte; Instabilidade da ação política em diferentes esferas governamentais no Brasil; Descontinuidade dos contratos e dos projetos.

Figura 1 - Quadro diagnóstico. Fonte: Plano Museológico 2023-2028, 2022, p. 59

O diagnóstico que se depreende da análise do Planejamento Estratégico Participativo realizado pelo Plano Museológico 2023-2028 aponta para uma dualidade complexa: o MIS é uma instituição de vanguarda e de acervo insubstituível, mas que opera sob crônica fragilidade estrutural e de gestão, amplamente reconhecida pelo seu corpo técnico.

Portanto, a análise revela uma instituição de importância cultural irrefutável, guardião do acervo de imagem e som do século XX mais importante do estado fluminense e pioneira na produção de memória (com a série Depoimentos para a Posteridade). Contudo, essa análise expôs algumas fragilidades, sendo o aspecto mais crítico a insuficiência de recursos humanos — reflexo da ausência de um quadro funcional de carreira desde 1977. Diante deste cenário, a estratégia central do Plano Museológico é buscar o alinhamento institucional e a profissionalização, enquanto se capitaliza a oportunidade de modernização proporcionada pela nova unidade em Copacabana e pelo foco na democratização do acesso e na preservação digital do acervo.

Sendo assim, a aplicação da matriz SWOT pode contribuir para a percepção dos fatores ambientais internos e externos que influenciam no diagnóstico da situação atual, ao constatar as forças e as fraquezas identificadas na observação da estrutura e do funcionamento do Museu, bem como as oportunidades e as ameaças detectadas na relação da Instituição com o seu entorno. Consequentemente, fornece subsídios para as tomadas de decisão e para a elaboração do planejamento estratégico para o Museu.

Baseada na análise da documentação existente acerca da implantação da unidade de Copacabana e das ações desenvolvidas pela Instituição como um todo, a análise revelou os seguintes resultados apresentados na tabela a seguir.

<u>FORÇAS</u> <i>(fatores internos)</i>	<u>FRAQUEZAS</u> <i>(fatores internos)</i>
- Acervo singular e de alta qualidade. - Formação contínua de acervo (aquisição e produção). - Digitalização de parte significativa do acervo. - Identidade inovadora e pioneira reconhecida internamente.	- Previsão de alto custo de manutenção do complexo cultural. - Ausência de uma base de dados que possibilite acesso remoto aos representantes digitais do acervo. - Inexistência de políticas e documentos institucionais estruturantes (Política de Acervo, Política de Preservação Digital, Plano de Gerenciamento de Riscos, etc.). - Ausência de quadro funcional efetivo (último concurso em 1977). - Regimento Interno (1994) e Organograma desatualizados, sem refletir a estrutura atual. - Carência de política voltada para a inclusão e diversidade na composição das equipes. - Inexistência de políticas e ações sistêmicas voltadas para sustentabilidade e acessibilidade.
<u>OPORTUNIDADES</u> <i>(fatores externos)</i>	<u>AMEAÇAS</u> <i>(fatores externos)</i>
- Implantação de nova estrutura organizacional e revisão de governança. - Expansão e Modernização: inauguração da unidade Copacabana em 2026. - Requalificação da sede Lapa.	- Instabilidade das possibilidades de diversificação das fontes de recursos. - Mudanças nas políticas públicas podem afetar o financiamento e a gestão do Museu.

- Arquitetura e experiências imersivas da unidade Copacabana com grande potencial de atrativo turístico. - Ser um Museu com recursos de acessibilidade uma vez que a sede em Copacabana está sendo construída com esta preocupação e a sede Lapa passará por requalificação. - Gestão por OS poderá possibilitar a profissionalização da equipe, com melhores salários, a geração de receitas e captação de recursos para melhoria da programação, preservação do acervo e infraestrutura.	- Incerteza sobre investimento do poder público para reforma e requalificação do MIS Lapa.
--	--

Tabela 1 – Análise SWOT realizada em 2022. Fonte: Elaborada pelas autoras.

O diagnóstico identifica que o MIS é um gigante cultural com vulnerabilidade institucional, cuja vitalidade e importância histórica (a dedicação de sua equipe e o legado do acervo) contrastam drasticamente com a fragilidade de sua sustentação administrativa, financeira e de recursos humanos.

Parte II – Programas

1. Programa Institucional

O Programa Institucional, de acordo com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do Museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a Instituição e os diferentes agentes. Nesse sentido, objetiva estabelecer as bases organizacionais e de funcionamento do Museu, a serem perseguidas durante o período de vigência do Plano Museológico. Além disso, contempla tanto os aspectos normativos quanto os mecanismos de cooperação com instituições públicas e privadas.

Atualmente, o projeto da unidade de Copacabana do Museu da Imagem e do Som é gerido pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SECEC-RJ) e as sedes na Lapa e na Praça XV são geridas pela Fundação MIS. A FMIS é uma entidade pública com personalidade jurídica de Direito Privado, com patrimônio próprio, vinculada à SECEC-RJ. É regida por Estatuto próprio, no qual constam como objetivos a “proteção, preservação, guarda e conservação dos acervos em imagem e som, de valor histórico e sociocultural permanente”, e seu funcionamento regulado é pelo Regimento Interno, publicado em 09 de maio de 1994, vigente até o momento atual.

Os principais marcos legais e documentos oficiais relacionados à criação e institucionalização do MIS são:

- Decreto "E" nº 385, de 24 de abril de 1964: criou a Comissão encarregada de adotar as medidas necessárias para a instituição da Fundação Vieira Fazenda. Esta Fundação, por sua vez, seria a entidade responsável por organizar e manter o MIS.
- Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974: aprovada pelo Congresso, esta lei culminou na fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, o que levou à dissolução da Fundação Vieira Fazenda e à incorporação do MIS a um sistema único de administração dos museus estaduais.
- Decreto-lei nº 60, de 09 de abril de 1975: criou a Fundação Estadual dos Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ), com o objetivo de promover a junção de casas de cultura e museus, incluindo o MIS, que passou a ser uma das Unidades Administrativas da FEMURJ.
- Lei nº 291, de 10 de dezembro de 1979: criou a Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ), resultando da fusão da Fundação Estadual dos Teatros do Rio de Janeiro

(FUNTERJ) com a FEMURJ. O MIS foi incorporado à FUNARJ, passando a ser uma unidade administrada pela Superintendência de Museus da Fundação de Artes.

- Lei Municipal nº 506, de 17 de janeiro de 1984: inseriu o prédio histórico da Praça XV na Zona Especial do Corredor Cultural.
- Lei nº 1.714, de 12 de outubro de 1990: criou a Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (FMIS), com o objetivo de retomar a proposta original de Maurício Quadrio, de um Museu autossustentável, com autonomia financeira e administrativa.
- Decreto nº 15.816, de 31 de outubro de 1990: instituiu o Estatuto da Fundação MIS.
- Tombamento Definitivo pelo INEPAC, em 18 de março de 1992: garantiu a preservação do prédio histórico da Praça XV para as futuras gerações.
- Decreto nº 19.509, de 23 de dezembro de 1993: aprovou o novo Estatuto da FMIS, que está vigente até hoje.

Com relação à estrutura organizacional, a Fundação MIS, de acordo com o seu Estatuto, é composta por Diretoria (Presidência, Vice-Presidência e Diretorias Técnico-Operacional e Administração e Finanças), Conselho Fiscal e Comissão de Programação. Tendo como base a trajetória institucional e o momento atual do Museu, afere-se que a estrutura organizacional do MIS deve garantir o aprimoramento do desenvolvimento equilibrado das funções básicas de preservação, pesquisa, produção e comunicação do acervo. A Instituição, por meio de uma nova estrutura organizacional, deverá buscar aperfeiçoar permanentemente o processo de gestão e o planejamento institucional, considerando processos decisórios que envolvam mecanismos participativos, incentivando planos horizontais e a constituição de grupos de trabalho, comissões e conselhos para ampliar a legitimidade das ações.

Com base no diagnóstico da situação atual, apresentado na Parte I deste Plano Museológico, o Museu passa por um período de planejamento para a transição do seu modelo de gestão. A coordenação e a administração do MIS passarão a ser realizadas por uma Organização Social de Cultura, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro (SECEC-RJ), através da celebração de um contrato de gestão, que deverá prever ações estruturantes para a reorganização do Museu.

Situa-se entre os principais instrumentos de gestão a serem considerados nesse processo, o presente Plano Museológico, com vistas à elaboração de um Plano de Trabalho Anual detalhado para seu primeiro ano de gestão e indicação da aplicabilidade de recursos para os próximos cinco anos. Este planejamento deve incluir dotação orçamentária, medidas de acompanhamento, relatórios periódicos de atividades e avaliações de desempenho pela parte

contratante. Nesse sentido, deverão ser revistos os instrumentos regulatórios para a nova modalidade de gestão do MIS, incluindo a elaboração de um novo Regimento Interno, em consonância com o Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa em diálogo com a Organização Social.

Nesse novo contexto, deverão ser previstas ações de revisão do arcabouço regimental e das relações institucionais de cooperação técnica, científica e cultural, as quais poderão ser formalizadas por meio de instrumentos jurídicos específicos, como acordos de cooperação, termos de parceria e protocolos de intenção. Tais medidas visam à implantação da unidade de Copacabana e à manutenção, gestão e expansão das atividades do Museu.

No âmbito do Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ), da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do RJ (SECEC-RJ), o MIS encontra-se regularmente inscrito no Cadastro Fluminense de Museus (CFM), mecanismo que tem por objetivo o mapeamento, diagnóstico e difusão dos museus fluminenses pertencentes às esferas públicas, privadas ou do terceiro setor, sistematizando as informações dessas instituições.

No que concerne à articulação existente junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o MIS está devidamente cadastrado no Cadastro Nacional de Museus (CNM), no entanto, não consta o Registro, instrumento da Política Nacional de Museus, previsto pelo Estatuto de Museus e pela Resolução Normativa Ibram nº 17, de 22 de março de 2022, que visa criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros, com o propósito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais. Esse Registro é importante para assegurar a integração do MIS ao Sistema Brasileiro de Museus, favorecendo o acesso a políticas públicas de fomento e apoio técnico lideradas pelo IBRAM.

O MIS é filiado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM – International Council of Museums), por intermédio do seu Comitê Brasileiro, na categoria de sócio institucional. Também está cadastrado no Registro/Registo de Museus Ibero-americanos (RMI) do Programa Ibero-museus, plataforma digital sobre a diversidade museal da Ibero-América. Não consta, até o presente momento, o registro da Instituição no Conselho Regional de Museologia – 2ª Região.

Acerca da participação do MIS em redes temáticas, há um histórico de iniciativas nesse campo para a constituição de uma aproximação entre os demais museus da imagem e do som existentes no país. Em 1988, o MIS realizou o 1º Seminário de Museus da Imagem e do Som do Brasil. Em 2006, participou do Grupo de Trabalho GT – Museus da Imagem e do Som e Novas Tecnologias, no 2º Fórum Nacional de Museus do IBRAM. Em 2009, realizou o I

Encontro de Museus da Imagem e do Som em âmbito nacional, com apoio do recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e propôs a criação de uma Rede Nacional, denominada Rede MIS.

Com relação aos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), atualmente estão firmadas parcerias com dez instituições. São elas:

Instituição	Data final
Centro Técnico Audiovisual (CTAv)	dezembro de 2026
Universidade Estácio de Sá	fevereiro de 2027
Clube do Choro de Santos	junho de 2027
Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS SP)	julho de 2027
Instituto Moreira Salles (IMS) – Rádio Batuta	julho de 2027
Rádio Roquette-Pinto	setembro de 2027
Museu do Samba	novembro de 2027
Wiki Movimento Brasil (WMB)	outubro de 2029
Universidade Santa Cecília (UNISANTA)	abril de 2030

Tabela 2 - Convênios ativos. Fonte: site do MIS, Convênios, 2026.

Os detalhes referentes aos processos de ACT firmados encontram-se disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Acerca do estabelecimento de associação de amigos, instrumento de apoio ao desenvolvimento institucional previsto no Decreto nº 8.124/2013 e no Estatuto de Museus, o Museu apresenta em seu histórico a constituição de duas entidades distintas. Na década de 1980, a Associação de Amigos do MIS e, nos anos 2000, a Associação dos Colaboradores da Fundação MIS/RJ (ACMIS). A primeira foi desativada e, a segunda, encontra-se atualmente sem funcionamento.

Ainda no rol de documentos pertinentes para o funcionamento operacional do MIS, sob a nova gestão, situa-se a necessidade de elaboração de uma Carta de Serviços ao Cidadão, documento que, conforme o art. 7º, § 1º, da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, “tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de

acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público”, e que deverá estar disponível para consulta nas sedes e nos canais oficiais do Museu.

Além dos já mencionados marcos legais e documentos oficiais relacionados à criação e institucionalização do MIS, cabe destacar a importância de documentos e normas que orientam a gestão e a atuação de instituições museais, tais como:

- Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 (Estatuto de Museus);
- Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 (regulamenta o Estatuto de Museus);
- Política Nacional de Museus (PNM);
- Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM);
- Política Nacional de Educação Museal (PNEM);
- Código de Ética para Museus do ICOM (Conselho Internacional de Museus); e
- Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial).

O Programa Institucional, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. revisar o Regimento Interno, todos os instrumentos regulatórios relativos à nova modalidade de gestão e o arcabouço institucional para adequá-lo às necessidades do novo ciclo de gestão, e elaborar um novo Regimento Interno, alinhado ao Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro;
2. estabelecer e formalizar novos instrumentos jurídicos: acordos de cooperação, termos de parceria e protocolos de intenção;
3. implementar o novo organograma, proposto no Programa de Gestão de Pessoas, e adequá-lo às necessidades do novo ciclo de gestão;
4. manter a articulação institucional em redes temáticas, sistemas de museus e cooperações técnicas, científicas e culturais, e estabelecer outras, em sinergia com a missão do Museu;
5. garantir a manutenção, gestão e expansão das atividades do Museu nas sedes e nas ações extramuros;
6. providenciar o registro do MIS no Conselho Regional de Museologia – 2ª Região;
7. obter o Registro de Museus, previsto pelo Estatuto de Museus e pela Resolução Normativa IBRAM nº 17/2022;

8. reestruturar e reativar a Associação de Amigos do Museu;
9. publicar e divulgar a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme a Lei nº 13.460/2017;
10. manter o cadastro atualizado no Cadastro Nacional de Museus (CNM);
11. manter a regularidade do MIS no Cadastro Fluminense de Museus (CFM), com atualizações periódicas das informações cadastradas no sistema estadual;
12. desenvolver políticas institucionais nas áreas de atuação do Museu — acervo, educação, acessibilidade, comunicação e sustentabilidade (ambiental, econômica e sociocultural);
13. acompanhar e avaliar periodicamente a execução das diretrizes planejadas no Plano Museológico; e
14. elaborar Plano de Trabalho Anual detalhado para o primeiro ano de gestão da OS e definir a aplicação dos recursos para os cinco anos seguintes, estabelecer dotação orçamentária anual, criar mecanismos de acompanhamento periódico das ações dos programas, produzir relatórios periódicos de atividades e implementar avaliações de desempenho pela parte contratante.

2. Programa de Gestão de Pessoas

O Programa de Gestão de Pessoas abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do Museu, além do diagnóstico da situação funcional existente e das necessidades de readequação.

O Programa tem por objetivo planejar os aspectos relacionados aos recursos humanos para o funcionamento do Museu da Imagem e do Som, em alinhamento com sua missão e seus objetivos, para a condução dos processos relacionados às necessidades de equipe e de capacitação. Este Programa orienta ações para a gestão, valorização, capacitação e bem-estar dos funcionários, buscando a profissionalização dos recursos humanos empregados nas suas funções, visando ampliar o quadro de pessoal qualificado e promovendo a capacitação contínua.

Atualmente, a estrutura organizacional do MIS é constituída de uma Presidência e duas Diretorias (Técnica-Operacional e de Administração e Finanças) e dez assessorias técnicas. O MIS não possui quadro funcional de servidores efetivos ou de carreira: o último concurso público para a área da Cultura, e que atendeu aos museus estaduais, foi em 1977, sendo que a maioria destes servidores já se aposentou. Os recursos humanos hoje existentes são recrutados no mercado de trabalho para o preenchimento de cargos em comissão, todos de

livre nomeação pelo Governador do Estado, além de estagiários do Programa de Estágio de Convênios e Acordos de Cooperação com universidades públicas e privadas.

A composição do Corpo Técnico atual é formada pelos seguintes cargos:

- | | |
|---|----------------------------------|
| - Presidente | - Setor Audiovisual / BD |
| - Diretor de Administração e Finanças | - Setor Audiovisual / Sonoro |
| - Diretora Técnica Operacional | - Setor Iconográfico |
| - Assessor da Presidência | - Institucional |
| - Chefe de Gabinete | - Setor de Logística |
| - Gerência de Produção | - Setor de TI |
| - Gerência Administrativa | - Setor Textual e Tridimensional |
| - Assessor de Comunicação | - Setor de Manutenção |
| - Museóloga | - Setor de Conservação |
| - Assessoria Jurídica | - Sonoplasta |
| - Setor de RH | - Redator |
| - Assistentes Administrativos | - Repórter Fotográfico |
| - Centro de Pesquisa e Documentação Ricardo Cravo Albin (Setor de Pesquisa) | - Designer |
| - Setor Acadêmico | - Bibliotecário |
| | - Cinema |
| | - Vigias |

Observa-se que o quadro de profissionais existente hoje não é suficiente para o desenvolvimento pleno das atividades finalísticas e operacionais do Museu, para o atendimento de suas demandas de políticas públicas e para a adequada estruturação técnica de suas sedes, especialmente diante do incremento do escopo de programação em função da nova sede em Copacabana. Torna-se, portanto, necessária uma ampla revisão da estrutura organizacional do Museu, de modo a atender ao aumento de sua demanda.

Quanto aos critérios de formação e capacitação dos profissionais que compõem o quadro técnico do Museu, observa-se a inexistência de um programa sistemático de incentivo à formação continuada, sendo realizadas ações pontuais. Por isso, é imprescindível estabelecer uma política permanente de atualização e qualificação profissional, em consonância com as práticas contemporâneas no campo museológico. Essas práticas devem estar alinhadas aos preceitos e normativas definidos pelos órgãos reguladores, entre os quais se destacam o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro (SIM-RJ).

No que concerne aos critérios de diversidade e inclusão no quadro de funcionários, o Museu deve possuir uma política de inclusão e acessibilidade, e promover a ampliação e a democratização de seus quadros profissionais assegurando equipes diversas em termos sociais, culturais, formativos e de experiência.

A política de inclusão e acessibilidade deve contemplar:

1. Diversidade étnico-racial: garantir a presença e representatividade de pessoas negras, indígenas e de outros grupos historicamente excluídos das instituições culturais.
2. Diversidade de gênero e sexualidade: assegurar espaços equitativos para mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e identidades não binárias em todos os níveis de atuação, incluindo cargos técnicos, de gestão e decisão.
3. Diversidade socioeconômica: implementar políticas de acesso a estágios, bolsas e oportunidades de trabalho, superando barreiras sociais de entrada no mercado de trabalho do setor cultural.
4. Diversidade etária: valorizar tanto jovens em formação quanto profissionais mais experientes, integrando gerações e trajetórias distintas.
5. Diversidade de perspectivas: promover o diálogo entre saberes acadêmicos, tradicionais e comunitários, ampliando o repertório das práticas museológicas.
6. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência: garantir sua participação plena não apenas como público, mas como integrantes ativos das equipes do Museu.

2.1. Organograma

Ao longo da trajetória do MIS, diversos organogramas foram elaborados para atender às necessidades das respectivas gestões ou adequar-se às novas realidades impostas. Contudo, o organograma de 1994, que consta no Estatuto e Regimento da Fundação Museu da Imagem e do Som, não foi alterado oficialmente desde então, sendo ainda o modelo em vigor.

Um modelo renovado de organograma deve considerar, para a formulação de sua estrutura básica, o desenvolvimento equilibrado das funções museológicas e sociais estabelecidas para o MIS, que são essencialmente as funções de preservação, de pesquisa, de produção e de comunicação do seu acervo, de modo a qualificar os serviços prestados com excelência ao público e ampliar a capacidade de alcance e interlocução do Museu com seus públicos internos e externos.

A partir do processo de transição do modelo de gestão atual, no estudo de viabilidade econômico-financeiro, foi apresentado o organograma a seguir.

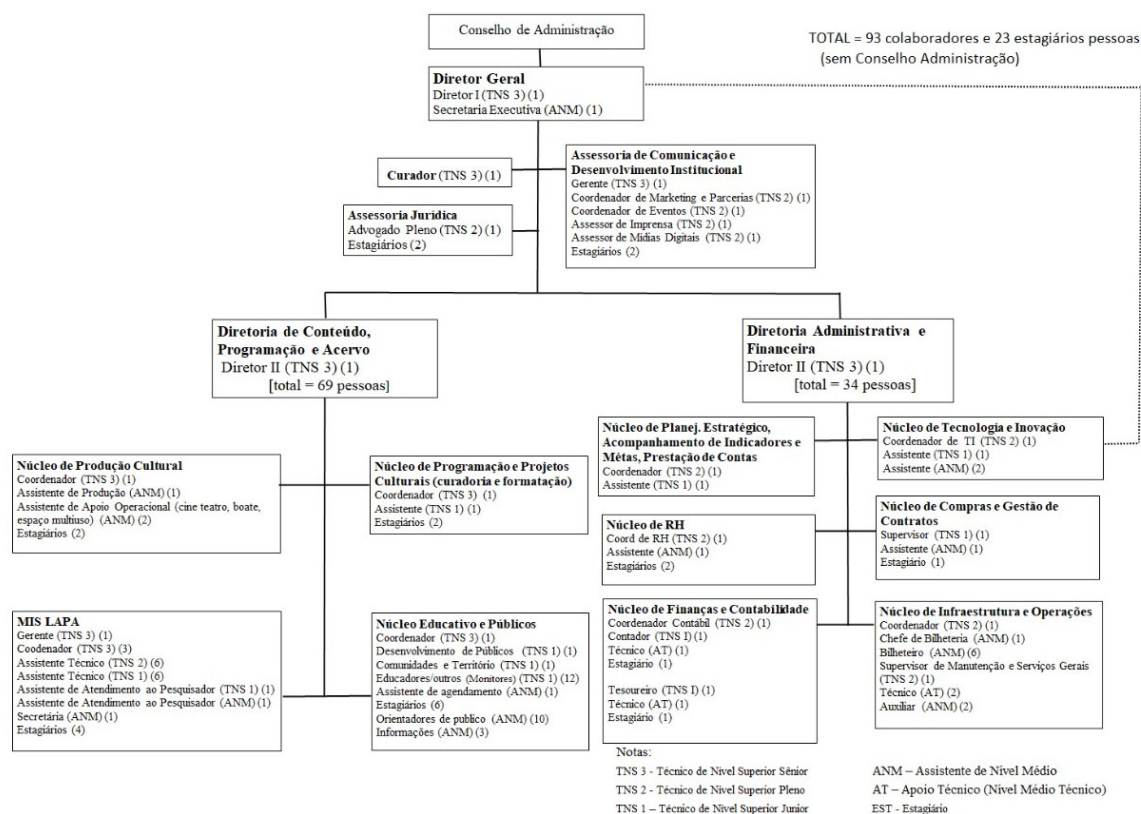


Figura 2 - Organograma. Fonte: Estudo de viabilidade econômico-financeira, Novastar, 2025.

Com base nesse organograma, foi desenvolvida uma tabela de descrição de cargos (Anexo Único), contendo as especificidades de formação requeridas para cada cargo, bem como as atribuições inerentes às funções.

Além dos cargos e funções expostos na tabela, deve ser considerada a necessidade de contratação de serviços externos, consultorias e parcerias institucionais, como forma de garantir o pleno desenvolvimento das atividades do Museu. Ainda, a contratação de empresas terceirizadas para a execução de serviços como manutenção, conservação predial e vigilância. As contratações para formação da equipe do MIS precisam refletir a nova estrutura institucional, abrangendo os dois edifícios ocupados pelo Museu e em sinergia com as ações finalísticas de cada espaço.

Embora a estrutura organizacional do Museu seja hierarquizada, cabe ressaltar que sua dinâmica de trabalho deve priorizar processos mais horizontais, com foco na gestão participativa, na valorização dos saberes diversos e no compartilhamento de responsabilidades. Essa diretriz se concretiza por meio de grupos de trabalho, fóruns, comissões, conselhos e colegiados, que favorecem o diálogo e a cooperação entre os setores.

O cotidiano institucional é orientado por projetos, desenvolvidos de forma colaborativa e interdisciplinar, reunindo profissionais de diferentes áreas. Nesse contexto, é fundamental que as ações de engajamento com a missão e os valores institucionais sejam estruturadas desde a formação das equipes.

O Programa de Gestão de Pessoas, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. implementar a nova estrutura organizacional e aprimorar os processos de gestão e planejamento anual, com base em diagnóstico contínuo, avaliação periódica e indicadores de desempenho;
2. garantir que a execução do Plano Museológico siga o Regimento Interno, o Código de Ética do ICOM e o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009);
3. instituir sistemas de avaliação interna e externa para monitorar a aplicação do Plano Museológico, assegurando transparência, eficiência, profissionalismo e fortalecimento jurídico da Instituição;
4. promover a formação contínua do quadro funcional, garantindo a execução qualificada dos programas, projetos e metas do Plano Museológico e ampliar equipes técnicas e operacionais, sempre que necessário;
5. desenvolver política de inclusão e acessibilidade, promovendo a democratização dos quadros profissionais e assegurando equipes com diversidade étnico-racial, de gênero e sexualidade, socioeconômica, etária, de perspectivas e de pessoas com deficiência; e
6. promover iniciativas de captação de voluntariado para engajamento da sociedade na gestão e preservação do patrimônio cultural, presencial ou à distância, nas áreas técnicas, educativas, culturais e socioambientais do Museu.

3. Programa de Acervos

O Programa de Acervos constitui um dos eixos estruturantes do planejamento museológico e sua premissa fundamental é a preservação, a organização e a divulgação das diferentes coleções que compõem o patrimônio do Museu.

A abrangência do Programa engloba o gerenciamento e o desenvolvimento de estratégias para subsidiar a manutenção e o crescimento do patrimônio cultural do Museu, a partir de ações integradas que envolvem a coleta por meio de doação ou aquisição, a guarda apropriada e o desenvolvimento de atividades de tratamento técnico, como a conservação preventiva e curativa, a organização, a documentação, a digitalização, a preservação digital, a pesquisa, a comunicação e, no caso específico do MIS, a produção de seu próprio acervo. Por se tratar de um Programa primordial, ele se articula diretamente com os Programas de Exposições, Pesquisa, Educativo, Financiamento e Fomento e Comunicação, bem como com o Programa Arquitetônico-Urbanístico. Compete-lhe organizar e planejar as atividades relacionadas ao tratamento técnico do acervo e à sua disponibilização, sendo essencial estabelecer as diretrizes e políticas que orientem sua gestão, integrando esforços voltados tanto à execução das ações necessárias quanto à elaboração dos documentos que regulam suas práticas.

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro ocupa um papel fundamental na história das instituições culturais brasileiras, sendo reconhecido por seu pioneirismo como o primeiro museu dedicado à imagem e som no país. Surge com a missão de preservar, pesquisar e difundir a memória cultural e artística do Brasil por meio de registros imagéticos e sonoros. Desde sua fundação, o MIS consolidou-se não apenas como guardião, mas também como criador e produtor de acervo, ampliando continuamente suas coleções e desenvolvendo projetos de registro da cultura nacional.

Entre suas realizações mais emblemáticas destaca-se a série Depoimentos para a Posteridade, iniciada em 1966, que reúne entrevistas com personalidades das artes, da música, da literatura e de diferentes campos da vida cultural brasileira. Este projeto foi pioneiro no país na coleta sistemática de testemunhos orais com finalidade arquivística, constituindo uma das mais valiosas fontes de memória do Brasil. O legado do MIS ultrapassa a preservação de documentos e está intrinsecamente ligado à construção e à valorização da identidade cultural fluminense e brasileira, sendo uma referência para outros museus da imagem e do som no país.

O MIS salvaguarda aproximadamente 930 mil itens⁹, representando um expressivo conjunto de documentos imagéticos, sonoros, audiovisuais, textuais e bibliográficos, além de objetos tridimensionais — como instrumentos musicais, equipamentos fotográficos, de áudio, de vídeo, indumentária, medalhas e troféus. Atualmente conta com 43 coleções que testemunham a memória particular e coletiva da produção cultural fluminense e brasileira:

Coleção	Aquisição ou Doação
Coleção Maurício Quadrio	1960/1961
Coleção Augusto Malta	1964
Coleção Guilherme dos Santos	1964
Coleção Almirante	1964
Coleção Lúcio Rangel	1964
Coleção de Portugal - Arquivo Ultramarino*	1964
Coleção Depoimentos para a Posteridade	1966 - dias atuais
Coleção MIS	1970 - dias atuais
Coleção Rádio Nacional	1972
Coleção Jacob do Bandolim	1974
Coleção Elizeth Cardoso	1979
Coleção Salvyano Cavalcanti	1987
Coleção Irmãs Batista	1988
Coleção Nara Leão	1990
Coleção Palácio Guanabara*	1990
Coleção Abel Ferreira	1995
Coleção Jurandyr Noronha	1997

⁹ Inventário em fase de finalização para subsidiar o planejamento da OS a ser contratada para administrar o MIS. Quantitativo atualizado em 29 de maio de 2026. Disponível em: <https://fmis.rj.gov.br/inventario2025/>. Acesso em: 29 maio 2026.

Coleção Odete Amaral	1998
Coleção Jorge Murad	1999/2000
Coleção Jairo Severiano	2004
Coleção Sérgio Cabral	2007/ 2015/ 2017/ 2025
Coleção Zezé Gonzaga	2008
Coleção da Discoteca Pública do Distrito Federal	2009
Coleção Paulo Tapajós	2009/2014
Coleção Waldyr Azevedo	2010
Coleção Hermínio Bello de Carvalho	2011/2012
Coleção Dorival Caymmi	2011
Coleção Carlos Saroldi	2012
Coleção Braguinha	2013
Coleção Herivelto Martins	2013
Coleção Nelson Motta	2013/2015
Coleção João Araújo	2014
Coleção Oscarito	2015
Coleção Imar de Carvalho	2019
Coleção Júlio Louzada	2019
Coleção Tito Madi	2019
Coleção Garoto	2021
Coleção Ronaldo Câmara	2022
Coleção Ortiz Rubio Alexim	2022
Coleção Ivan Lins	2023

Coleção José Wilker	2024
Coleção Marlene	2024
Coleção Amaral Gurgel	2025
Coleção Sindicato dos Músicos	2025
Coleção Joel Nascimento	2025

Tabela 3 - Coleções do MIS. Fonte: MIS, nov. 2025.

*A Coleção Palácio Guanabara foi transferida para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em 2006 e a Coleção de Portugal – Arquivo Ultramarino foi transferida para o Museu do Ingá em 2016.

O acervo do MIS encontra-se distribuído em duas sedes distintas. A sede da Praça XV abriga as reservas técnicas responsáveis pela guarda do acervo iconográfico e de parte do acervo audiovisual, e a sede da Lapa concentra os setores textual, de partituras, tridimensional, sonoro e bibliográfico, além de manter as cópias de segurança de dados e do acervo que está digitalizado.

A gestão das coleções do Museu está sob a responsabilidade da Diretoria Técnica Operacional e de sua equipe, sendo tratada de acordo com a natureza do suporte. Para isso, a estrutura técnica está organizada em sete setores específicos, cada um responsável pela guarda, preservação e tratamento técnico de tipologias distintas:

Setor	Acervo
Iconográfico	Registro de imagens estáticas: fotografias em papel, imagens estereoscópicas e negativos em vidro, diapositivos, gravuras, cartazes, serigrafias, pinturas, desenhos e álbuns impressos.
Sonoro	Discos em acetato, vinil e cera, CD, fitas de áudio em rolo, K7 e CD.
Audiovisual	Imagem em movimento em diferentes suportes: películas (depositadas em comodato na Cinemateca do MAM), VHS, U-matic, Beta-cam, DVD, Mini DV, Laser disc e HD.
Tridimensional	Instrumentos musicais, indumentária, objetos pessoais e comemorativos (prêmios, troféus, medalhas) e equipamentos fotográficos, de áudio, vídeo e televisão.

Textual e Partituras	Correspondências, <i>scripts</i> , roteiros, diários, dossiês, letras de música, recortes de jornais e revistas (Hemeroteca), partituras manuscritas e impressas.
Biblioteca	Livros, folhetos, periódicos, obras de referência e exemplares raros.
Memória Institucional	Conjunto de acervos sobre a história do MIS, reúne diversas tipologias.

Tabela 4 - Tipologias de acervo por setor. Fonte: MIS, nov. 2025.

No início dos anos 2000, foram implementadas diversas ações voltadas à mitigação dos desafios relacionados à gestão do acervo, com foco na execução de projetos de documentação, pesquisa e digitalização¹⁰. Historicamente, os processos de catalogação e inventário do acervo foram realizados, em parte, por meio de fichas e listas manuais, complementadas posteriormente por registros em planilhas Excel ou em uma base de dados desenvolvida em Microsoft Access. Cada coleção foi tratada de forma independente, conforme a estruturação dos setores técnicos, o que resultou em metodologias distintas de registro e organização, resultando na ausência de padronização nos procedimentos de catalogação e no uso de vocabulário controlado. Esta situação reforça a necessidade de se implantar um sistema unificado de gestão documental, que assegure a pesquisa e a preservação das informações sobre os bens culturais e garanta maior agilidade nos processos de recuperação e disponibilização de dados para pesquisas internas e externas.

O novo banco de dados online, desenvolvido especialmente para servir ao acervo do MIS, encontra-se acessível pelo site do Museu (bd.mis.rj.gov.br) e reúne 540.210 mil itens¹¹ disponíveis para pesquisa e consulta pública, porém não possui imagem de referência dos itens digitalizados.¹²

Com relação à digitalização do acervo, é urgente a implantação de uma Política de Preservação Digital que estabeleça os parâmetros para a geração dos representantes digitais, sistematize a criação de metadados e oriente o armazenamento seguro do material digitalizado e do acervo natodigital.

¹⁰ Tais iniciativas foram viabilizadas, em sua maioria, por meio de recursos oriundos de leis de incentivo e do apoio de instituições financiadoras, entre as quais se destacam a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a Petrobras, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o IBRAM.

¹¹ Dados coletados em 29 de maio de 2026.

¹² Parte do acervo encontra-se também disponível na plataforma Tainacan. Disponível em: <https://bd.mis.rj.gov.br/tainacan/>. Acesso em: 5 jun. 2026.

Para minimizar os problemas elencados acima, eixos de ação vêm sendo traçados. Alguns deles provenientes da iniciativa de requalificação da sede Lapa, intitulada MIS PRO, que não avançou por falta de recursos, mas serviu de ponto de partida para se repensar a sede do MIS na Lapa.¹³

Está prevista a desativação da sede na Praça XV e a consequente reunião de todas as coleções na sede na Lapa. A centralização em um único espaço permitirá maior eficiência na gestão do patrimônio museológico, favorecendo o controle ambiental, a padronização dos procedimentos técnicos, o aprimoramento das condições de segurança e a otimização dos fluxos de trabalho. A reforma física que será realizada na sede da Lapa deverá incorporar o espaço da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa e permitir a ampliação das áreas de guarda, porém ainda requer projeto específico para a implementação de uma reserva técnica, assim como para a criação de laboratórios de conservação e restauro que inexistem atualmente.

As melhorias na sede da Lapa também estão relacionadas à gestão do acervo de Carmen Miranda que irá compor a exposição no MIS em Copacabana com peças originais e fac-símiles. Atualmente, o acervo está sob a guarda do Museu Carmen Miranda (MCM), gerido pela Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro, também vinculada à SECEC-RJ. A futura exposição terá um espaço dedicado à artista, cujo projeto curatorial estruturou uma mostra narrativa que a apresenta como personagem-síntese do MIS. A partir da documentação do acervo, foram desenvolvidos conteúdos audiovisuais, iconográficos e sonoros que revelam ao público as múltiplas dimensões de sua trajetória. Na exposição de longa duração, a exuberância de seus figurinos ganha destaque em cinco vitrines centrais, ocupadas por manequins confeccionados com as medidas exatas da “Pequena Notável” e vestidos com trajes marcantes de sua carreira. Para esse conjunto, foram produzidas réplicas de cinco trajes completos, dois pares de sapatos, três turbantes avulsos e 67 peças de bijuteria. Além das réplicas confeccionadas, haverá itens originais, restaurados entre 2016 e 2017, via projeto incentivado (Lei Rouanet) pela FRM. As peças selecionadas deste acervo serão cedidas por meio de empréstimo pelo Museu Carmem Miranda e permanecerão na reserva técnica da instituição de origem até que a sede da Lapa apresente condições de recebê-los de maneira adequada. No total são três lotes de objetos que serão expostos em sistema de alternância quadrimestral na exposição de longa duração da sede de Copacabana. Os protocolos de guarda e expositivos serão orientados pela Superintendência de Museus da SECEC-RJ, com base na Portaria FUNARJ Nº 497, de 07 de

¹³ Para referência do projeto de requalificação do MIS, o MIS PRO, acessar o link do projeto. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/758648/metropole-arquitetos-vence-o-concurso-nacional-para-a-requalificacao-do-mis-pro-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 14 jan. 2026.

novembro de 2013, que dispõe sobre o empréstimo de acervo pertencente aos museus vinculados à estrutura da FUNARJ.

A insuficiência de equipe técnica para desenvolver as atividades de rotina é sinalizada desde o Plano Museológico de 2015, sendo enfatizada no documento de 2023, e segue como uma das demandas mais urgentes para atender às atividades técnicas e contribuir na melhoria da gestão do acervo MIS. No organograma proposto no Programa de Gestão de Pessoas desse Plano Museológico, consta a criação de 23 postos de trabalho dedicados às atividades técnicas, divididos em Coordenadorias: de Acervo, Preservação e Conservação e Pesquisa e Difusão.

Somado a esses esforços, a criação do MIS Digital¹⁴ constitui-se em um conjunto integrado de serviços e soluções digitais desenvolvidos para potencializar a experiência do visitante e do pesquisador, e deverá facilitar o acesso ao acervo da Instituição e da administração do MIS. O sistema será construído em duas etapas, sendo a primeira dedicada aos serviços essenciais para a abertura da sede de Copacabana e, na segunda fase, serão contemplados outros recursos que incluem os mecanismos de consulta ao acervo digitalizado, de modo a permitir o uso e o reuso qualificado dos conteúdos digitais — disponibilizando arquivos em baixa resolução para acesso público online¹⁵ e mantendo sob guarda institucional as versões em alta resolução. A gestão e a atualização dos dados serão de uso exclusivo do Museu, enquanto o público externo poderá realizar consultas por meio do portal na internet, com acesso restrito às informações que o MIS disponibilizar. Para garantir a integridade do sistema, será indispensável manter rigorosa padronização e controle dos metadados, evitando duplicações ou inserções equivocadas, o que exigirá revisões constantes e criteriosas.

O MIS, desde sua fundação, é considerado um Museu que promove o diálogo entre tecnologia, memória e produção de conteúdo. Seja utilizando as tecnologias da metade do século XX, como a produção de discos em vinil, passando pela criação de sua web rádio, até a

¹⁴ O MIS Digital será composto por diversos componentes integrados: portal na internet, sistema de venda de ingressos, aplicativo do visitante, serviço de transmissão de vídeos, gestão da loja física e virtual, jogos digitais, aplicativo Extra-Muros para experiências de audioguia na cidade, gestão do acervo digitalizado e uma plataforma comum que reúne *membership*, CMS, CRM, gestão do acervo, *API Security*, *analytics*, recomendações e grafos. As especificações técnicas de cada módulo estão descritas em documento próprio de requisitos e arquitetura do sistema a ser fornecido pela FRM.

¹⁵ O orçamento em fase de elaboração contempla o desenvolvimento do sistema de consulta do MIS Digital, não incluindo, neste momento, previsão orçamentária para a migração de conteúdo para a plataforma SISGAM, utilizada por outros museus do Estado.

recente realização de uma entrevista com a Orion Nova¹⁶, inteligência artificial generativa, um marco pioneiro no Brasil, na série Depoimentos para a Posteridade. Para tanto, o MIS publicou o documento intitulado Protocolo de uso de Inteligência Artificial, que estabelece diretrizes para a utilização responsável da IA, garantindo transparência e rastreabilidade dos conteúdos produzidos ou tratados por essas ferramentas¹⁷. A entrevista encontra-se disponível para consulta por meio de agendamento no Centro de Pesquisa, Memória e Documentação Ricardo Cravo Albin.

Apesar de ter sido implantado, em 2022, o Software CONCLIMA Cultura¹⁸, o MIS necessita elaborar um Plano de Gestão de Riscos para que as ações de conservação preventiva sigam protocolos internacionais de gerenciamento de riscos, balizados por documentos como a metodologia RE-ORG, o Guia de Gestão de Riscos do International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property ICCROM/ICOM e a Cartilha de Gestão de Risco do IBRAM.

Com relação às normas de catalogação, a confecção de fichas catalográficas deve seguir regras e referências do *Thesaurus para Acervos Museológicos, Sistemas de Classificação e Indexação de Bibliotecas* e as normas da ABNT. Para padronizar os inventários a serem elaborados, devem ser utilizados modelos internacionais e nacionais, como o INBCM (Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados) e o *Object ID* (norma do ICOM para descrição de objetos culturais, auxiliando no combate ao tráfico ilícito).

O Programa de Acervos tem as seguintes metas para os próximos cinco anos:

1. produzir sua Política de Acervos com definição de normas e procedimentos, atualizando o Manual de Normas do MIS (1999) e estabelecendo critérios objetivos de aquisição e descarte;
2. nomear uma Comissão de Acervo composta pelo corpo técnico da Instituição, SECEC-RJ e consultores externos;
3. regularizar os documentos legais de doação e aquisição de acervos (termos de doação, recibos, etc.), digitalizar antigos processos e inseri-los no Sistema Eletrônico de Informações;

¹⁶ Disponível em:

<https://www.radio.mis.rj.gov.br/news-719-fmis-apresenta-para-o-publico-do-rio-innovation-week-o-inedito-de-poimento-para-a-posteridade-com-um-nao-humano-a-inteligencia-artificial-orion-nova>. Acesso em: 23 nov. 2025.

¹⁷ Disponível em: <https://fmis.rj.gov.br/v1/protocolo-de-uso-de-ia/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

¹⁸ Este sistema elabora laudos/relatórios ambientais em tempo real e segue os protocolos de gestão de riscos (como a metodologia RE-ORG e o Guia de Gestão de Riscos do ICCROM/ICOM).

4. manter o Banco de Dados (BD) atualizado e acessível, atendendo às normas técnicas acompanhado da confecção de um manual de preenchimento e da transferência do servidor para as instalações da sede da Lapa;
5. integrar ao atual banco de dados institucional os conteúdos armazenados em CDs, pendrives e discos rígidos externos pertencentes ao MIS, com o objetivo de consolidar as informações produzidas até o presente momento;
6. criar o Laboratório de Conservação e Restauro, para atividades de processamento técnico, diagnóstico e intervenções;
7. transferir o acervo da sede da Praça XV para a sede da Lapa;
8. ampliar e otimizar os espaços de Reserva Técnica, por meio de reforma física no espaço e da realocação de peças ou revisão de embalagens;
9. desenvolver plano de trabalho para a catalogação de todo o acervo e sua digitalização, permitindo a consulta online, a integração e a interoperabilidade com outros sistemas;
10. produzir e implementar política de preservação digital, mantendo atividade constante de verificação dos arquivos e padronização de metadados;
11. realizar pesquisa permanente nos acervos, visando à documentação e qualificação dos bens culturais, subsidiando outras atividades da Instituição;
12. desenvolver o tratamento e processamento do acervo de História Oral, por meio de transcrições de áudio e produção de conteúdos;
13. manter a produção dos Depoimentos para a Posteridade;
14. verificar a pertinência da utilização do Sistema de Gerenciamento de Acervos Museológicos (SISGAM) em conjunto com o atual BD, ou, se for o caso, um novo sistema a integrar e/ou interoperar os dados;
15. implementar, promover e manter atualizado o MIS Digital, com funcionalidades que permitam o acesso ao acervo digitalizado e integração dos serviços;
16. consolidar o uso responsável de inteligência artificial por meio de diretrizes institucionais; e
17. preservar e monitorar as condições de conservação dos acervos originais expostos no MIS em Copacabana, bem como suas réplicas e fac-símiles.

4. Programa de Exposições

O Programa de Exposições abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do Museu, intra ou extramuros, de longa, média e curta duração.

O objetivo do Programa é abordar a exposição museológica como um dos principais instrumentos de diálogo entre o Museu e os públicos, reunindo ações expositivas em seus espaços internos e externos, abrangendo mostras de longa e curta duração, além de exposições itinerantes e virtuais.

Alinhada à missão e ao conceito curatorial da Instituição, a programação busca traduzir o imaginário carioca e brasileiro por meio da cultura imagética e sonora e da história do Rio de Janeiro. As exposições, reconhecidas como o meio de comunicação mais eficaz de um museu, apresentam conteúdos de forma lúdica e didática, apoiando-se em recursos tecnológicos e interativos e têm como propósito valorizar e difundir o acervo, ampliando seu alcance e promovendo o acesso público ao patrimônio preservado.

O programa expositivo do Museu da Imagem e do Som deve refletir a sua missão, visão, valores e objetivos institucionais, apresentando temas diversos sob múltiplas perspectivas, em diálogo com a produção cultural local, a memória imagética e sonora fluminense e brasileira e a história das comunicações de massa no país. As exposições devem priorizar a experiência do visitante como eixo central de concepção, montagem e avaliação, promovendo a sensibilização e a construção de sentidos. Além disso, o Programa busca integrar acervo, edificação e território, fortalecendo a identidade e a presença do Museu em seu contexto urbano e cultural.

O Programa de Exposições do MIS possui raízes históricas sólidas, refletindo desde sua criação, em 1965, uma postura arrojada e inovadora diante dos modelos museológicos tradicionais. O Museu destacou-se por narrar a história do Rio de Janeiro por meio de imagens e sons, adotando abordagens expositivas dinâmicas e acessíveis ao público. Concebido como um museu de vanguarda, o MIS nasceu com vocação itinerante, aproximando-se ativamente dos visitantes e ampliando seu alcance cultural. Entre suas exposições emblemáticas destacam-se: *Rio Antigo* (1965), com fotografias da Coleção Augusto Malta; a mostra de Trajes e Objetos de Carmen Miranda, que auxiliou na criação do Museu Carmen Miranda; e a exposição dedicada a Silvio Santos (2001), de grande sucesso de público. Após um hiato iniciado em 2007, motivado pela priorização da informatização, digitalização e conservação do acervo para o projeto de implantação da unidade em Copacabana, o programa expositivo foi retomado em 2019 com a mostra *Um MIS de Histórias*.

Em 2021, o Museu lançou o EXPOMIS, primeiro edital de fomento da Fundação, voltado à realização de projetos expositivos e à circulação de mostras itinerantes pelos municípios fluminenses. Paralelamente, investiu em exposições virtuais, como o *MIS em 3D*, além de mostras físicas e digitais em diálogo com eventos e efemérides culturais. Em 2023, apresentou a mostra de longa duração *Trilhas da Memória: uma viagem pela história e cultura do MIS RJ* e, em seguida, promoveu exposições temporárias como *Chatô e os Diários Associados – 100 anos de paixão*, *Janete Clair 100 anos – a usineira de sonhos* e o *Depoimento para a Posteridade – entrevista com a Inteligência Artificial Orion Nova*.

Com o reposicionamento das atividades do Museu entre a sede da Lapa e a unidade de Copacabana, esta última passará a assumir papel central no desenvolvimento das exposições e abrigará mostras de longa e curta duração, distribuídas em seis andares, com curadoria e projeto museográfico voltados à criação artística e à história cultural do Rio de Janeiro.

A exposição de longa duração da unidade de Copacabana possui curadoria de Hugo Sukman e projeto museográfico de Daniela Thomas e Felipe Tassara, em uma área total de 1.588,63 m². O partido curatorial possui como premissa fundamental a síntese de que o Museu da Imagem e do Som é o museu da IDENTIDADE CARIOCA. Para refletir as intenções da curadoria, o projeto de expografia é fundamentado na ideia de ‘passeio como sinônimo de rua’ e é composto por diversas experiências com eixos temáticos separados pelos andares da edificação.

De acordo com o projeto curatorial, o objetivo da exposição é ser uma vitrine do acervo, a fim de “atrair o público de forma encantadora, abrir caminho para as memórias e sensações dos visitantes, narrar a formação da identidade carioca e brasileira, revelar ao público as ‘pérolas’ do imenso acervo do MIS”.

Já as exposições temporárias ou de curta duração são voltadas para temas específicos, permitindo ampliar questões não contempladas e aprofundar aquelas presentes na exposição principal. Possibilitam ainda, a divulgação de itens do vasto acervo da Instituição, além de dar visibilidade aos resultados das pesquisas realizadas. Outro aspecto importante das exposições temporárias é que elas promovem o retorno do público para uma nova visitação. Atualmente, elas acontecem na sede da Lapa e, futuramente, acontecerão na unidade de Copacabana para dinamizar a programação cultural, com previsão de realização de pelo menos duas mostras ao ano. Essas mostras poderão ser desenvolvidas tanto pela equipe técnica do Museu quanto por outros agentes culturais, desde que apresentem temas alinhados à missão, à visão e aos valores do MIS, e que sejam de interesse para seus diversos públicos. Quanto ao uso dos espaços expositivos, devem ser estabelecidas regras claras de

funcionamento das áreas destinadas às exposições temporárias, por meio de um manual específico que normatize parâmetros de conservação, circulação e acessos.

As exposições itinerantes, que representam parte do trabalho extramuros, promovem a descentralização da atuação do Museu, ampliando seu alcance territorial e de público. Nelas, o Museu tem a possibilidade de apresentar recortes expositivos elaborados a partir das pesquisas desenvolvidas pela Instituição em ambientes externos às suas instalações, como, por exemplo, em eventos, escolas ou outros ambientes socioculturais. Essas exposições visam expandir a atuação do MIS e devem ser concebidas de forma estratégica e inovadora, utilizando recursos de acessibilidade, suportes adaptáveis e réplicas do acervo, de modo a preservar os originais e ampliar o acesso do público em diferentes regiões. Essa iniciativa fortalece o papel do Museu como equipamento cultural de abrangência estadual, promovendo a difusão do patrimônio imagético e sonoro para além da capital, alcançando municípios do interior do Rio de Janeiro, podendo também se estender a outros estados da federação e para o exterior do país.

Adicionalmente, uma outra forma de comunicação expositiva é oferecida pelas mostras virtuais, que podem ter curta ou longa duração. Seu principal objetivo é democratizar o acesso, já que são disponibilizadas pela internet e permitem que os conteúdos do Museu alcancem um público mais amplo, independentemente de barreiras geográficas. Essas exposições podem ser hospedadas atualmente no site do MIS e, depois de sua implantação, no ambiente do MIS Digital, ampliando significativamente seu potencial de alcance.

A estruturação das exposições exige uma abordagem interdisciplinar e integrada, garantindo que sejam concebidas por equipes formadas por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Essa integração assegura a atuação conjunta e as responsabilidades compartilhadas entre a curadoria e os setores de museologia, educativo, arquitetura, pesquisa e comunicação, fortalecendo a consistência conceitual, técnica e operacional.

As exposições devem ser pensadas de maneira a assegurar acessibilidade física e cognitiva, incorporando recursos multissensoriais como elementos táteis e sistemas de audioguia e audiodescrição, de modo a garantir a plena inclusão para públicos diversos. Além disso, é importante implementar processos de pesquisa e avaliação contínua para que se possa analisar a recepção do público e aprimorar ações futuras.

É necessário prever espaços expositivos que propiciem a preservação dos acervos, por meio da garantia de condições adequadas para a preservação de acervos físicos a serem expostos nas áreas expositivas temporárias e de longa duração: respeito aos parâmetros de exposição à incidência luminosa, limites de umidade relativa e temperatura de acordo com o suporte,

bem como de preservação dos repertórios digitais. Essas medidas devem incluir um rigoroso controle de conservação do acervo Carmen Miranda. Os itens originais da coleção, quando expostos, precisarão ser substituídos periodicamente, conforme critérios técnicos de conservação, alternando lotes em exposição e lotes em reserva técnica.

As exposições planejadas devem observar cuidadosamente as questões jurídicas que envolvem o uso de itens do acervo, incorporando um processo sistemático de identificação e regularização dos direitos autorais, conexos e de personalidade. Esse procedimento é essencial para viabilizar projetos expositivos que utilizam conteúdo do acervo, garantindo segurança legal e conformidade em todas as etapas. Cabe ainda destacar a necessidade de estabelecer com o MIS créditos obrigatórios para qualquer empréstimo ou uso de imagens de seu acervo: “Este material integra o acervo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro” – é um crédito que deve constar em todos os textos, legendas, catálogos e materiais de divulgação.

O Programa de Exposições, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. garantir a manutenção e avaliação contínua das exposições de longa duração na unidade Copacabana, buscando parcerias e recursos de Leis de Incentivo à Cultura;
2. manter ativo o espaço expositivo de curta duração da unidade em Copacabana, promovendo exposições com curadoria integrada e expografia multimeios;
3. dar continuidade à elaboração e/ou ampliar a publicação de editais de ocupação dos espaços expositivos, prêmios ou chamadas públicas para incentivar a produção de exposições temporárias e itinerantes;
4. ampliar a circulação de mostras itinerantes pelo estado e pelo país, dotadas de recursos de acessibilidade e réplicas do acervo;
5. implementar processos de pesquisa e avaliação de exposições para analisar a recepção do público e desenvolver novas estratégias que qualifiquem as ações do Museu;
6. viabilizar publicações e catálogos sobre as exposições do MIS, buscando parcerias e recursos de Leis de Incentivo à Cultura;
7. elaborar manual de uso dos espaços expositivos (em conjunto com o Programa de Acervos);
8. aplicar e fiscalizar rigorosamente as normas de conservação preventiva para os acervos físicos e digitais em exposição (em conjunto com o Programa de Acervos); e

9. ampliar a produção de exposições virtuais e integrar conteúdos ao MIS Digital, democratizando o acesso e fortalecendo a presença online do Museu.

5. Programa Educativo e Cultural

O Programa Educativo e Cultural abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo Museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições. Constitui, ao lado dos Programas de Exposições e de Comunicação, o terceiro eixo da cadeia operatória do MIS, responsável por aproximar da sociedade o trabalho de salvaguarda, pesquisa, produção e difusão do acervo. Integrado à visão curatorial e à missão institucional do Museu, o Programa abrange ações de mediação, educação, formação e programação cultural com o objetivo de ampliar o alcance do MIS, especialmente no campo educativo.

O MIS tem como meta promover novas e diversificadas formas de diálogo com seus públicos, assegurando a comunicação contínua dos conteúdos de suas coleções e estimulando a reflexão, o compartilhamento e a construção de experiências coletivas. Todas as ações institucionais devem incorporar uma dimensão educativa, reforçando o papel formativo do Museu. Além disso, busca-se articular o MIS com centros de pesquisa, universidades, escolas e demais instituições culturais e de ensino, integrando as visitas ao Museu aos temas e programas dessas entidades.

Os objetivos do MIS concentram-se em estimular o pensamento crítico e interpretativo sobre a história cultural do Rio de Janeiro, incentivando os visitantes a reconhecer e valorizar seus próprios repertórios em diálogo com as propostas do Museu sobre a criação artística na cidade e sua contribuição para a cultura nacional. O Programa busca promover a reflexão sobre o acervo e as dimensões político-culturais da produção local, entendida como expressão da brasilidade e da identidade cultural nacional. O Museu também quer ser proponente de experiências de aprendizagem, transformando-se em um espaço de vivência e participação ativa, e não apenas de recepção de conteúdo.

Ao longo de sua trajetória, o Programa Educativo e Cultural do MIS desenvolve ações contínuas de difusão e formação, consolidando o Museu como uma instituição inovadora e de vanguarda. Na década de 1970, o projeto Ação Educativa nos Museus atuou de forma participativa no desenvolvimento de atividades educativas e culturais, promovendo visitas guiadas para escolas e ações itinerantes voltadas às comunidades. Paralelamente, manteve intensa atuação cultural, com gravações, exibições de filmes, registro de depoimentos de memória oral, publicações editoriais, criação de prêmios e festivais, oferta de cursos e seminários, além da Escola de Música Popular, dirigida pelo maestro Guerra Peixe. Entre 1999 e 2002, o projeto MIS Vai às Ruas impulsionou a revitalização cultural da Instituição, ampliando as ações extramuros e transformando a sede Lapa em uma central de produções, com o MIS Editorial, rodas de choro e oficinas de música popular brasileira. Nos anos

seguintes, o Museu promoveu eventos e seminários em parceria com outras instituições, como o I Fórum Brasileiro de Museus da Imagem e do Som, realizado em 2009.

Em 2019, foi criado formalmente o Setor Educativo do MIS, em consonância com o Estatuto de Museus e a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), fortalecendo o Programa Educativo e Cultural e sua atuação voltada à mediação com diferentes públicos, à produção de materiais educativos, jogos e formações continuadas. A partir de 2021, o Museu passou a implementar ações que ampliaram o alcance e o impacto social do Programa e criou o projeto Academia MIS de Cultura, com foco na capacitação, treinamento e reciclagem dos seus servidores. O projeto representa uma ação de formação interna e capacitação, que está enquadrada no âmbito do Programa de Gestão de Pessoas e integra o Programa Educativo e Cultural do MIS. Em abril de 2021, foi inaugurada a Web Rádio MIS RJ, a primeira web rádio oficial de museus do estado, dedicada à difusão e popularização do acervo sonoro e dos depoimentos da Instituição. No mesmo ano, foi lançado o edital EXPOMIS, primeiro programa de fomento da Fundação, voltado à realização de exposições e programações culturais itinerantes nos municípios do Rio de Janeiro.

Em 2024, o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro relançou o projeto Academia MIS de Cultura. A nova fase, com início em janeiro de 2025, abriu dez vagas para o público participar de aulas semanais na sede da Lapa, conduzidas por diretores, técnicos e convidados, com foco no funcionamento e nas diretrizes museológicas da Instituição.

No contexto de mudança do modelo de gestão, passa a se estruturar um Projeto Educativo para o Museu da Imagem e do Som, que consiste em um conjunto de ações e projetos denominados: Programas Públicos. O foco principal é a mediação, a educação e a formação, enfatizando o conceito de aprender no museu e a importância da participação ativa do público. A proposta curatorial dos Programas Públicos reforça essa diretriz ao privilegiar o ato de aprender em detrimento da lógica de ensinar, partindo do princípio de que aprender implica um exercício ativo de construção de sentidos. Os Programas Públicos detalham as diretrizes, missão e objetivos do Projeto Educativo do MIS, que busca promover o engajamento crítico e o reconhecimento da cultura carioca em diversos públicos, incluindo escolas, famílias e profissionais.

Nesse horizonte, os Programas Públicos do MIS estruturam-se para atuar em três enfoques distintos, com ações que contemplam diferentes níveis de participação do público: o primeiro está voltado para a mediação cultural, e é dirigido a todo e qualquer visitante que busca orientação sobre a Instituição e sua programação, ou que deseja conversar sobre as experiências vividas nas exposições. O foco é informal, distanciando-se do caráter pedagógico e aproximando-se de um caráter informal de acesso aos diversos tipos de

conteúdo disponíveis, fomentando a participação crítica e a liberdade de opinião. O segundo, com base na educação, está voltado aos públicos oriundos da educação formal (estudantes e professores de todos os níveis de ensino). Busca relacionar-se com o currículo formal como ponto de partida, tornando visíveis as conexões entre o que os alunos viram em suas instituições de origem e as experiências e documentos disponíveis no Museu. Já o terceiro ponto focal está voltado para a formação, direcionada a profissionais e jovens estudantes que buscam complementar seus conhecimentos com situações de aprendizagem prática e teórica em áreas relacionadas à cultura e às artes (cursos, palestras, oficinas e workshops).

Os projetos educativos dos Programas Públicos do MIS foram estruturados para atender a públicos específicos, que são divididos nas seguintes categorias para fins de planejamento: públicos da educação formal e não formal (professores, estudantes, educadores sociais e aprendizes de projetos sociais); públicos espontâneos (turistas, locais, pesquisadores, parceiros e profissionais da área); e público interno (mediadores, funcionários do atendimento, comunicação e prestadores de serviço).

O Projeto Educativo considerado nos Programas Públicos do MIS estrutura-se em seis programas operacionais com enfoques específicos:

- I. Programa de recepção e orientação ao público e Programa de pesquisa de públicos do MIS: estrutura de acesso à informação qualificada sobre o Museu e sua programação, por meio de orientadores. Inclui a disponibilização de audioguias e videoguias, por meio de *web app*, além de coleta de dados para pesquisas sobre os públicos e práticas de mediação.
- II. Programa de mediação cultural e interpretação: oferece percursos mediados para o público que acessa o Museu em situação informal de lazer cultural, promovendo conversas e debates que confrontam opiniões e repertórios. O foco não é o ensino, mas o surgimento de variados sentidos possíveis para as experiências.
- III. Programa MIS Educação: visitas de caráter pedagógico conduzidas por educadores para estudantes e professores, relacionando os conteúdos do Museu ao currículo escolar formal.
- IV. Programa Família MIS: propicia lazer cultural e convivência em família, por meio de atividades de investigação e festivais que oferecem diversão e conhecimento, sem o caráter rígido da educação formal.
- V. Programas públicos de formação: reúnem ações para profissionais e estudantes, formação continuada de professores, formação da equipe educativa do Museu e

parceiros, e formação de públicos jovens por meio de empoderamento social e uso de recursos audiovisuais.

- VI. Programa de consciência funcional: visa promover o pertencimento e a colaboração entre as áreas do Museu, por meio de visitas especiais, coleta de depoimentos e encontros temáticos/técnicos para funcionários.

As ações e proposições previstas nos Programas Públicos poderão ser acessadas a partir de três plataformas principais: o espaço educativo, o MIS Digital, quando implementado, e as publicações pedagógicas digitais.

O espaço educativo, localizado na unidade de Copacabana, no primeiro entresócio, atuará como plataforma multiuso, aberta ao público, funcionando como laboratório, espaço de pesquisa, leitura, práticas, exposições e espaço de trabalho para a equipe educativa. Contará com sala multiuso e quiosques de acesso, e terá divisórias móveis, mobiliário modular e equipamento de projeção e som.

O MIS Digital, em complemento às demais funcionalidades de interface com os usuários, quando implementado, terá uma área online dedicada aos Programas Públicos, disponibilizando registros, propostas, dossiês pedagógicos, roteiros de visitas, materiais de apoio, e permitindo o acesso ao acervo e a propostas de ativação, especialmente para públicos impossibilitados de visitar o museu fisicamente.

As publicações pedagógicas digitais incluem materiais para professores (livros, cadernos de projetos), para estudantes e aprendizes de projetos sociais (em versões para diferentes idades), materiais educativos, jogos lúdico-pedagógicos e guias temáticos para famílias e turistas. Objetos digitais de aprendizagem (ODAs) tais como, vídeos, textos, imagens, jogos, infográficos, animações, simulação e outros recursos poderão ser usados e reutilizados como suporte à aprendizagem, dialogando com o acervo e o discurso das exposições.

Cabe ressaltar que o Projeto Educativo deve estar pautado na diversidade e na inclusão sociocultural. Com isso, a composição de uma equipe diversa no núcleo de educativo e públicos é fundamental para o desenvolvimento de uma política de inclusão sociocultural, pois concretiza, na própria equipe dos funcionários, a pluralidade das formas e do conteúdo dos diferentes diálogos que o Museu pretende estabelecer com os diversos públicos. Será a soma dos repertórios pessoais de cada membro da equipe, em conjunto com suas formações e experiências de vida, que vai constituir as diretrizes pedagógicas responsáveis por apontar os caminhos a serem experimentados no programa educativo do Museu. Para concretizar estas ações, é necessário que o Programa Educativo e Cultural seja desenvolvido em sinergia, fundamentalmente, com os Programas de Gestão de Pessoas e de Acessibilidade.

Além da garantia da acessibilidade física, conforme a legislação brasileira, é fundamental prever a acessibilidade comunicacional e atitudinal, para que se ofereça uma compreensão completa do conteúdo e da forma do Museu às pessoas com deficiência, por meio de um atendimento especializado e materiais pedagógicos acessíveis. A equipe de mediadores e orientadores deve ter formação constante nesse tipo de atendimento e no uso de recursos de tecnologias assistivas.

De modo a ampliar a acessibilidade, a criação de um ambiente multissensorial no Museu é uma iniciativa crucial para promover a inclusão e a acessibilidade de visitantes neurodiversos de todas as idades, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras condições sensoriais. Esse espaço não é apenas um ambiente de conforto, mas também uma ferramenta pedagógica que prepara os visitantes para interagir com as exposições do Museu de uma forma tranquila e receptiva, minimizando a sobrecarga sensorial que muitas vezes é um obstáculo para sua participação plena. Esta iniciativa não apenas atende às necessidades específicas desse público, mas também alinha o museu com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) que estabelecem o direito à acessibilidade e à cultura.

Além disso, é preciso garantir que o Museu promova o acesso aos bens culturais presentes no MIS a grupos em situação de vulnerabilidade social, com pouco ou nenhum contato com instituições oficiais da cultura.

O Programa Educativo e Cultural encontra consonância também com as ações dos Programas de Pesquisa, de Acervos, Sociocultural e de Comunicação. A ação educativa e cultural é absolutamente transversal a todas as ações finalísticas do Museu.

Com relação à programação cultural, além do conteúdo da exposição de longa duração deve-se ter como premissas: a necessidade de atendimento às exposições temporárias, com previsão de duas ao ano; a geração de conteúdo por meio dos Depoimentos para a Posteridade, uma vez que foram concebidos como eventos, contendo espetáculos (do próprio depoente ou sobre ele e sua obra) com a presença de convidados, público e mídia no auditório, com periodicidade mensal; e uma programação de eventos culturais regulares, que demandam especial atenção à interação com os públicos.

A programação de eventos culturais contempla o planejamento e a execução de atividades tais como:

- festivais e mostras temáticas: realização de festivais curatoriais e mostras temporárias alinhadas a efemérides e à identidade carioca;

- shows e apresentações musicais: programação musical regular, com artistas locais e regionais;
- projetos de teatro, dança e performance: espetáculos de pequeno e médio porte, residências artísticas e intervenções *site-specific* (concebidas exclusivamente para o local), especialmente aquelas que explorem a relação com a rua, o terraço ou a praia;
- ações educativas integradas à programação: oficinas, debates, palestras e mediações vinculadas aos eventos culturais, garantindo o caráter formativo e acessível da programação; e
- programação externa e intervenções urbanas: ações extramuros, como intervenções no calçadão de Copacabana ou ocupações em espaços públicos.

De maneira geral, as ações do Programa Educativo e Cultural podem promover situações e processos colaborativos que visem à mediação das experiências, construção de sentidos e busca por autonomia e cooperação. O processo educativo em museus baseia-se em cinco momentos inter-relacionados: conhecer, apropriar-se, criticar, valorizar e produzir. É necessário focar no público e na experiência, no intuito de priorizar a participação, reconhecendo que o visitante busca algo mais do que ver e ouvir. A mediação deve incentivar a reflexão sobre os diferentes significados da "rua" para o carioca, considerando que o Museu se estende pela cidade.

É fundamental também que o Museu desenvolva estratégias para a atração, recepção e fidelização dos diferentes tipos de públicos, promovendo a democratização do acesso à cultura e aos bens musealizados. Parte dessas estratégias contempla a realização de atividades educativas fora dos edifícios do Museu (Lapa e Copacabana), priorizando escolas em regiões distantes, com itinerância de exposições e materiais para ativar a conexão com o território. Deve atuar transversalmente, integrando acessibilidade, diversidade de públicos, sustentabilidade e engajamento, para se tornar um mediador atuante dentro e fora da Instituição.

O Programa Educativo e Cultural, para os próximos cinco anos, possui as seguintes metas:

1. implementar os Programas Públicos;
2. elaborar publicações pedagógicas digitais, com recursos ilustrativos e links para objetos digitais de aprendizagem (ODAs);
3. consolidar três plataformas de acesso (presencial, digital e editorial), com materiais pedagógicos, ODAs, registros, dossiês, roteiros e conteúdos acessíveis para públicos que visitam ou não o Museu;

4. desenvolver conteúdos audiovisuais e podcasts para compor as publicações pedagógicas digitais;
5. realizar formação da primeira equipe de educadores da sede de Copacabana, com a realização de mentorias de especialistas (digitais e presenciais) previamente à abertura do Museu;
6. desenvolver ações inclusivas e de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal;
7. estabelecer parcerias com ONGs e órgãos públicos para pessoas em situação de vulnerabilidade social e PcD (Pessoa com Deficiência);
8. manter e expandir o projeto Depoimentos para a Posteridade;
9. manter grade de eventos recorrentes (semanal, mensal ou por temporada) para fidelização de público;
10. planejar e promover o Festival MIS — evento anual de cultura carioca e fluminense;
11. desenvolver e aplicar metodologia de avaliação permanente das atividades educativas, envolvendo pesquisa com questionários respondidos pelos visitantes atendidos pelos educadores, sistematizando e interpretando os dados coletados;
12. estabelecer grupos de estudos para discussão de temas relacionados ao atendimento e à mediação das exposições;
13. implantar um modelo de mediação, educação e formação centrado na aprendizagem ativa, na construção de sentidos e na participação crítica dos diversos públicos;
14. garantir a atuação integrada dos programas de recepção, mediação cultural, educação escolar, família MIS, formação profissional e consciência funcional, assegurando atendimento qualificado e diversificado; e
15. criar ambiente multissensorial, garantir acessibilidade comunicacional e atitudinal, formar equipe diversa e especializada, e desenvolver ações para públicos com diferentes necessidades sensoriais.

6. Programa de Pesquisa

O Programa de Pesquisa abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisas institucionais e os projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros. Visa delinear as linhas gerais de investigação que o Museu da Imagem e do Som deve desenvolver para dinamizar, estimular e enriquecer suas atividades, dentro de uma perspectiva integrada e contínua.

O estudo e a pesquisa constituem eixos fundamentais das ações do Museu, orientando políticas de aquisição e descarte, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis, bem como as atividades de documentação, conservação, interpretação, exposição e educação — presentes em todas as ações do Museu, como um espaço privilegiado para a produção e reprodução do conhecimento e de troca de informações e reflexão. Estas atividades subsidiam e, ao mesmo tempo, são subsidiadas pelas demais ações que pautam a dinâmica institucional, ancoradas na salvaguarda e comunicação, que formam o tripé da cadeia operatória museológica (preservação, pesquisa e difusão).

As investigações desenvolvidas pelo MIS podem se organizar em duas vertentes principais: a pesquisa básica, voltada aos acervos, e a pesquisa aplicada, que parte da prática institucional e abrange temas como conservação, gestão, arquitetura, públicos, comunicação e avaliação de exposições, entre outros aspectos de interesse da Instituição.

Já a pesquisa de catalogação do acervo tem como propósito aprofundar o nível de informação e conhecimento a respeito dos objetos sob guarda do Museu. Seus resultados se desdobram em produtos culturais diversos, como exposições e publicações, atendendo a demandas específicas de difusão e estudo, e resultam em maior qualidade e fidedignidade das informações disponibilizadas para o atendimento de pesquisadores e do público em geral.

No que concerne ao histórico da Instituição, a produção de pesquisa constitui um eixo essencial do trabalho do MIS desde sua fundação, em 1965. Um de seus principais legados é a série Depoimentos para a Posteridade, iniciada em março de 1966, que se tornou a marca registrada da Instituição ao reunir registros de histórias de vida de personalidades da cultura carioca, fluminense e brasileira. A metodologia de registros orais desenvolvida pelo MIS foi pioneira no país e serviu de inspiração para a criação de outros museus da imagem e do som. Originalmente realizados em áudio, na década de 1990 os depoimentos passaram para o formato em vídeo. No mesmo período, o projeto foi sistematizado cientificamente com a criação do Núcleo de História Oral. Desde então, a gravação dos Depoimentos para a Posteridade é antecedida por uma pesquisa sobre a vida e a obra do entrevistado; as

perguntas são previamente discutidas com ele e com os convidados entrevistadores, para que, só então, seja elaborado o roteiro final da entrevista.

No âmbito da produção editorial, o MIS desenvolveu, nas décadas de 1980 e 1990, a revista *Coleção Depoimentos*, contendo a transcrição de depoimentos de personalidades, nacionais e internacionais, gravados pelo MIS; a série *Cadernos MIS: Memória das Bandas Centenárias do Rio de Janeiro*; e a *Coleção Quase Catálogos*, editada em parceria com a UFRJ. Já nos anos 2000, foi criado o Selo MIS Editorial, que abrange novamente as transcrições dos Depoimentos para a Posteridade, com o apoio do Fundo Nacional da Cultura e da FAPERJ, a Série Histórica (conjunto de títulos destinados a divulgar ensaios sobre a cultura brasileira), a *Revista da Imagem e do Som - RIS* (meio oficial destinado à divulgação de suas atividades), além de catálogos de exposições produzidas pelo MIS. Além disso, nesse período surge o Selo MIS Digital, fruto de um amplo trabalho de pesquisa e divulgação do acervo, com a proposta de remasterizar e digitalizar a coleção de vinis do Museu. Ainda, a partir da pesquisa observam-se iniciativas em andamento como a Web Rádio MIS RJ e o Podcast MIS Rio.

Instituído em 2023, o Centro de Pesquisa e Documentação Ricardo Cravo Albin configura-se como um espaço especializado na pesquisa do acervo, responsável por sistematizar os processos de consulta ao banco de dados online, organizar o atendimento presencial e normatizar os procedimentos de reprodução de itens, em conformidade com a Portaria FMIS/RJ nº 428, de 8 de fevereiro de 2023. Sua atuação deve consolidar-se de maneira proativa: além de atender consultas de pesquisadores e demandas externas, o Centro precisa funcionar como motor de produção de conhecimento e difusão cultural, assumindo protagonismo na geração de conteúdo e na orientação das investigações desenvolvidas no âmbito do Museu. Sua função deve ultrapassar o atendimento tradicional, transformando-se em um núcleo de criação e articulação intelectual, com as seguintes ações estratégicas: estruturar linhas de pesquisa que aprofundem o recorte patrimonial do MIS; realizar estudos sobre os acervos focados na documentação e qualificação dos bens culturais, fortalecendo as demais atividades institucionais; dar continuidade às pesquisas que subsidiam a elaboração das pautas dos Depoimentos para a Posteridade; e promover o desenvolvimento da pesquisa sobre a memória institucional.

No que diz respeito às abordagens e estratégias voltadas à excelência na produção e difusão do conhecimento, que constituem metas centrais para o aprimoramento do Programa de Pesquisa do MIS, é imprescindível compreender o Museu como um espaço de pesquisa continuada. Esse trabalho deve aprofundar o nível de informação e conhecimento em relação aos objetos sob guarda institucional, superando a mera descrição ou identificação básica dos itens do acervo. A pesquisa, portanto, envolve investigações de caráter vertical, que examinem em profundidade os contextos históricos, culturais e simbólicos de cada peça

ou conjunto documental, ampliando a compreensão e o valor interpretativo do patrimônio preservado. Ao mesmo tempo, deve estar orientada para a busca de excelência e para a transformação dos resultados em produtos culturais concretos e em estratégias de comunicação capazes de ampliar o alcance e a relevância do MIS.

Entre as iniciativas que podem ser impulsionadas pela pesquisa, destacam-se: a produção de conteúdos interpretativos para exposições; o incentivo à criação de novos produtos a partir de projetos de pesquisa e investigação do acervo, inclusive por meio de editais públicos; a participação na indústria fonográfica e audiovisual, a partir dos seus acervos; e o incremento das atividades editoriais do Museu, possibilitando a publicação técnico-científica, impressa ou digital, de catálogos, monografias, dissertações, teses e revistas.

A pesquisa avançada pode contribuir para a sustentabilidade e o engajamento institucional, gerando fontes de receita para o Museu, por meio do desenvolvimento de produtos a serem comercializados pela Instituição, e como mote para o estabelecimento de intercâmbios, acordos de cooperação, convênios e programas de bolsas com instituições de pesquisa brasileiras e internacionais, fortalecendo a produção de conhecimento e a inserção do MIS no cenário cultural e acadêmico. O Programa de Pesquisa do MIS também tem fundamental sinergia com os Programas de Acervo, de Exposições, Educativo e de Comunicação.

Acerca da pesquisa de público, mostra-se tímida a ênfase dada atualmente a este tema, restringindo-se à quantificação anual de visitantes e participantes das atividades da Instituição em cinco categorias: atendimento ao centro de pesquisa, exposições, depoimento para a posteridade, eventos diversos e total de assinaturas no livro de entrada. Faz-se necessária a ampliação do escopo da pesquisa de público para um mapeamento mais abrangente do perfil dos públicos impactados pelas ações do Museu. Entender os diferentes públicos com quem o Museu se relaciona permite a identificação de oportunidades e o planejamento de mecanismos para o fortalecimento de relações que se refletem fundamentalmente nas estratégias de comunicação e de ações educativas.

Os eixos que estruturam o Programa de Pesquisa, definidos como diretrizes orientadoras, abrangem inicialmente a pesquisa histórica ou de conteúdo e a história oral, voltadas à consolidação de linhas de investigação que aprofundem o recorte patrimonial do Museu; o desenvolvimento de pesquisas sobre cultura popular e patrimônio, para subsidiar conteúdos interpretativos destinados a exposições, publicações e demais produtos do Museu; e a garantia da continuidade do projeto Depoimentos para a Posteridade. O eixo que trata de parcerias e intercâmbios atua em alinhamento com o Programa Institucional, promovendo convênios e cooperações com centros de pesquisa, universidades e instituições de ensino, em sinergia com o Programa de Financiamento e Fomento, para mobilizar recursos voltados à manutenção de pesquisadores internos ou convidados. Outra diretriz dedica-se à organização e análise dos arquivos administrativos e históricos do MIS, visando à produção

da memória institucional. Por fim, o eixo atrelado ao Programas Públicos do MIS busca consolidar dados quantitativos e qualitativos sobre os públicos impactados pelas ações do Museu, a fim de identificar novos segmentos potenciais e diagnosticar lacunas a serem atendidas.

O Programa de Pesquisa, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. aprofundar o conhecimento sobre os acervos, qualificando informação, integrando salvaguarda e comunicação, e produzindo interpretações que ampliem o valor histórico, cultural e simbólico do patrimônio;
2. atuar de forma proativa na produção de conhecimento, na normatização de consultas e reproduções, na orientação de linhas de investigação e na sistematização da memória institucional;
3. implementar linhas de pesquisa em consonância com as diretrizes do Plano Museológico;
4. dar continuidade à pesquisa de personalidades de relevância histórica para a manutenção da série de Depoimentos para a Posteridade;
5. realizar pesquisas sobre cultura popular e patrimônio;
6. impulsionar publicações, conteúdos interpretativos, remasterizações, projetos de áudio e vídeo, editais de pesquisa e produtos derivados do acervo;
7. implantar projetos de pesquisa e investigação em parceria com instituições culturais, de ensino e de pesquisa;
8. manter e aprimorar a pesquisa e desenvolver estudos de catalogação, documentação, conservação, públicos, arquitetura, gestão e avaliação de exposições, produzindo resultados que subsidiam exposições, publicações e outros produtos culturais;
9. fortalecer as ações de memória institucional;
10. desenvolver e implementar metodologia para pesquisas de público;
11. realizar estudos quantitativos e qualitativos contínuos, mapeando perfis, práticas e expectativas para orientar comunicação, exposições e ações educativas, identificando novos segmentos e lacunas a atender; e
12. enviar anualmente o Formulário de Visitação Anual (FVA) ao IBRAM.

7. Programa Arquitetônico-Urbanístico

O Programa Arquitetônico-Urbanístico contempla a identificação, a conservação e a adequação dos espaços construídos e dos espaços livres, bem como das áreas do entorno da Instituição. Inclui a descrição dos ambientes e das instalações necessárias ao pleno exercício de suas funções e à promoção do bem-estar de usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do Museu. Abrange ainda a análise dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência. O Programa também se dedica às necessidades de infraestrutura, à conservação dos edifícios históricos e à implantação da unidade em Copacabana, buscando alinhar as instalações do Museu aos padrões contemporâneos de preservação, segurança e acessibilidade. Nesse sentido, define os requisitos espaciais, de equipamentos e de infraestrutura, orienta a manutenção predial, a preservação das unidades arquitetônicas e o relacionamento com os órgãos de proteção do patrimônio.

O objetivo deste Programa é garantir a adequação da estrutura física do Museu às suas funções museológicas, contemplando as necessidades de preservação dos acervos, realização de exposições, segurança e acessibilidade. E também definir diretrizes para a conservação das edificações e o cumprimento das normas técnicas aplicáveis.

Os requisitos técnicos para o Programa Arquitetônico-Urbanístico são complexos, já que o Museu é composto por três unidades, que refletem distintos momentos da história urbana e institucional da cidade, com estados de conservação diferentes entre si, e, especialmente, exigências técnicas próprias para suas respectivas ações de conservação e manutenção.

A sede situada na região da Praça XV, localizada na Praça Luiz de Souza Dantas, nº 1, é a unidade inaugural e um dos elementos mais antigos do patrimônio arquitetônico do Museu. Construída entre 1921 e 1922 como Pavilhão do Distrito Federal para a Exposição Internacional do Centenário da Independência, inaugurada em 7 de setembro de 1922, é um exemplar histórico raro, representando um dos poucos remanescentes daquele evento. Projetado pelo engenheiro e arquiteto Sylvio Rebecchi, o prédio segue o estilo clássico do ecletismo inspirado no Luís XVI, com linhas retas e modulações sóbrias. Tombado pelo INEPAC em 18 de março de 1992, passou por uma restauração entre 1989 e 1992 que recuperou o fausto do estilo original. Atualmente, abriga dois andares com Reservas Técnicas do acervo iconográfico e parte do acervo audiovisual, incluindo a coleção Depoimentos para a Posteridade em vídeos. Apesar de sua importância histórica, as instalações não atendem às normas de acessibilidade e geram custos elevados de climatização e manutenção. Futuramente esta sede do MIS será desativada.

A segunda sede histórica, localizada na Lapa, na Rua Visconde de Maranguape, nº 15, ocupa o antigo Hotel dos Estados, um prédio de arquitetura colonial do final do século XIX, situado na Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) dos Arcos da Lapa. Conforme o Art. 2º da Lei Municipal nº 3.188, de 19 de março de 2001:

A Área de Proteção do Ambiente Cultural dos Arcos da Lapa abrange o espaço urbano situado entre a Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Desterro, no começo da Rua da Lapa, o Largo da Lapa, a Rua Visconde de Maranguape, lado ímpar, a Praça Dom Jaime Câmara e a Rua dos Arcos, na qual fica vedada a alteração dos usos culturais sem lei que autorize. (RIO DE JANEIRO, 2001)

A edificação, que possui seis andares em um terreno estreito, é voltada para funções técnicas e de guarda, abrigando a maior parte do acervo da Instituição, incluindo arquivos sonoros, textuais e partituras, além do Centro de Pesquisa Ricardo Cravo Albin e a Fototeca Estadual.

O MIS em Copacabana, localizado na Avenida Atlântica, nº 3432, representa o marco contemporâneo do Museu, unindo modernidade, inovação e excelência arquitetônica no século XXI. O projeto foi concebido pelo escritório estadunidense Diller Scofidio + Renfro (DS+R), vencedor do concurso internacional de ideias realizado em 2009. Coube ao escritório brasileiro Índio da Costa o desenvolvimento do projeto executivo e a coordenação dos projetos complementares, em conformidade com a legislação brasileira e com as determinações do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), assegurando a adequação técnica e normativa da proposta arquitetônica. O edifício de dez pavimentos, com 8.780m², em terreno de 1.291m², inspira-se nas curvas da calçada de Copacabana e adota o conceito de “boulevard vertical”, interligando espaços internos e externos por rampas e escadas e funcionando como uma extensão do calçadão, ao mesmo tempo em que se configura como um novo mirante da cidade.

As instalações da Lapa e da Praça XV deverão ter suas ações de manutenção e conservação predial atendidas. Ambos os edifícios são históricos e adaptados, e não atendem plenamente às necessidades de guarda, preservação e acessibilidade. O acervo está fragmentado entre os dois prédios, o que aumenta a complexidade de gestão, segurança e conservação. Com a implantação da unidade em Copacabana, as atividades e as coleções da sede da Praça XV serão transferidas para a Lapa, unificando o complexo museológico de guarda de acervos em um único espaço integrado de reserva técnica. Esta movimentação reforça a necessidade de reforma da sede da Lapa, edificação que possui limitações de espaço e de condições técnicas para receber o acervo que virá da sede da Praça XV e para armazenar novos itens.

Em setembro de 2014, foi lançado pela Secretaria de Cultura o concurso arquitetônico para a adaptação da sede da Lapa no MIS PRO, que visava utilizar as coleções, equipamentos e

talentos para promover a descoberta, conhecimento e valorização da cultura carioca por meio do acervo para os moradores locais, frequentadores do território, estudantes e turistas. Além da sua função museológica, o MIS PRO pretendia criar uma profunda relação com o ecossistema cultural da Lapa, a fim de atuar em parcerias com os demais equipamentos culturais do território, de forma dinâmica. O vencedor do concurso foi o escritório MetrÓpole Arquitetura¹⁹, porém este projeto não teve continuidade.

Futuramente, a sede da Lapa concentrará todo o acervo do Museu e as atividades de preservação, documentação e pesquisa, garantindo melhores condições de segurança, conservação e expansão, além da possibilidade de abrigar exposições temporárias vinculadas à pesquisa do acervo. A requalificação da sede do MIS na Lapa prevê a incorporação da área da antiga Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, e na obra a ser realizada será providenciada a ampliação dos espaços de reserva técnica, assim como a criação de laboratório de conservação e restauro. Os projetos técnicos de restauro, arquitetura e complementares deverão ser desenvolvidos pela futura gestão do Museu em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, podendo, para tanto, recuperar as premissas utilizadas durante as reflexões para o MIS PRO e/ou o projeto vencedor do concurso, a partir do contato com o autor da proposta.

A unidade em Copacabana foi concebida como um museu de última geração, acessível, interativo, digital e sustentável. Destinada à difusão cultural, com forte vocação educativa, ela receberá exposições de curta e longa duração, além de uma programação diversificada, voltada à valorização da memória e da produção contemporânea em imagem e som. Além disso, a unidade abrigará cine-teatro-auditório, boate, área educativa, espaço multiuso, loja, café, restaurante panorâmico e mirante, sem previsão de áreas de reserva técnica para o acervo físico. O projeto foi desenvolvido a partir dos preceitos de acessibilidade universal e de sustentabilidade, conforme os parâmetros da certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), buscando alcançar a categoria *Gold* e tendo como referência, à época de sua concepção e desenvolvimento, a versão 3 do sistema. Em função da paralisação das obras e do longo intervalo de tempo transcorrido desde então, a Fundação Roberto Marinho (FRM) e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC) vêm articulando, junto ao *Green Building Council*, a viabilidade de obtenção efetiva da certificação para o equipamento. Considerando a alteração da metodologia adotada pelo órgão certificador, atualmente em processo de migração para a versão 5, foi estabelecido o prazo de julho de 2026 para a conclusão do processo de certificação. Caso as obras não sejam finalizadas até esse período, o MIS poderá não obter a certificação oficial. Ressalta-se, entretanto, que essa

¹⁹ Disponível em: <https://metropole.arq.br/mis-pro>. Acesso em: 4 jun. 2026.

condição não implica a perda das soluções e das características de sustentabilidade incorporadas ao projeto e à obra, tais como o uso eficiente de recursos naturais (água e energia), promoção do conforto ambiental, adoção de materiais adequados, energia solar para aquecimento de água, sistemas de reutilização de águas claras e cinzas, implantação de um telhado verde, entre outras estratégias alinhadas às boas práticas de sustentabilidade na construção.

As obras referentes à construção da unidade do MIS em Copacabana foram implementadas em três etapas distintas, sendo impactadas ao longo de 15 anos por interrupções na execução. A primeira etapa de obras ocorreu em 2010, com a demolição sustentável (materiais recicláveis foram doados a ONGs e cooperativas) do edifício ocupado pela Boate Help, após a desapropriação do terreno pelo Governo do Estado. Em 2014 foi encerrada a segunda etapa de obras, referente à construção das fundações e estruturas do edifício. Ambas as etapas estiveram a cargo da Fundação Roberto Marinho.

A terceira etapa, sob responsabilidade do Governo do Estado, referente às obras civis de instalações prediais, acabamentos, fachadas e esquadrias, esteve suspensa entre 2016 e 2021, ano em que as obras foram parcialmente retomadas. Esta etapa foi novamente interrompida em 2023 e reativada na totalidade nos anos de 2024 e 2025. A previsão é que a execução termine no segundo semestre de 2026.

Neste novo ciclo de gestão, a intenção institucional é que futuramente o MIS ocupe apenas dois prédios, o de Copacabana e o da Lapa, desativando assim a unidade da Praça XV. O MIS, em Copacabana, será um espaço de atração de expressiva visitação, focado numa exposição de longa duração, constante programação cultural, ativo Programa Educativo e oferta de serviços qualificados de entretenimento. Já o MIS Lapa será voltado à gestão do acervo do Museu, focado no aprofundamento do conteúdo e técnicas de tratamento de acervo e na prestação de serviços, atendimento e conteúdo de excelência para pesquisadores, técnicos em documentação, parceiros, turistas e frequentadores da Lapa. A relação entre as duas sedes do MIS (Copacabana e Lapa) deverá alcançar, no futuro, a combinação, em uma única organização, do poder de engajamento de público em larga escala e da pesquisa em profundidade sobre os temas da cultura carioca e fluminense. Neste sentido, considerando a natureza dos dois espaços que integrarão o MIS — um voltado prioritariamente para reservas técnicas e pesquisa e outro para programação cultural — as instalações devem estar adequadas ao cumprimento de suas funções.

Com relação ao controle ambiental, as reservas técnicas na Lapa necessitam de práticas avançadas de monitoramento e gestão de riscos para a preservação das diferentes tipologias que compõem o acervo da Instituição. Em 2022, foi implementado o software CONCLIMA

Cultura, considerado inovador para diagnóstico e gestão de risco em museus, que utiliza equipamentos de *dataloggers* para monitoramento climático em tempo real, seguindo os protocolos da Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a metodologia RE-ORG: Um Método para Reorganizar a Reserva Técnica de Museus, desenvolvido pelo International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM).

O projeto para a unidade de Copacabana está mais voltado para o conforto ambiental dos usuários do edifício e dos equipamentos museográficos. O projeto utiliza soluções de climatização por meio do sistema AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar-Condicionado) com roda entálpica para economia de energia e lâmpadas LED, seguindo critérios de sustentabilidade ambiental e econômica.

A respeito da acessibilidade, a unidade em Copacabana foi concebida com a premissa de ser um Museu com acessibilidade física e cognitiva, no qual qualquer visitante pode viver as experiências que o espaço proporciona. Os quesitos de acessibilidade física previstos na legislação brasileira, seja para crianças, idosos, pessoas com deficiência motora, auditiva e/ou visual, estão contemplados no projeto arquitetônico. O acesso ao pavimento de entrada acontece, além da escada, por meio de planos inclinados. A circulação vertical é assegurada em todos os pavimentos do edifício por meio de elevadores equipados com sinalização acessível para pessoas com deficiência visual. O Museu conta, ainda, com piso podotátil ao longo de seus percursos e escadas e corrimãos com sinalização adequada. O mobiliário e os equipamentos foram projetados para garantir o uso seguro e confortável por pessoas com mobilidade reduzida. O conjunto dessas medidas visa assegurar condições adequadas de acessibilidade, orientação, segurança e autonomia para todos os visitantes.

Estão disponíveis sanitários acessíveis em todos os pavimentos, além de vestiários para funcionários projetados de acordo com as normas de acessibilidade vigentes.

Já a sede na Lapa exige adequações no sentido de propiciar melhorias para a circulação e uso por pessoas com deficiência, considerando os diferentes fluxos de público no Museu: visitantes, pesquisadores, técnicos e funcionários. Deverá priorizar a facilidade de acesso de todos os tipos de usuários do Museu, atendendo suas restrições, necessidades e autonomia.

No contexto do Programa Arquitetônico-Urbanístico, cabe ressaltar que as duas edificações do MIS devem estabelecer coerência conceitual entre elas. A unidade da Lapa deve ser pensada em alinhamento conceitual com o prédio de Copacabana, assim como na especificação de materiais ou na sinalização do espaço, observando-se as especificidades locais. Deve-se buscar neutralizar percepções que possam confundir os usuários com relação

ao entendimento da unidade institucional entre os dois espaços que o MIS ocupa, reforçando a identidade do Museu como um todo. Para tanto, os prédios devem partilhar da mesma identidade visual e institucional.

Com relação ao entorno das duas edificações, ambas com grande circulação de moradores e turistas, é necessária sinalização urbana para indicação do Museu, de modo a facilitar a orientação do público. Não estão previstos estacionamentos, em coerência com a proposta de sustentabilidade do MIS, não estimulando o uso de automóvel, mas sim o uso de bicicletas e de transporte público. Além da farta oferta de transporte público, ambas as sedes estão localizadas próximas a estações de metrô e do sistema de aluguel de bicicletas compartilhadas, serviço privado com concessão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O projeto para Copacabana contempla uma baia de embarque e desembarque para até dois ônibus de grupos escolares e turísticos.

A Fundação Roberto Marinho (FRM) entregará à futura organização social gestora do Museu da Imagem e do Som (MIS) os projetos desenvolvidos para o edifício de Copacabana, compreendendo os projetos de arquitetura, os projetos complementares (estrutural, elétrico, hidrossanitário, climatização, segurança e acessibilidade, entre outros) e os de museografia. Esses documentos constituem referência essencial para a correta operação do equipamento cultural, para futuras intervenções e para a preservação da integridade arquitetônica, técnica e conceitual do Museu.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da atual Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (SEIOP), deverá disponibilizar à futura organização gestora os projetos *As Built*, bem como os manuais de operação, manutenção e conservação dos sistemas e equipamentos prediais instalados no edifício de Copacabana. A entrega desses documentos é condição indispensável para assegurar que os procedimentos de manutenção e operação do prédio sejam realizados de forma adequada, em conformidade com as especificações técnicas dos sistemas, com as boas práticas de conservação preventiva e com os requisitos normativos vigentes.

A construtora responsável pela execução da 3ª etapa das obras, contratada pela SEIOP, deverá garantir a solidez e a segurança da edificação pelo prazo legal vigente. Nos termos do artigo 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), as empresas Tangram Engenharia e Construtora R2X, que compõem o Consórcio Copacabana, responderão durante o prazo mínimo de cinco anos pela solidez e segurança da construção. Eventuais vícios ou defeitos construtivos identificados nesse período deverão ser sanados pelas construtoras, conforme previsto em lei. Findo o período de garantias legais e contratuais da obra, as

responsabilidades de operação, manutenção e conservação dos sistemas prediais caberão integralmente à futura organização social gestora.

Quanto à 2ª etapa das obras (Fundações e Estruturas), executada pela FRM, a obra finalizada em 2014 já está fora do período de garantia, entretanto a construção não apresenta nenhum problema estrutural ou falha construtiva identificada até o momento. A garantia contratual também não se aplica à 1ª etapa das obras (Demolição e preparação do terreno), executada pela FRM em 2010.

No caso das edificações históricas, as ações de conservação e restauração devem observar rigorosamente os parâmetros técnicos estabelecidos pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural competentes e pela legislação aplicável, assegurando a salvaguarda dos valores históricos, arquitetônicos e simbólicos do Museu da Imagem e do Som.

O Museu deverá contar com uma equipe técnica especializada em *facilities management*, responsável pela elaboração, implementação e acompanhamento do Plano de Manutenção e Conservação Predial, abrangendo ambas as sedes do MIS — Copacabana e Lapa. Esse plano deverá contemplar a conservação preventiva, a manutenção corretiva e preditiva dos sistemas e das edificações, incluindo os edifícios de valor histórico. O cumprimento rigoroso desse plano deverá ser objeto de fiscalização contínua por parte da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ) e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do contrato de gestão do equipamento cultural.

O Programa Arquitetônico-Urbanístico, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. assegurar que as sedes atendam às exigências técnicas de preservação, segurança, acessibilidade e funcionamento museológico e museográfico, integrando a arquitetura aos Programas de Acervos, Exposições, Segurança e Acessibilidade;
2. aplicar as normas vigentes da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), garantindo acessibilidade universal em todos os espaços, nos dois edifícios;
3. elaborar e implementar um planejamento de manutenção preventiva das suas edificações;
4. monitorar periodicamente o funcionamento e a eficiência dos sistemas de climatização e conforto ambiental;
5. atualizar e implementar o projeto de reforma e requalificação de reforma e requalificação na sede na Lapa;

6. acompanhar a desativação da sede da Praça XV, de responsabilidade da SECEC-RJ, com a transferência do acervo para a sede da Lapa;
7. unificar, ampliar e qualificar os espaços de guarda e preservação: concentrar o acervo na sede da Lapa, ampliar reservas técnicas, criar laboratório de conservação/restauro e assegurar condições ambientais controladas com monitoramento e gestão de riscos; e
8. estabelecer coerência entre a sede Lapa e a unidade Copacabana, em linguagem espacial, sinalização, materiais e comunicação.

8. Programa de Segurança

O Programa de Segurança aborda de forma integrada os aspectos relativos à proteção patrimonial do acervo e à segurança dos públicos interno e externo do Museu. Contempla a definição de sistemas, equipamentos, instalações, procedimentos e rotinas voltadas à prevenção e à resposta a emergências, sempre orientado por uma perspectiva museológica.

O Programa também promove a conscientização e a padronização das ações de segurança, articulando-se diretamente ao Programa Arquitetônico-Urbanístico. Essa integração considera aspectos essenciais como acessibilidade, circulação, rotas de escape, zoneamento de atividades e instalações, adaptando-se às especificidades dos espaços de guarda e das áreas de circulação pública. A definição das necessidades de segurança observa a natureza e o uso dos edifícios, seu valor histórico e artístico, o estado de conservação e o tipo de acervo, garantindo condições adequadas de preservação, proteção e bem-estar para visitantes e trabalhadores.

O Programa de Segurança objetiva proteger o acervo, as pessoas e os edifícios contra acidentes, roubo e vandalismo; controlar os fatores ambientais que contribuem para a degradação dos materiais; assegurar o armazenamento seguro e o correto acondicionamento do acervo; garantir e manter o funcionamento e a manutenção da edificação.

O planejamento da segurança deve ter caráter interdisciplinar, envolvendo todas as equipes do Museu, uma vez que as edificações devem ser compreendidas como um conjunto integrado e articulado. Além disso, o Programa busca abarcar medidas de proteção passiva, proteção ativa e controle operacional, garantindo a segurança de todos os espaços para as pessoas, o acervo e o edifício.

Historicamente, o MIS sofreu incidentes graves, como o incêndio de 1981, que causou perda de acervo e ressaltou a falta de segurança nas instalações elétricas. O sistema de segurança passou por significativas melhorias na primeira década dos anos 2000, por meio de projeto financiado pelo BNDES com apoio da SECEC-RJ, resultando em avanços na proteção contra acidentes, roubos e vandalismo nas sedes da Lapa e da Praça XV. Em 2008 foram instalados novos equipamentos e realizada a revisão dos protocolos de segurança; em 2010, foi providenciada a substituição e modernização dos sistemas para monitoramento eletrônico 24 horas. Com isso, as sedes da Praça XV e da Lapa passaram a contar com circuito fechado de televisão (CFTV) digital, que mantém gravação contínua, com centrais de controle localizadas na sala dos vigias, no setor de TI e na Presidência, garantindo armazenamento de

imagens por 30 dias e posterior *backup*. As câmeras estão distribuídas nos andares e passam por atualizações periódicas, conforme o plano de segurança.

O sistema de segurança atual do MIS Lapa inclui a vigilância física por meio de serviço de segurança patrimonial com vigilantes que realizam rondas e controlam o acesso de pessoas e materiais com registro de ocorrências em livro próprio.

O sistema de dados e voz integra a rede de internet, telefonia interna e externa, com acesso diferenciado entre administração e visitantes. A rede administrativa possui autenticação restrita de usuários, enquanto o sistema de telefonia e Wi-Fi garante comunicação eficiente e segura em todas as áreas do Museu.

O sistema de detecção e alarme contra incêndio segue as normas brasileiras e contempla sensores de temperatura, fumaça e dispositivos multifuncionais instalados nas áreas técnicas, administrativas e de exposição. Todos os espaços de guarda de acervo, portas, janelas e áreas de circulação são monitorados por câmeras de vídeo, com alarmes acionados na sala de controle e mensagens gravadas para orientar o público em caso de emergência.

As salas técnicas da sede da Lapa possuem sensores de temperatura e fumaça. Embora a maioria das Reservas Técnicas não possua climatização automatizada, as salas possuem equipamentos de *dataloggers* acoplados ao software CONCLIMA Cultura, implantado em 2022²⁰. Este sistema monitora as condições climáticas e gera relatórios em tempo real, auxiliando no diagnóstico e na gestão de riscos, e está alinhado com a Cartilha de Gestão de Risco do IBRAM, a Metodologia RE-ORG e o Guia de Gestão de Riscos do ICCROM/ICOM.

Do ponto de vista museológico, as ações de conservação preventiva, acondicionamento e mobiliário apropriados, inventário, catalogação e digitalização do acervo são medidas fundamentais para proteger fisicamente os itens das coleções, evitar dissociações e detectar perdas, furtos e extravios. Para este último quesito, o Programa indica a conferência e a atualização e manutenção do banco de dados, devendo ser um serviço preventivo, contínuo e permanente. Apesar da inexistência de um plano de gestão de riscos em vigor, os protocolos utilizados pela Instituição, segundo o PM 2023, estão alinhados com manuais nacionais e internacionais da área.

O planejamento de segurança exige um olhar interdisciplinar e um processo participativo de todos os setores do Museu, promovendo a conscientização e padronização das ações. O treinamento de pessoal é considerado o elo mais importante do Programa de Segurança,

²⁰ Projeto contemplado pelo Fundo Prince Claus e da Gerda Henkel Stiftung, edição 2020, especificamente voltado ao preparo para emergências do patrimônio cultural sob risco.

visando capacitar funcionários e terceirizados para o uso de extintores, evacuação do prédio em segurança e procedimentos relativos à salvaguarda do acervo e dos visitantes.

O serviço de segurança patrimonial deve utilizar equipe própria e/ou terceirizados, evitando a rotatividade de pessoal, e incentivar o uso de crachás de identificação por parte dos funcionários e colaboradores e a identificação de visitantes e pesquisadores, principalmente nas áreas com acervo. Além disso, são pontos importantes que complementam o controle operacional: estabelecer controle rigoroso de todas as chaves, identificadas e com normas de uso definidas, e assegurar a contratação de seguro de terceiros (visitantes e equipe), independentemente do seguro dos objetos.

A unidade em Copacabana possui projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, com capacidade estimada para 700 pessoas simultaneamente. Está previsto o monitoramento centralizado através do Centro de Controle Operacional (CCO), localizado no segundo subsolo, com acesso por meio de portas com controle eletromagnético. O CCO deverá realizar o monitoramento geral da segurança, sendo alimentado pelo sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) e sensores. O sistema de CFTV, assim como nas demais sedes, deverá operar com gravação 24 horas por dia e manter armazenamento por 30 dias. O uso de câmeras está previsto em todos os pavimentos, incluindo elevadores, fachadas e esquinas. Nas salas de exposições, o sistema CFTV deve ser flexível para permitir mudanças de configuração para se adaptar a diferentes configurações expográficas, e os ambientes deverão ter sensores de presença por infravermelho, funcionando fora do horário de visitação. No caso das obras originais expostas do acervo Carmen Miranda, devem ser aplicados sensores de contato que são acionados em caso de retirada do objeto. Além disso, está previsto que uma das câmeras do *lobby* contará com software de contagem de público.

Deverá haver sinalização para garantir a diferenciação e a demarcação entre áreas de acesso gratuito, restrito (usuários), pago (visitantes) e áreas técnicas. As portas das áreas técnicas devem possuir mestragem (chave-mestra ou mecanismo similar).

Estão previstos sensores de temperatura e fumaça em salas técnicas, administrativas e de exposições, com monitoramento das portas de escape por vídeo. O uso de sirenes deve ser restrito às áreas administrativas e, naquelas de acesso público, uma gravação deve fornecer as orientações.

Para a segurança da rede de dados, o acesso deve ser segmentado (administração e visitantes), utilizando autenticação de usuários via servidor AAA (sistema central de controle de acesso) e uso de *firewall* em arquitetura *clustering* (grupo de servidores interligados que funcionam como um só) para segurança de acesso à internet e conexões remotas.

A vigilância humana está prevista 24 horas/dia em áreas vitais (térreo, escada, cobertura e subsolo) e 12 horas/dia nos demais pavimentos, e haverá supervisão e controle automatizados para monitorar iluminação, ar-condicionado e reservatório de água, e alertar sobre problemas.

Com relação ao controle de acesso ao interior da unidade de Copacabana por meio da escada externa que perpassa por todos os andares, é importante frisar que as portas existentes não abrirão por fora, elas possuirão mecanismo que, quando fechadas, não permitem retorno para a área interna do Museu e quando houver eventos, será bloqueado o acesso ao 5º pavimento pela escada externa.

O Programa de Segurança e Gestão de Riscos, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. garantir proteção integral de pessoas, acervo e edifícios por meio de sistemas de prevenção, detecção e resposta a riscos, incluindo incêndios, intrusão, acidentes e condições ambientais inadequadas;
2. desenvolver e implantar o *Facility Report* — documento essencial que informa sobre as condições de equipamentos, parâmetros e procedimentos, permitindo que a equipe conheça melhor as edificações pela qual devem zelar;
3. elaborar e implementar uma Política de Segurança e Gerenciamento de Riscos, incluindo seus respectivos Planos de Contingência (emergência e evacuação de pessoas e acervos);
4. operar e atualizar sistemas de vigilância humana e eletrônica, garantindo supervisão permanente das sedes e resposta rápida a incidentes;
5. ampliar o sistema de prevenção de incêndio em todas as sedes do Museu (inclusive a sede da Praça XV até sua desativação) e conquistar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), cumprindo as exigências protocolares;
6. estabelecer parceria com o Corpo de Bombeiros para capacitação e orientação contínua das equipes (próprias e terceirizadas) sobre os procedimentos básicos de segurança e mitigação de danos;
7. realizar o inventário periódico do acervo, com conferência, atualização e manutenção do Banco de Dados;
8. implementar Programa de preservação digital para assegurar armazenagem e gerenciamento de dados de forma segura e a manutenção ao acesso às centenas de terabytes de arquivos digitais existentes e em crescimento;
9. criar Grupo de Trabalho (GT) e programa de capacitação contínua da equipe em segurança patrimonial, prevenção de incêndio e gestão de riscos;

10. promover a fiscalização periódica e a troca de extintores e mangueiras de incêndio asseguradas em contrato com empresa especializada; e
11. assegurar a aquisição de mobiliário e material adequado para a guarda segura e o acondicionamento apropriado do acervo.

9. Programa de Financiamento e Fomento

O Programa de Financiamento e Fomento abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos. É responsável por organizar os critérios referentes ao orçamento do Museu proveniente de diversas fontes, estabelecendo as formas de gestão financeira da Instituição e identificando necessidades e previsões orçamentárias para garantir seu pleno funcionamento.

O MIS é um equipamento cultural do Governo do Estado do Rio de Janeiro. O planejamento e acompanhamento das políticas públicas para a sede da Lapa e para a unidade em Copacabana serão conduzidos pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ), enquanto a gestão para a execução das metas e o alcance dos resultados será realizada por meio de uma Organização Social (OS), modelo que busca maior eficiência administrativa e sustentabilidade operacional.

O principal objetivo do Programa de Financiamento e Fomento é identificar e priorizar estratégias de geração de receitas operacionais (ingressos, licenças, vendas, concessões e locações) e captação de recursos (patrocínios e doações) que ampliem as fontes de financiamento disponíveis para o Museu. Esses recursos destinam-se à requalificação da sede do MIS na Lapa e à operação de ambas as sedes, bem como à manutenção das atividades regulares, cobrindo custos administrativos, projetos e ações específicas do Museu como um todo. O Programa deve estar plenamente alinhado à missão, visão, valores e objetivos institucionais, contribuindo para a preservação da identidade do Museu. A geração de receitas operacionais e a captação de recursos são compreendidas como uma atividade-meio e não um fim em si mesma, devendo priorizar a mobilização de instituições e empresas socialmente responsáveis.

Entre as premissas estabelecidas para a unidade do MIS em Copacabana destacam-se: atender à meta de investimento estipulada para o projeto, garantindo a complementação dos recursos do Governo do Estado por meio da iniciativa privada; criar condições de sustentabilidade econômica, política, ambiental e cultural em longo prazo; diversificar as fontes de financiamento por meio do uso de políticas públicas culturais em diferentes esferas; e utilizar as receitas provenientes de aluguel de espaços e serviços, como café, loja, cine-teatro-auditório, boate, espaço multiuso, restaurante e terraço panorâmico para apoiar as despesas operacionais da Instituição.

Historicamente, o MIS foi instituído com o patrimônio inicial representado pela dotação de bens, conforme escritura pública, pelo Banco do Estado da Guanabara (BEG), em 1965,

responsável por financiar a aquisição das primeiras coleções e a restauração da sede na Praça XV.

Entre 1983 e 2018, o MIS contou com o apoio da Associação de Amigos do MIS e com a Associação dos Colaboradores da Fundação Museu da Imagem e do Som (ACMIS), responsáveis por apoiar a Instituição na captação de recursos provenientes de doações, patrocínios culturais, eventos e vendas de produtos e publicações. A ACMIS desempenhou papel estratégico na elaboração e gestão de projetos financiados por leis de incentivo à cultura, contribuindo para o aprimoramento da infraestrutura e das atividades do Museu. Em diferentes períodos, o MIS também contou com o suporte de assessorias especializadas em captação de recursos, responsáveis por planejar, estruturar e acompanhar as etapas dos projetos.

A estratégia de captação de recursos para a implantação da unidade do MIS em Copacabana foi desenvolvida por meio de parceria entre a SECEC-RJ e a Fundação Roberto Marinho. A FRM atuou como proponente de projetos, autorizada a captar recursos no âmbito da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, mais conhecida como Lei Rouanet, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), para empresas contribuintes do Imposto de Renda federal. E também se habilitou à Lei Estadual de Incentivo à Cultura, Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e ao Decreto nº 44.013, de 2 de janeiro de 2013, que permite às empresas contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) no Rio de Janeiro investir em projetos culturais no estado, por meio do incentivo fiscal.

O plano de captação de recursos para a implantação do MIS em Copacabana contemplou a definição de cotas de patrocínio — Patrono, Patrocinador e Apoio —, associadas a contrapartidas de visibilidade institucional e de acesso ao Museu para cada parceiro. As empresas parceiras atuantes, no primeiro momento do projeto, foram: Globo, Natura e Itaú (como Patronos); Ambev, Light, IBM e Vale (Patrocinadores); Votorantim e NHJ (Apoiadores).

Atualmente, o MIS tem orçamento próprio coordenado pelo Governo do Estado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e os recursos para a folha de servidores são provenientes da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Os principais desafios residem no fato de que o Museu tem recursos insuficientes para programas e projetos, e faltam técnicos especializados ou com foco na captação de recursos. Além disso, a Associação de Amigos foi extinta e a de Colaboradores está inativa.

De maneira geral, as fontes de recursos são divididas em fontes internas (receita própria) e externas (financiamento, patrocínio e doação). Nesse espectro, as fontes de receitas se

organizam por meio de cinco eixos, sendo dois referentes à receita própria, provenientes dos repasses do Governo do Estado e das receitas operacionais, e três referentes a fontes externas, provenientes dos recursos incentivados por meio de leis de incentivo à cultura, da arrecadação sem incentivo e das receitas não operacionais provenientes de rendimentos de investimentos e fundos patrimoniais.

Entre as fontes internas, situam-se como formas de arrecadação de receita operacional, adicional ao repasse do Governo do Estado: a cessão de uso de imagem e propriedade intelectual, incluindo reprodução do acervo, digitalização e cessão para fins acadêmicos e publicitários, que atualmente está normatizada no MIS por meio da Portaria FMIS/RJ nº 428, de 08 de fevereiro de 2023; a comercialização de publicações produzidas pelo MIS, tais como catálogos e livros; a locação de espaços para filmagens e eventos; a cessão onerosa de uso para a implantação e exploração comercial nos espaços de café, restaurante, loja, cine-teatro-auditório e boate; bilheteria (observada a política de gratuidade).

Com relação às fontes externas, além dos recursos incentivados por meio de leis de incentivo à cultura, é possível diversificar as fontes de receita por meio da arrecadação sem incentivo, como a obtenção de recursos diretos dos governos e órgãos de incentivo à cultura e pesquisa, em editais de fomento federais, estaduais e municipais; da realização de termos de parceria com secretarias e/ou ministérios de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; de editais de fomento de organismos nacionais e internacionais; da doação de pessoa física ou jurídica, em serviços ou produtos.

Ainda, os fundos patrimoniais, chamados também *endowment*, são fundos de caráter permanente constituídos por doações de pessoas físicas e jurídicas. Estes recursos são investidos no mercado financeiro para que os rendimentos obtidos sustentem projetos alinhados à finalidade social da instituição. Desta forma, o recurso doado permanece continuamente sendo reinvestido, assegurando capital suficiente para a continuidade da iniciativa a longo prazo. A criação de fundos patrimoniais está fundamentada na Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019, e tem potencial para contribuir para o custeio das operações do Museu de forma sistemática, já que os rendimentos têm caráter perene.

Outra estratégia frutífera no âmbito da arrecadação de receitas para o Museu situa-se no estabelecimento de um programa de fidelização e captação de recursos de pessoas físicas. Esta iniciativa oferece benefícios aos frequentadores, estimulando o engajamento e criando uma comunidade engajada em torno do MIS, o que estreita o relacionamento com esse público.

As melhores práticas de gestão museológica apontam para a importância da diversificação das fontes de receita, da construção de parcerias sólidas e da captação de patrocínios. O potencial de geração de recursos próprios deve ser amplamente explorado, valorizando os ativos tangíveis e intangíveis do Museu, como sua imagem, marca e acervo. Nesse sentido, a gestão deve priorizar a locação de espaços para filmagens, eventos, loja, espaço multiuso, restaurante e café como forma de complementar o orçamento; o desenvolvimento e a comercialização de produtos e publicações alinhados ao conceito institucional e licenciados pela marca; a realização de eventos especiais que promovam retorno financeiro e visibilidade; e a criação de um plano de marketing voltado ao fortalecimento da imagem institucional e à atração de patrocinadores e apoiadores em sintonia com o perfil e com a missão do Museu.

Os espaços localizados na unidade do MIS em Copacabana, passíveis de locação e geração de receita, são:

- Café (195 m², 56 lugares sentados/cobertos);
- Loja / Livraria (100 m²);
- Cine-teatro-auditório (281 lugares);
- Boate (154,25 m², 100 pessoas);
- Restaurante (395 m², 131 pessoas considerando salão e bar); e
- Terraço panorâmico (cerca de 700 m²).

Quanto aos procedimentos e normas da operação dos serviços oferecidos nesses espaços, para garantir a qualidade e a coerência institucional devem ser observadas diretrizes com relação à necessidade de integração da marca do Museu, qualidade dos serviços prestados, adoção de práticas sustentáveis e acessíveis, e aderência dos produtos comercializados à identidade do MIS. Nesse sentido, os espaços de serviços devem se integrar à arquitetura, à identidade visual e à sinalização do Museu, garantindo que nenhuma marca proprietária de terceiros se sobreponha à marca do MIS. Os serviços devem seguir o padrão de qualidade dos principais museus do mundo. Compete ao MIS a aprovação dos projetos apresentados — inclusive no que diz respeito à assinatura de marca —, sendo facultado ao Museu solicitar alterações nos produtos e serviços oferecidos para garantir a excelência esperada. O portfólio de produtos da loja deve estar relacionado à programação cultural e à visão curatorial do Museu, incluindo produtos derivados do conteúdo do MIS, produtos em parceria com a marca e produtos da cultura carioca e fluminense em geral.

Por se tratar de um museu que busca a Certificação LEED, todos os pré-requisitos referentes à sustentabilidade deverão ser considerados nos projetos, nas obras e na operação destes espaços, de forma a corroborar com o intuito do Museu e demonstrar alinhamento com a preocupação de práticas sustentáveis. Também alinhados a práticas sustentáveis e inclusivas, os serviços de restaurante, bar e cafeteria, com preços acessíveis, devem dar preferência a alimentos orgânicos produzidos no estado do Rio de Janeiro, oferecer água filtrada fresca e gratuita, e ter opções vegetarianas, veganas, sem glúten, sem açúcar e sem lactose, além de cardápio infantil.

Com relação à acessibilidade e ao atendimento do público nos espaços alugados, é necessário guardar sinergia com as práticas do Museu. Os funcionários devem ser capazes de atender em inglês e espanhol, e deve haver pelo menos um atendente com treinamento em Libras. O acesso aos serviços deve ser facilitado para pessoas com deficiência por meio de recursos que garantam a fruição do ambiente e o consumo confortável. O acesso ao wi-fi deve ser gratuito aos visitantes, sem imposição de cadastramento.

As diretrizes do Programa de Financiamento e Fomento articulam-se com a gestão estratégica, a comunicação e as operações, devendo relacionar-se aos demais programas do Plano Museológico para compreender e atender às demandas de cada eixo de atuação da Instituição. Também buscam integrar ações que fortaleçam institucionalmente a marca e a comunicação do Museu, de modo a favorecer as iniciativas de captação e fomento.

Nesse sentido, são fundamentais o diálogo interno e a priorização de metas a curto, médio e longo prazo, que permitam identificar e desenvolver os projetos do Museu que necessitem de financiamento externo e aqueles que possam ser viabilizados por meio de parcerias e cooperações técnicas com outras estruturas públicas e privadas para o desenvolvimento de atividades museológicas, buscando intercâmbio institucional de profissionais. É também imprescindível elaborar um plano de marketing, ferramenta de gestão essencial para fortalecer o posicionamento da marca, a comunicação e, conseqüentemente, a captação de recursos e fomento. Isso implica desenvolver uma política de captação de recursos, com foco em relações institucionais e parcerias estratégicas, voltadas para a flexibilização, diversificação e ampliação das receitas do Museu, planejar e executar campanhas de engajamento, identificar fontes de financiamento, incentivadas ou não, e coordenar a elaboração, submissão e acompanhamento de projetos de captação.

Cabe ressaltar, também, que a equipe gestora responsável por liderar as atividades de financiamento e fomento deve atuar ativamente na retenção e captação de parceiros. Isso inclui engajar os patrocinadores da implantação da unidade Copacabana para que sigam como mantenedores do MIS, além de buscar novas parcerias no mercado. Adicionalmente, a

equipe deve acompanhar as atualizações das regras dos mecanismos de incentivo federais, estaduais e municipais — garantindo o uso correto das políticas públicas culturais — e transformar os eventos da Instituição em oportunidades de atração de investidores.

O Programa Financiamento e Fomento, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. ampliar e equilibrar as entradas financeiras por meio de receitas internas (cessão de imagem, publicações, locações, bilheteria e exploração comercial) e externas (editais, convênios, doações, patrocínios e fundos patrimoniais);
2. elaborar política de captação de recursos;
3. elaborar e implementar plano de marketing, estratégias de fidelização, campanhas de engajamento e políticas integradas que orientem a captação de recursos incentivados e não incentivados, além do acompanhamento de editais;
4. estruturar mecanismos perenes como fundos patrimoniais (*endowments*) para sustentabilidade financeira contínua;
5. sistematizar o desenvolvimento de projetos do MIS para formatação e inscrição em linhas de fomento que necessitam de financiamento externo;
6. realizar estudo para a criação de programa de fidelização de público, destinado a pessoas físicas que desejem se associar ao Museu por meio do pagamento de anuidades;
7. viabilizar, por meio de atos convocatórios, a seleção de permissionários para a implantação e exploração comercial, mediante permissão onerosa de uso, dos espaços de locação do MIS; e
8. explorar o potencial da imagem institucional, do acervo e da localização da sede de Copacabana para gerar receita, desenvolver produtos licenciados e promover eventos.

10. Programa de Comunicação

O Programa de Comunicação tem por finalidade divulgar e consolidar a missão do Museu da Imagem e do Som, fortalecendo a imagem institucional e ampliando a disseminação de seus projetos, acervos e atividades em âmbito local, regional, nacional e internacional, com especial atenção ao novo ciclo inaugurado pela abertura da sede de Copacabana e à integração orgânica entre presença física e presença digital.

Ao longo de seis décadas, o Museu da Imagem e do Som construiu uma atuação comunicacional inovadora, articulando preservação, difusão e produção de conteúdos e tornando-se referência no registro da memória imagética e sonora da cultura do Rio de Janeiro. Desde sua criação, a comunicação integrou a prática institucional: o MIS manteve laboratório fotográfico, estúdio de gravação e editora própria, produzindo cartões, discos, livros e fac-símiles que aproximavam o público e projetavam a marca do Museu.

Nesse contexto, surgiram iniciativas que moldaram sua identidade comunicacional. As publicações fonográficas de 1965 — com discos de Noel Rosa e Carmen Miranda — originaram o futuro Selo MIS; em 1966, a *Guanabara em Revista* consolidou a divulgação de artigos e depoimentos; e a série Depoimentos para a Posteridade firmou-se como prática pioneira de construção de memória coletiva e de produção de acervo pelo próprio Museu. Esses marcos demonstram que comunicar sempre foi parte orgânica da missão do MIS.

A difusão audiovisual também foi central em sua trajetória. A sala de cinema, as mostras e debates contribuíram para a formação de plateias e para o diálogo público sobre cinema e imagem. Essa vocação renovou-se com a criação da Divisão de Cinema, em 2023, reforçando o compromisso do Museu com a preservação e a divulgação do patrimônio cinematográfico brasileiro.

No campo digital, o MIS investe, desde 1999, na modernização tecnológica voltada à informatização e à digitalização do acervo. Seu website, ativo desde 2000, evoluiu de um simples folheto eletrônico para um verdadeiro “museu virtual”, ampliando o acesso à memória imagética e sonora. Em 2021, o Museu implantou o Banco de Dados online, disponibilizando milhares de itens para consulta pública.

No mesmo ano, inaugurou a Web Rádio MIS RJ, primeira web rádio oficial de museus do estado, dedicada à difusão do acervo sonoro, dos Depoimentos e de conteúdos curatoriais. Em 2025, o Banco de Dados recebeu cerca de 10.500 visitantes, enquanto a Web Rádio registrou 14.300 acessos, confirmando a relevância dos canais digitais na aproximação com os públicos.

A produção de conteúdo seguiu em inovação. A atual gestão viabilizou a série Depoimentos para a Posteridade com gravações virtuais durante a pandemia, o que possibilitou registros fora do estado e até em outro continente; mais recentemente, o MIS realizou o primeiro depoimento com uma inteligência artificial generativa (Orion Nova²¹), instituindo protocolos de uso responsável de IA e reiterando seu papel de laboratório de memória e linguagem²².

Em redes sociais, o Núcleo de Mídias mantém presença ativa com a divulgação contínua do acervo e de narrativas históricas, utilizando curiosidades, efemérides e homenagens para estimular visita e pesquisa. Durante o isolamento social de 2020-2022, o MIS ampliou sua difusão com playlists em plataformas de streaming, como a série *Um MIS de História*, complementando a Web Rádio e fortalecendo o fluxo permanente de conteúdos nos canais digitais.

O diagnóstico do Plano Museológico 2023-2028 apontou avanços e desafios, como a necessidade de fortalecer mala direta e e-mail marketing segmentados, aprimorar a comunicação interna, estruturar um plano de marketing e garantir maior continuidade às ações. Também identificou oportunidades de melhorar o relacionamento com a imprensa e a resposta ao público em sites e redes, refletindo limitações de equipe. Esses apontamentos reforçam a importância de integrar comunicação, dados, governança editorial e atuação conjunta com educativo, acervo e programação — condição essencial para o salto de escala com a inauguração da nova sede.

A comunicação, enquanto função estratégica e transversal, articula-se com todos os programas do Plano Museológico e opera por meio de imprensa, publicidade, website, Web Rádio MIS RJ, redes sociais, ações extramuros e atendimento ao público, qualificando o acesso, ampliando o diálogo social e apoiando o reposicionamento institucional do MIS no novo ciclo de operação.

O Programa de Comunicação assume a coordenação do planejamento estratégico das necessidades comunicacionais do MIS, garantindo a coerência das narrativas, a unidade da identidade institucional e o alinhamento entre curadorias, programação cultural, ações educativas e difusão do acervo, inclusive no que tange à acessibilidade comunicacional e informacional. A atuação compreende o desenvolvimento de relações estratégicas com instituições culturais, redes de museus, sistemas de ensino e órgãos públicos nas diferentes

²¹ Disponível em:

<https://www.radio.mis.rj.gov.br/news-719-fmis-apresenta-para-o-publico-do-rio-innovation-week-o-inedito-de-poimento-para-a-posteridade-com-um-nao-humano-a-inteligencia-artificial-orion-nova>. Acesso em: 23 nov. 2025.

²² Esses conteúdos encontram-se disponíveis para consulta, mediante agendamento, no Centro de Pesquisa, Memória e Documentação Ricardo Cravo Albin.

esferas, além de parcerias com veículos e plataformas, tendo em vista a captação de patrocínios e coproduções, de modo convergente com as diretrizes de governança e transparência.

Este Programa também deve assegurar a comunicação com diferentes públicos por meio de pesquisas regulares de perfil e satisfação, análise de dados de uso e relatórios de avaliação, subsidiando a segmentação de mensagens, a qualificação do acolhimento e a diversificação de formatos. Também garante acessibilidade comunicacional em todos os canais, oferecendo recursos como Libras, legendagem, audiodescrição, leitura facilitada e navegação compatível com tecnologias assistivas, testados com consultores com deficiência e alinhados ao Programa de Acessibilidade Universal.

A comunicação institucional consolida-se como o principal canal de interação entre o MIS, seus públicos e a sociedade, promovendo a circulação qualificada de informações sobre programação, serviços, acervo e pesquisa, além de manter diálogo permanente com imprensa, formadores de opinião e parceiros.

No campo digital, o MIS planeja o desenvolvimento do MIS Digital, conjunto de iniciativas que integram o uso de mídias e sistemas digitais para modernizar o acesso ao acervo e aprimorar a experiência dos visitantes. Estruturada em fases, a plataforma prioriza componentes com alto potencial de engajamento e geração de receita, como o Portal do MIS Digital, aplicativos para smartphones (App do MIS e App Extra Muros), sistema de gestão de ativos digitais, ingresso online e a MIS Store (*e-commerce*), configurando um hub de memória musical e audiovisual para instituições e pesquisadores. O MIS Digital é uma iniciativa que visa colaborar para a consolidação do Museu como uma “fábrica de memória” aberta ao público, com programação cultural e educativa, baseada em seus acervos e renovada periodicamente.

A identidade visual do MIS foi reformulada²³ para atender a esse novo momento da Instituição. O design, que conecta modernidade, conteúdo, identidade e arquitetura recebeu, em 2014, o prêmio *ISTD International Typographic Awards* e foi selecionado para a 11ª Bienal Brasileira de Design Gráfico e para o *Tokyo TDC Annual Awards 2016*. A nova identidade prepara o MIS para o salto de escala que acompanha a abertura da sua nova sede e a expansão de seus serviços digitais.

A política de direitos autorais constitui eixo estruturante do Programa, com ações permanentes e consultoria jurídica dedicadas à proteção dos ativos intelectuais do MIS e à

²³ Disponível em: <https://www.ps2.com.br/projetos/mis-rj/programa-de-identidade-visual/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

conformidade com a Lei nº 9.610/1998, envolvendo direitos morais e patrimoniais, direitos conexos e licenças específicas para usos digitais e comerciais. A comunicação, em articulação com acervo e jurídico, deverá manter fluxos padronizados de *clearance* (análise e liberação de direitos autorais e de imagem) e documentação para difusão em portais, redes, web rádio, plataformas de streaming, publicações digitais e conteúdos educativos, assegurando ampla acessibilidade e, simultaneamente, respeito às titularidades e às políticas de preservação digital do Museu.

No escopo editorial e de relacionamento, o Programa projeta abordagens contemporâneas de ativação nos territórios, reconhecendo a vocação do MIS para operar a cidade como espaço de comunicação e pertencimento, articulando linguagens musicais e audiovisuais a partir do acervo e mobilizando públicos diversos por meio de narrativas inclusivas. Integrando essa atuação territorial à dimensão editorial contínua, à operação do MIS Digital, à governança de dados e à presença pública do Museu nas redes, a comunicação estrutura-se como função essencial para consolidar o MIS como instituição de memória viva, produtora de conhecimento, promotora de encontro e referência nacional em difusão cultural e inovação.

O Programa de Comunicação, para os próximos cinco anos, possui as seguintes metas:

1. reforçar o diálogo com a sociedade, ampliando a divulgação da missão, programação e acervo do MIS, e fortalecendo relações com imprensa, formadores de opinião e potenciais patrocinadores, com comunicação qualificada e transparente;
2. implantar e consolidar o MIS Digital, ampliando o acesso ao acervo e aos serviços do Museu por meio do portal, aplicativos, loja virtual, streaming, jogos digitais, banco de dados e plataforma comum, conforme as fases de pré-operação e operação da nova sede;
3. ampliar e diversificar a produção de conteúdos editoriais, sonoros, audiovisuais e cinematográficos, fortalecendo o MIS como “fábrica de memória” e qualificando a difusão em canais presenciais e digitais, incluindo web rádio, portal e redes sociais;
4. implementar uma política institucional de direitos autorais, com fluxos permanentes de orientação jurídica, registro e controle dos ativos intelectuais, garantindo conformidade legal e viabilizando usos educacionais, culturais e digitais;
5. qualificar a comunicação interna e externa, fortalecendo fluxos informacionais, ampliando equipes e organizando processos que integrem comunicação, educativo, acervo, exposições e atendimento ao público;
6. desenvolver e executar um plano de marketing institucional, fortalecendo o posicionamento da marca MIS, ampliando a captação de recursos e consolidando

- parcerias estratégicas no novo ciclo pós-inauguração da sede de Copacabana e requalificação da sede da Lapa;
7. realizar estudos contínuos de públicos, utilizando metodologias presenciais e digitais para orientar estratégias de divulgação, segmentações e decisões sobre programação cultural e educativa;
 8. garantir acessibilidade comunicacional em todos os canais, assegurando recursos como Libras, legendagem, audiodescrição, leitura facilitada e navegação acessível em portal, aplicativos, web rádio e materiais editoriais;
 9. ampliar parcerias de divulgação com órgãos públicos e operadores de mobilidade, como Metrô, SuperVia e TurisRio, fortalecendo campanhas em momentos estratégicos e grandes programações;
 10. aplicar a identidade visual institucional de forma unificada nas sedes, na sinalização e em todos os suportes físicos e digitais, reforçando a coerência e a presença pública do MIS;
 11. produzir materiais editoriais físicos e digitais, como cartilhas, catálogos, folhetos e publicações, para apoiar ações de difusão, visitação, pesquisa e atividades educativas; e
 12. estabelecer diálogo permanente com redes e instituições estratégicas — como SECEC-RJ, SIM/RJ, IBRAM, ICOM e Ibermuseum — para ampliar a visibilidade do MIS, fortalecer intercâmbios profissionais e integrar o Museu às políticas e redes do campo museal.

11. Programa Socioambiental

O Programa Socioambiental abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e as questões sociais, que promovam o desenvolvimento do Museu e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão envolvendo estes dois focos. Dessa forma, o planejamento socioambiental tem como finalidade elaborar estratégias que promovam a integração da preservação do patrimônio cultural com a proteção do meio ambiente e a equidade social, articulando atividades do Museu e a comunidade que o cerca. A intenção é minimizar os impactos socioambientais e contribuir para conscientização e a melhoria da qualidade de vida dos públicos e usuários dos serviços da Instituição.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Em relação à cultura, os artigos 215 e 216 asseguram os direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, além do apoio e incentivo à valorização e difusão das diversas manifestações culturais. Eles também definem o patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial [...] que carregam referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Assim, o Programa Socioambiental deve dialogar diretamente com as dimensões ambiental e cultural.

No âmbito museológico, diversos documentos normativos tratam das questões socioambientais e fundamentam os conceitos da Sociomuseologia, também conhecida como Museologia Social. A Declaração de Santiago do Chile, resultado da Mesa Redonda promovida pela UNESCO e pelo ICOM em 1972, reúne recomendações sobre o papel social dos museus e introduz os conceitos de museu integral que, considera o conjunto dos problemas da sociedade, e de museu ação, entendido como “instrumento dinâmico de mudança social” (ARAUJO; BRUNO, 1995, p. 35). Já a Declaração de Québec, de 1984, produzida pelo Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia, apresenta os princípios que orientam uma museologia renovada, inspirando práticas sociais como ecomuseus e museus comunitários.

No Brasil, o debate sobre questões ambientais ganha força com a ECO-92, a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Esse encontro internacional permitiu identificar ações para conter a degradação ambiental, introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável e discutir formas de garantir equilíbrio ecológico. A partir dessas reflexões, os museus começaram a adotar práticas voltadas à

agenda ambiental. Em 2012, a Rio+20 renovou os compromissos firmados na ECO-92, reafirmando a relevância do desenvolvimento sustentável. Agora, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), realizada em Belém, Pará, novamente colocou em pauta os temas relacionados à crise climática.

Alinhados a essa perspectiva, os museus têm buscado sintonizar suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU como “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade” (ONU, 2014).



Figura 3 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Fonte: ONU, 2025.

Diante desse contexto, o MIS reafirma a sustentabilidade socioambiental e econômica como um de seus valores fundamentais e orientadores de sua atuação. Nesse sentido, a Instituição busca incorporar esses princípios em suas atividades, visando consolidar uma gestão sustentável que seja capaz de transformar padrões de consumo e estabelecer referências consistentes de responsabilidade socioambiental.

O MIS estrutura sua atuação em dois eixos integrados: sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. No eixo da sustentabilidade ambiental, adota medidas de análise e controle do consumo de água e energia, prioriza o uso de materiais recicláveis, biodegradáveis ou não poluentes, e implementa coleta seletiva de resíduos. E no projeto da unidade em Copacabana busca, ainda, tornar-se um edifício com parâmetros sustentáveis.

No eixo da responsabilidade social, o Museu atua como agente de dinamização urbana, garantindo que suas ações e programas promovam o desenvolvimento humano, a saúde, o bem-estar, o fortalecimento da cidadania e o respeito aos direitos da população local e dos

visitantes. Desenvolve estratégias para ampliar o envolvimento do público do território, fortalecer o relacionamento com pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio de parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e instituições de saúde e educação, e valoriza a diversidade posicionando-se a favor da promoção da dignidade humana de forma igualitária.

A função social do museu se constrói a partir da prática cotidiana e é estruturada em ações internas e externas em diálogo para e com a comunidade, sendo o Programa Socioambiental integrado ao arquitetônico-urbanístico e ao educativo e cultural.

Ainda, a diversidade e a inclusão constituem princípios fundamentais e compromissos essenciais do MIS. Nesse sentido, no exercício de sua função social, o Museu rejeita de forma contundente quaisquer atitudes ou práticas racistas, machistas, homofóbicas, lesbofóbicas, gordofóbicas, capacitistas ou quaisquer outras manifestações de intolerância e desvalorização da vida, e reconhece a responsabilidade da Instituição na construção de uma sociedade que acolha e celebre a diversidade em todas as suas formas, convidando os seus públicos a compartilhar desse compromisso, colaborando com o MIS para a promoção de um ambiente inclusivo, pautado pelo respeito, no qual cada pessoa possa sentir-se segura e ter sua dignidade plenamente reconhecida em todos os espaços e ações do Museu.

O legado socioambiental do MIS se expressa tanto em sua histórica função social quanto na visão de sustentabilidade incorporada à concepção de sua nova unidade. Desde sua origem, o Museu atua como espaço de resistência e valorização da cultura popular, pioneiro no Brasil ao incorporar manifestações como o samba e reconhecer a contribuição de grupos social e historicamente silenciados, conferindo-lhes papel central na formação da identidade cultural brasileira, um compromisso precoce com a cultura imaterial, anterior à própria legislação específica.

Conforme explicitado no Programa Arquitetônico-Urbanístico, o projeto do Museu da Imagem e do Som foi concebido com base nos critérios da certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), visando na época à obtenção do nível Gold (Versão 3). Em razão da interrupção das obras e do extenso período decorrido desde sua elaboração, está em curso, junto ao *Green Building Council*, a possibilidade de obtenção efetiva da certificação para o equipamento. Diante das atualizações promovidas pelo órgão certificador (atualmente em transição para a Versão 5), foi definido o prazo de julho de 2026 para a conclusão do processo de certificação. Caso as obras não sejam concluídas até esse limite, o MIS poderá não alcançar a certificação formal. Ressalta-se, contudo, que tal circunstância não implica a perda das soluções e diretrizes de sustentabilidade incorporadas ao projeto e à obra.

Entre as ações adotadas durante as obras, destaca-se a demolição da antiga edificação existente no terreno ocupado pelo Museu, um rigoroso processo seletivo que alcançou 99,81% de reciclagem e reaproveitamento dos materiais, estabelecendo um precedente concreto em responsabilidade ambiental.

Na unidade de Copacabana, estão previstas ações abrangentes de sustentabilidade, incluindo a otimização do consumo energético — com estimativas de redução de cerca de 30% no custo anual e no consumo projetado —, o uso de energia solar para aquecimento de água e a adoção de roda entálpica no sistema de aquecimento, ventilação e ar-condicionado (AVAC), garantindo cerca de 20% de economia no resfriamento do ar. O edifício contará ainda com filtros normatizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pela American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers (ASHRAE) para alta eficiência na filtragem do ar externo, além de coleta seletiva, separação de resíduos e medidas de redução do uso de descartáveis e papel. A iluminação natural será priorizada nas áreas administrativas e, onde não houver risco ao acervo, serão utilizadas lâmpadas LED. O plano ambiental inclui também o uso de água de reuso para a limpeza de áreas externas e a replicação dos princípios de sustentabilidade. Além disso, o projeto arquitetônico não previu estacionamento para automóveis, incentivando o uso de bicicletas e transporte público.

No campo do engajamento social, deverá priorizar a contratação de moradores do território de suas sedes para integrar a equipe. A política de recursos humanos prioriza a diversidade cultural, racial e de gênero, bem como a inclusão de profissionais com deficiência. Além disso, a Instituição promove programas de convivência, sociabilidade, saúde e bem-estar, fortalecendo o direito à cultura, ao encontro e à cidade. De forma transversal, o Programa Institucional reforça que o diálogo com a comunidade e a inclusão social constituem pilares fundamentais do Museu, fazendo constar, ainda, entre os valores do MIS a importância da responsabilidade social e da valorização da diversidade e da inclusão cultural de gênero, étnica, sexual, social, religiosa e outras formas de defesa da dignidade e da experiência humana.

As diretrizes estratégicas para o Programa Socioambiental devem operar de forma integrada e focar na transversalidade das ações entre os demais programas do Museu e no engajamento público. Para tanto, sua atuação precisa assegurar que toda a programação da Instituição seja acessível e estimule a diversidade, integrando acessibilidade, públicos diversos, sustentabilidade e engajamento em todas as ações; garantir o aprimoramento e a capacitação contínua dos funcionários, principalmente aqueles dedicados ao receptivo e ao educativo para atenderem às necessidades dos diferentes públicos, sem que haja a reprodução de discriminações e estigmas socialmente estabelecidos; implementar ações

contínuas de economia e sustentabilidade, como a substituição de materiais descartáveis, o reaproveitamento de materiais expográficos, o planejamento de materiais educativos acessíveis e ecologicamente sustentáveis e a implantação de coleta seletiva em todas as unidades do museu; e estabelecer diálogos e articulação permanente com entidades da sociedade civil para viabilizar, por meio de parcerias e projetos, o acesso de grupos em vulnerabilidade social.

No contexto das ações a serem planejadas e desenvolvidas no novo ciclo de gestão do Museu, está também a necessidade de elaboração de um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), documento que estabelece os objetivos, as metas e as linhas de ação visando à inserção de práticas de sustentabilidade na gestão da logística da Instituição, em alinhamento com as legislações pertinentes sobre o tema na administração pública federal, como a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente.

O Programa Socioambiental, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. elaborar e implementar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) em conformidade com a Instrução Normativa nº 10/2012 da SLTI/MP e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
2. consolidar políticas institucionais contra racismo, machismo, LGBTfobia, capacitismo e outras formas de violência simbólica, e engajar o público na construção de um ambiente seguro, inclusivo e acolhedor;
3. participar ativamente do planejamento de todos os programas do Museu para incorporar critérios de sustentabilidade e inclusão;
4. estabelecer articulações permanentes com entidades da sociedade civil para ampliar o alcance social do MIS;
5. ampliar de forma contínua o envolvimento de moradores do território, criar e implementar programas permanentes de escuta, participação e desenvolvimento comunitário e firmar parcerias com ONGs, instituições de saúde e educação para atender a grupos em vulnerabilidade social;
6. participar ativamente do planejamento de gestão de pessoas para priorizar a contratação de residentes do território, garantir processos seletivos que assegurem diversidade racial, cultural, de gênero e inclusão de profissionais com deficiência, e implementar ações formativas internas contra discriminações estruturais;

7. ampliar programas que promovam saúde, bem-estar, convivência e fortalecimento da cidadania, fortalecer ações de acesso à cultura como direito e garantir que toda a programação seja plenamente sustentável;
8. criar e implementar programa de conscientização socioambiental para funcionários e público, buscando parcerias com associações e cooperativas, oferecer capacitação permanente aos funcionários, especialmente os de atendimento ao público e educativo e formar equipes para evitar reprodução de estigmas, preconceitos e discriminações;
9. garantir o uso contínuo de materiais recicláveis, biodegradáveis ou não poluentes, implantar e manter coleta seletiva em todas as unidades do Museu, reduzir o uso de descartáveis e papel de forma contínua, reaproveitar materiais expográficos sempre que possível, buscando atingir padrões de reciclagem compatíveis com modelos internacionais;
10. manter organizada a documentação relacionada à certificação LEED, quando aplicável, incluindo projetos, manuais de operação e manutenção, relatórios de comissionamento, medições iniciais e fichas técnicas de materiais e equipamentos, a serem fornecidos pela SEIOP e pelo Consórcio após a finalização das obras, bem como promover o treinamento da equipe operacional para a correta operação dos sistemas, de forma eficiente e alinhada aos critérios da certificação;
11. monitorar continuamente os consumos de energia e de água, assegurar a operação adequada dos sistemas e realizar a manutenção preventiva dos equipamentos, de modo a garantir o atendimento aos parâmetros de desempenho estabelecidos no projeto;
12. monitorar a qualidade do ar interior, controlar as cargas térmica e lumínica dos ambientes, realizar a manutenção periódica de filtros, dutos e sistemas de ventilação e utilizar produtos de limpeza compatíveis com práticas sustentáveis;
13. assegurar a destinação adequada de resíduos recicláveis e especiais, registrar e monitorar os volumes descartados e adotar políticas internas de redução, reaproveitamento e reutilização de materiais;
14. realizar a manutenção das áreas verdes, com especial atenção aos sistemas de irrigação;
15. manter indicadores ambientais atualizados, elaborar relatórios de desempenho e estabelecer procedimentos claros para auditorias, inspeções e revisões futuras; e

16. em caso de obtenção da certificação LEED, garantir o cumprimento integral das condições estabelecidas no processo de certificação, bem como atender às eventuais demandas do *Green Building Council* necessárias à manutenção da certificação.

12. Programa de Acessibilidade Universal

O Programa de Acessibilidade Universal, incluído entre os programas obrigatórios do Plano Museológico conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem como finalidade ampliar o acesso aos diversos públicos do Museu, assegurando e promovendo, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, fortalecendo sua inclusão social e cidadania. O Estatuto de Museus determina, em seu Art. 35, que “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”.

Por se tratar de Programa transversal que perpassa por todos os demais programas do Plano Museológico, deve ser considerado parte fundamental da consciência organizacional, abrangendo objetivos, diretrizes e ações efetivas relacionadas à acessibilidade para todas as pessoas, realizadas presencialmente ou em ambiente digital.

Sobre o tema, são enfocadas sete tipologias de acessibilidade voltadas para tornar o convívio em sociedade cada vez mais inclusivo. São elas:

- atitudinal – refere-se ao comportamento das pessoas sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações, com adoção de práticas que viabilizem a inclusão;
- arquitetônica – visa promover a adequação de espaços, eliminando barreiras físicas e facilitando a locomoção em ambientes construídos e espaços urbanos;
- metodológica – também chamada acessibilidade pedagógica, diz respeito à eliminação de barreiras nas metodologias de ensino e adoção de práticas inclusivas;
- instrumental – é voltada para viabilizar o uso de utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo, trabalho e lazer, contando com o uso de tecnologias assistivas;
- programática – relaciona-se às normas, às leis e aos regimentos para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, como, por exemplo, Lei nº 13.146/2015 ou a Convenção da ONU sobre Direitos da Pessoa com Deficiência;

- comunicacional – trata do acesso à comunicação interpessoal, comunicação escrita em publicações e comunicação virtual, inclusive o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), comunicação alternativa, audiodescrição e Braille; e
- natural – tem o intuito de facilitar o acesso aos recursos naturais a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida por meio de artifícios que possibilitem a superação de barreiras da própria natureza e o usufruto de ambientes naturais.

Embora a acessibilidade seja reconhecida como programa prioritário e valor institucional, as sedes históricas do MIS na Praça XV e na Lapa não apresentam um legado consistente de ações implementadas. A situação atual é precária, evidenciando que essas edificações carecem de infraestrutura adequada para garantir acessibilidade plena.

A sede na Praça XV não atende às normas de acessibilidade arquitetônica. Há apenas um acesso para cadeirantes e são necessárias obras de adaptação, incluindo estudos para implementação de rampas e elevadores. Ressalta-se que essa sede será extinta e o acervo será redirecionado para a sede na Lapa, porém esse fato não deve ser impeditivo à realização de melhorias, uma vez que não existe previsão para que a desativação ocorra.

A sede na Lapa também apresenta limitações significativas, sobretudo em função da circulação vertical. O acesso aos andares ocorre por escadas e por um elevador com porta pantográfica automática, cujas dimensões e condições não atendem plenamente às normas de acessibilidade. Apesar de possuir sanitários adequados, a sede apresenta rotas parcialmente acessíveis, com necessidade de obras.

Em contraponto a essa situação, a unidade de Copacabana foi concebida como um edifício integralmente acessível, incorporando desde a origem um percurso interno específico para cadeirantes, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, aprovado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD). O projeto arquitetônico foi desenvolvido com a premissa de garantir acessibilidade física e cognitiva, atendendo plenamente às normas brasileiras aplicáveis a pessoas idosas, com deficiência motora, auditiva e visual. Nesse sentido, assegura acesso e circulação por meio de três elevadores de alto desempenho, circulação horizontal contínua e plano inclinado no acesso principal. As instalações incluem sanitários acessíveis em todos os andares e vestiários adaptados para funcionários. O projeto contempla, ainda, sinalização acessível, com degraus e corrimãos normatizados, piso podotátil distribuído pelo Museu, mobiliário adequado e elevadores equipados com sinalização para pessoas com deficiência visual.

O Programa de Acessibilidade Universal do MIS abrange múltiplas dimensões, estruturando-se de forma integrada para garantir que todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência sensorial, física, intelectual e múltipla, tenham acesso pleno, qualificado e autônomo à experiência museal. Trata-se de uma iniciativa abrangente, alinhada à legislação nacional e internacional, que vai além da remoção de barreiras ao propor soluções que garantem autonomia, fruição cultural e participação ativa de todos os visitantes.

O acesso comunicacional e cognitivo refere-se à garantia de compreensão e fruição do conteúdo e da narrativa do Museu por todos os visitantes, independentemente de suas capacidades sensoriais ou intelectuais. Para isso, prevê a implantação de recursos de apoio multissensoriais, como audioguias interativos em três idiomas (português, inglês e espanhol), maquetes e relevos táteis, aplicativos, material educativo adaptado e tecnologias assistivas. Na unidade em Copacabana, essa diretriz se concretiza por meio de um projeto especial de acessibilidade ao conteúdo, voltado a ampliar a compreensão principalmente para pessoas com deficiências visuais, auditivas, físicas e intelectuais, bem como para estrangeiros.

O acesso atitudinal diz respeito às atitudes, comportamentos e práticas da equipe e da Instituição diante dos diversos públicos, assegurando uma experiência acolhedora e inclusiva. Envolve o aprofundamento das estratégias de recepção e acolhimento, a capacitação contínua de educadores e profissionais para o atendimento de pessoas com deficiência e a promoção de atitudes comprometidas com a diversidade cultural, etária, de gênero, racial e social, por meio de ações de sensibilização e conscientização dos funcionários.

No âmbito do projeto de acessibilidade para a unidade em Copacabana, a acessibilidade arquitetônica inclui o desenvolvimento do projeto de piso podotátil cognitivo, que prevê a criação de uma rota acessível e autônoma para pessoas com deficiência visual, integrada ao audioguia, contemplando a instalação de aproximadamente 600 metros lineares de piso direcional e de alerta. O projeto engloba também acessibilidade expositiva, voltado à adaptação do layout museográfico para acomodar os recursos acessíveis, o que envolve o design de nichos, a criação de mobiliário adaptado e a implementação de sinalização adequada.

A acessibilidade cognitiva e comunicacional prevista no projeto de acessibilidade para a unidade em Copacabana compreende o planejamento e a concepção de todos os recursos, assegurando que sejam desenvolvidos de forma integrada e alinhada ao projeto curatorial e educativo do Museu. Envolve o desenvolvimento de projeto global, detalhando os recursos multissensoriais e digitais, bem como o acompanhamento da produção e instalação desses recursos, com a elaboração de relatórios técnicos. Inclui também a formulação do projeto de

ação educativa inclusiva, que define premissas e estratégias para uma mediação cultural acessível e integrada ao Programa Educativo, contemplando a avaliação dos recursos implantados com consultores com deficiência. Além disso, abrange a concepção e o desenvolvimento de um web app (aplicativo de internet) que reunirá todos os conteúdos acessíveis, garantindo sua usabilidade, acessibilidade e constante atualização tecnológica.

Os recursos e práticas inclusivas planejados para a unidade em Copacabana incluem:

- diretórios acessíveis: mapas táteis de cada pavimento, fixados em frente ao elevador, junto à parede oeste, que serve como referência de todo o trajeto do audioguia;
- nichos acessíveis: espaços dedicados a pessoas com deficiência visual nos painéis de textos curatoriais. Neles, serão encontrados relevos táteis (fotos, diagramas, mapas, desenhos) que funcionam como imagem-síntese de cada experiência, transformando conteúdo visual em elementos compreensíveis pelo tato;
- objetos táteis: recursos tridimensionais, como maquetes do prédio, para que o deficiente visual compreenda o conjunto arquitetônico do Museu;
- audioguia e piso podotátil: o piso podotátil de sinalização espacial será integrado a um percurso narrativo que, através do audioguia interativo (em três idiomas – português, inglês e espanhol), guiará o visitante pelos pavimentos, proporcionando uma compreensão completa do Museu (forma e conteúdo);
- audiodescrição: faixas complementares no audioguia para descrição de conteúdo audiovisual em determinadas experiências;
- programa de ação e formação educativa inclusiva por meio da realização de cursos de formação para educadores e encontros de conscientização para todos os funcionários; e
- avaliação com públicos: testagem dos recursos implantados com consultores com deficiência, gerando relatórios para ajustes e aprimoramentos contínuos.

Nesse contexto, incumbe ao Museu envidar esforços para tratar o Programa de Acessibilidade Universal como prioritário, alicerçado no entendimento de que todo indivíduo pode constituir público potencial do MIS, devendo-se, portanto, garantir que seu acesso não seja limitado por barreiras econômicas, físicas, sensoriais, comunicacionais e atitudinais.

É recomendado reservar um espaço dentro da sala do educativo, ou em local separado, para a implantação de um espaço multissensorial. Seu propósito consiste em promover a inclusão plena de visitantes neurodiversos, entre eles pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e demais condições. Tal

ambiente deve apresentar características acolhedoras, seguras e controladas, mediante o uso de estímulos visuais, auditivos e táteis ajustáveis, bem como de atividades adaptadas. O local deve possibilitar que os visitantes regulem suas respostas sensoriais, reduzindo a sobrecarga comum em ambientes de grande estímulo. Essa regulação prévia mostra-se fundamental para que possam, posteriormente, engajar-se de forma tranquila e produtiva na visita e nas atividades do Museu.

É relevante assegurar o acesso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de seus acompanhantes, e respeitar a permissão para ingresso de animais de assistência emocional e cães-guia, conforme assegura a legislação em vigor.

O Museu deve estabelecer um sistema de atendimento prioritário em todas as suas dependências. Tal medida garante que pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e pessoas obesas recebam atendimento adequado, reduzindo o tempo de espera e assegurando acesso mais ágil e confortável às exposições e aos serviços disponibilizados. A sinalização da prioridade deve ser clara e visível em todos os pontos de atendimento, incluindo bilheteria, entrada, áreas de informação e acesso a elevadores. Além disso, a equipe do Museu deve ser capacitada para oferecer o suporte necessário, assegurando que o direito de prioridade seja respeitado e implementado com cordialidade e eficiência, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo.

A mesma atenção deve ser dispensada à garantia da democratização do acesso, prevista na Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que garante o direito à meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos em situação de comprovada vulnerabilidade econômica. O Museu deve informar ao público, por meio de seus canais de comunicação, as condições e formas de aplicação do benefício da meia-entrada.

Observa-se que as ações previstas devem se estender ao Museu como um todo, englobando todas as suas sedes, e que seja garantida a seleção de profissionais com deficiência e a promoção da diversidade cultural, racial e de gênero na equipe do MIS. Essa medida contribui para a consolidação do Museu como espaço de convivência, sociabilidade, saúde e bem-estar, garantindo o direito à cultura e o acesso ao mercado de trabalho, e fortalecendo a cidadania por meio de práticas inclusivas.

O Programa de Acessibilidade Universal, para os próximos cinco anos, tem as seguintes metas:

1. desenvolver projeto de acessibilidade universal para a sede na Lapa em consonância com a unidade de Copacabana;

2. implementar o projeto de acessibilidade elaborado para a unidade de Copacabana;
3. garantir o pleno funcionamento dos dispositivos de acessibilidade implementados;
4. formular propostas de acessibilidade urbana para o entorno das sedes;
5. criar programa/calendário de produção de materiais acessíveis (gráficos, bibliográficos e audiovisuais);
6. estabelecer atuação conjunta do setor educativo e da curadoria para assegurar a equivalência de qualidade e visibilidade dos conteúdos acessíveis;
7. oferecer formação continuada sobre acessibilidade e inclusão para as equipes;
8. implantar atendimento especializado para atender a necessidades diversas de pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos;
9. prever acompanhamento de profissional especialista em acessibilidade no desenvolvimento das exposições e da programação cultural do MIS, a fim de garantir as especificidades técnicas necessárias; e
10. criar programa institucional para promoção da diversidade (cultural, racial, de gênero e PCD).

Considerações finais

O Plano Museológico é uma ferramenta básica de planejamento estratégico, indispensável para a definição, ordenamento e priorização das ações do Museu.

Cabe considerar que o planejamento estratégico do MIS deve estar alinhado com as políticas nacionais do setor museal, em especial a Política Nacional de Museus (PNM) e o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2025-2035. Tal medida se conecta conceitualmente com uma estratégia de longo prazo desenhada para orientar as políticas públicas do setor museológico brasileiro. Os quatro eixos temáticos fundamentais do Plano Setorial para os próximos anos abordam desde a democratização do acesso e a sustentabilidade econômica até a valorização da diversidade cultural e a preservação da memória. Entre suas diretrizes, destacam-se o compromisso com a inclusão de grupos historicamente excluídos e a modernização da gestão por meio de novos marcos legais e tecnologias digitais. O PNSM funciona como um roteiro político e social para fortalecer o papel dos museus como espaços de educação, cidadania e transformação.

A equipe gestora do MIS deverá fazer diagnósticos frequentes para dimensionar os resultados alcançados. O Plano Museológico deve ser avaliado permanentemente e revisado com um intervalo mínimo de três e máximo de cinco anos, sempre em consonância com as diretrizes da PNM e do PNSM, instituídas pelo Ministério da Cultura.

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro está prestes a inaugurar uma nova etapa em sua história, com a inauguração de uma nova sede e a mudança do formato de sua gestão. O intuito é que este Plano Museológico sirva de orientação e documento de trabalho para as diversas equipes da Instituição e de bússola para os novos tempos que se iniciam.

Referências

ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira, [org.]. *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

ASHRAE. *Energy standard for buldings except low-rise residential buildings*. Standard 90.1 - 2007. Disponível em:
https://www.ashrae.org/file%20library/technical%20resources/standards%20and%20guidelines/standards%20addenda/90_1_2007_supplement.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575. *Edificações habitacionais – Desempenho*. São Paulo, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: *Acessibilidade em edificações, mobiliário e espaços urbanos*. São Paulo, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. *Decreto "E" nº 385 de 24 de abril de 1964*. Cria a Comissão encarregada de adotar as medidas necessárias para a instituição da Fundação Vieira Fazenda. Esta Fundação, por sua vez, seria a entidade responsável por organizar e manter o MIS.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro*. Brasília, DF: Ibram, 2013. Disponível em:
<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/cartilha-programa-de-gestao-de-riscos-ao-patrimonio-musealizado-brasileiro-2013.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Política Nacional de Educação Museal*. 2013b. Disponível em:
<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/politica-nacional-de-educacao-museal-2013-pnem>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Portaria Ibram nº 291, de 13 de abril de 2021*. Regulamenta a obrigatoriedade do envio ao IBRAM do quantitativo anual de visitação dos museus brasileiros. Disponível em:
<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-n-o-291-de-13-de-abril-de-2021>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Subsídios para elaboração de planos museológicos*. 2016. Disponível em:

<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/subsidios-para-a-elaboracao-de-planos-museologicos/view>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974*. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-20-1-julho-1974-372645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991*. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.610/1998 de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005*. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11126.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei

nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013*. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12933.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019*. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nº^s 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13800.htm. Acesso em: 24 nov. 2025

BRASIL. *Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e suas atualizações*. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2025-2035*. Brasília: Ibram, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pns-2025-a-2035.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em:

<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-museus>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em:

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). *Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile. 1972*. Disponível em:

<https://www.iber museos.org/pt/recursos/documentos/declaracion-de-la-mesa-de-santiago-de-chile-1972/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). *Declaração de Quebec. 1984*. Disponível em: <https://www.iber museos.org/pt/recursos/documentos/declaracao-de-quebec-1984/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

ICCROM. *E-ORG: Um Método para Reorganizar a Reserva Técnica de Museus*. Disponível em: <https://www.iber museos.org/pt/recursos/publicacoes/metodo-re-org/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ICOM. *Código de Ética para Museus*. Disponível em: <https://www.icom.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

ONU. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto-lei nº 60, de 09 de abril de 1975*. Criou a Fundação Estadual dos Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ), com o objetivo de promover a junção de casas de cultura e museus, incluindo o MIS, que passou a ser uma das Unidades Administrativas da FEMURJ.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei nº 291, de 10 de dezembro de 1979*. Autoriza a criação da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/150304/lei-291-79>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei nº 1.714, de 12 de outubro de 1990*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação MIS/RJ. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-1714-1990-rio-de-janeiro-autoriza-o-poder-executivo-a-criar-a-fundacao-mis-rj>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto nº 19.509, de 23 de dezembro de 1993*. Aprova o Estatuto da Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro - Fundação MIS/RJ, e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-19509-1993-rio-de-janeiro-aprova-o-estatuto-da-fundacao-museu-da-imagem-e-do-som-do-rio-de-janeiro-fundacao-mis-rj-e-da-outras-providencias>.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Decreto nº 44.013, de 2 de janeiro de 2013*. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a realização de projetos culturais de que tratam as Leis nºs. 1.954/1992 e 7.035/2015 e revoga os Decretos nºs. 42.292/2010 e 42.575/2010.

Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=%20249377>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Portaria FUNARJ nº 497, de 07 de novembro de 2013*. Dispõe sobre o empréstimo de acervo pertencente aos museus vinculados à estrutura da FUNARJ.

Disponível em:

https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VG10SmVVOUUVUWGRSZWtsMFQwVlpNbEpETURCTIZFMTZURIZGTkUxNIVYUk9WRIY0VFZSVmQwMXFhM3BOUkZKRw. Acesso em: 26 fev. 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei nº 7.035, de 7 de julho de 2015*. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo a Cultura, e apresenta como anexo único as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 8 de julho de 2015, p.21.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Portaria FMIS/RJ nº 428, de 08 de fevereiro de 2023*. Regulamenta o uso, a cessão de imagens, a captação de documentos originais, a reprodução e a disponibilização em formato digital de cópias de documentos iconográficos, textuais, partituras, audiovisuais, sonoras, objetos tridimensionais e metadados de bens culturais da FMIS/RJ. Disponível em:

https://fmis.rj.gov.br/v1/wp-content/uploads/2025/08/PORTARIA-FMIS-No-428_08022023_Normas-de-captacao-e-reproducao-digital-do-acervo_vf_v4.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). *Lei Municipal nº 506, de 17 de janeiro de 1984*. Cria a zona especial do corredor cultural, de preservação paisagística e ambiental do centro da cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno, e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1984/50/506/lei-ordinaria-n-506->. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). *Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992*. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=156613>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). *Lei nº 3.188, de 19 de março de 2001*. Institui a Área de Proteção do Ambiente Cultural dos Arcos da Lapa. Disponível em: <https://irph.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/65/2023/06/LEI318819032001.pdf> Acesso em: 26 fev. 2026.

RIO DE JANEIRO (Município). *Lei nº 5.553, de 14 de janeiro de 2013*. Institui no âmbito do Município do Rio de Janeiro o incentivo fiscal de ISS em benefício da produção de projetos culturais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=250026>. Acesso em: 24 nov. 2025.



UNESCO. *Guia Prático para Emergências Culturais: Enchentes, Inundações e Alagamentos.*

Disponível em:

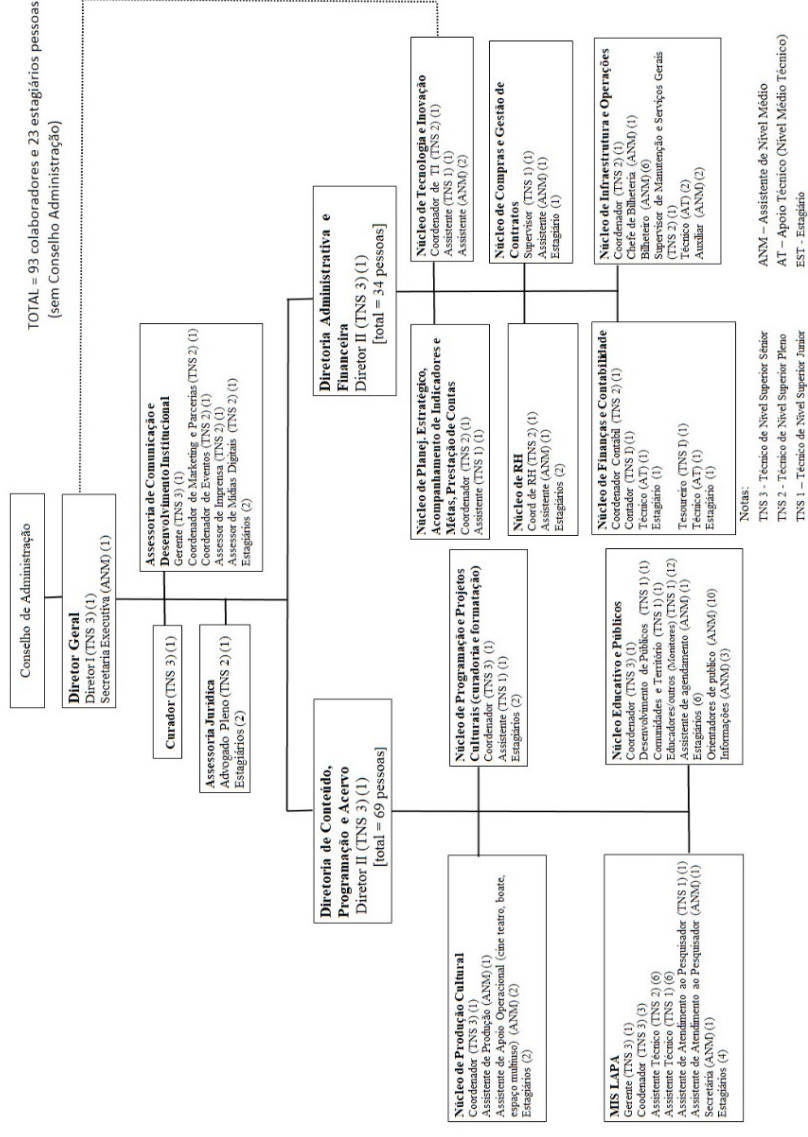
<https://brasil.un.org/pt-br/303618-guia-pr%C3%A1tico-para-emerg%C3%Aancias-culturais-e-nchentes-inunda%C3%A7%C3%B5es-e-alagamentos>. Acesso em: 24 nov. 2025.

Anexo Único - Equipe Técnica MIS: descrição de cargos

Fonte: Estudo de viabilidade econômico-financeira, Novastar, 2025.

EQUIPE TÉCNICA MIS

PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS



Descrição de Cargos

	Pessoal fixo	Tipo	Descrição do cargo
DIRETORIA GERAL			
1	Diretor Geral	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Humanas, preferencialmente Administração, Comunicação, Artes, Produção Cultural, Educação ou Museologia, especialização ou pós-graduação em Gestão e/ou Produção Cultural e experiência de quinze anos na área. Responsável por definir e implementar a estratégia institucional do MIS, coordenando todas as áreas e garantindo a execução da missão, visão e objetivos da organização. Atua na gestão administrativa, financeira e operacional, assegurando a sustentabilidade e o desenvolvimento do museu. Representa a instituição perante órgãos públicos, parceiros e sociedade civil, promovendo articulações estratégicas, captação de recursos e fortalecimento da imagem institucional. Supervisiona equipes, projetos e programas culturais, garantindo qualidade, inovação e alinhamento às políticas culturais vigentes.
2	Secretária Executiva	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com conhecimentos em organização administrativa, gestão de agendas, redação oficial, ferramentas de escritório e informática, e apto a desenvolver sob supervisão, tarefas relativas à gestão administrativa e colaborar no apoio logístico necessário para o funcionamento das unidades do MIS RJ. Executar outras tarefas afins sob supervisão.
3	Curador	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Humanas, preferencialmente História da Arte, Museologia, Artes Visuais ou áreas afins, com especialização ou pós-graduação em Curadoria, Gestão de Acervos ou Produção Cultural e experiência mínima de dez anos na área de curadoria, pesquisa e gestão de acervos. Responsável por planejar, coordenar e executar projetos curatoriais, definir conceitos expositivos, acompanhar processos de conservação e documentação, além de articular parcerias e garantir a integridade e relevância das coleções sob sua responsabilidade.

Assessoria Jurídica			
4	Advogado Pleno	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito, com inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), especialização em áreas correlatas (Direito Administrativo, Contratos, ou Direito Cultural) e experiência mínima de cinco anos na área jurídica. Responsável por elaborar e revisar contratos, pareceres e documentos legais, prestar consultoria jurídica às unidades, acompanhar processos administrativos e judiciais, garantindo conformidade legal nas atividades institucionais.
	2 Estagiário – Direito	EST	Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Direito, a partir do 5º período, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Apoio às atividades da área jurídica, incluindo organização de documentos, pesquisa legislativa e jurisprudencial, elaboração de minutas simples e acompanhamento de contratos, sob supervisão do advogado responsável.
Assessoria de Comunicação e Desenvolvimento Institucional			
5	Gerente de Marketing, Parcerias e Eventos	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo ou Relações Públicas. Pós-graduação na área e/ou experiência de dez anos na área de marketing, parcerias e eventos. Responsável por planejar, coordenar e executar estratégias de marketing institucional, comunicação e promoção de eventos, visando ampliar a visibilidade e o engajamento do público com o MIS. Atua na captação e gestão de parcerias estratégicas, patrocínios e ações de relacionamento com empresas, órgãos públicos e sociedade civil. Supervisiona a produção e divulgação de conteúdos, campanhas e materiais promocionais, garantindo alinhamento à identidade institucional e aos objetivos estratégicos. Coordena equipes e fornecedores, assegurando a qualidade e a inovação nas ações de marketing e eventos.
6	Coordenador de Marketing e Parcerias	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo ou Relações Públicas. Pós-graduação na área e/ou experiência de cinco anos com marketing e parcerias. Responsável por coordenar ações de comunicação institucional, marketing e

7	Coordenador de Eventos	TNS 2	relacionamento com parceiros estratégicos. Atua na elaboração e execução de planos de divulgação e estratégias para fortalecimento da imagem do MIS. Gerencia negociações e manutenção de parcerias, garantindo alinhamento às diretrizes institucionais e aos objetivos de captação de recursos e promoção cultural. Supervisiona equipes e fornecedores, assegurando qualidade e cumprimento de prazos. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo ou Relações Públicas, ou Ciências Humanas. Pós-graduação na área ou experiência de cinco anos no planejamento e realização de eventos. Responsável por planejar, organizar e coordenar eventos culturais, institucionais e promocionais do MIS, garantindo excelência na execução e alinhamento à identidade da instituição. Atua na definição de cronogramas, gestão de fornecedores, controle de orçamento e supervisão das equipes envolvidas. Desenvolve estratégias para ampliar a participação do público e fortalecer a imagem institucional por meio de eventos inovadores e de impacto cultural.
8	Assessor de Imprensa	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo ou Relações Públicas. Pós-graduação na área e/ou experiência de cinco anos com assessoria de imprensa. Responsável por planejar e executar estratégias de comunicação com a imprensa, garantindo a visibilidade institucional e a divulgação das ações do MIS. Atua na elaboração de releases, organização de entrevistas, gerenciamento de demandas da mídia e acompanhamento de pautas. Mantém relacionamento com veículos de comunicação, assegurando alinhamento das informações à identidade institucional e aos objetivos estratégicos.
9	Assessor de Mídias Digitais	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo ou Relações Públicas. Pós-graduação na área e/ou experiência de cinco anos com mídias digitais. Responsável por desenvolver e implementar estratégias de comunicação digital, garantindo a presença e engajamento do MIS nas plataformas online. Atua na gestão de redes sociais, produção de conteúdo digital, monitoramento de métricas e análise de desempenho. Planeja campanhas

			digitais, assegurando alinhamento à identidade institucional e inovação nas ações para ampliar alcance e interação com o público.
2 Estagiários	EST		Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas) ou áreas afins, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Apoiar a equipe na produção de conteúdos para redes sociais e materiais institucionais, organização de eventos, atualização de mailing, monitoramento de mídias digitais e suporte administrativo às ações de comunicação e desenvolvimento institucional.
DIRETORIA DE CONTEÚDO PROGRAMAÇÃO E ACERVO			
10	Diretor	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, com registro no Conselho de Classe correspondente, e pós-graduação nas áreas de Semiótica, Documentação, Ciência da Informação, ou experiência mínima de quinze anos na gestão de programação cultural, acervos e museus. Responsável por dirigir e integrar os núcleos de produção cultural, MIS Lapa, programação e projetos culturais, bem como o núcleo educativo e de públicos, garantindo coerência conceitual, qualidade técnica e alinhamento às diretrizes institucionais.
Núcleo de Produção Cultural			
11	Coordenador	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Humanas, preferencialmente Comunicação, Artes, Produção Cultural, Educação ou Museologia, especialização ou pós-graduação em Gestão e Produção Cultural e/ou experiência de dez anos na área. Responsável por coordenar a produção cultural do MIS, planejando e supervisionando projetos, equipes e cronogramas, garantindo qualidade e alinhamento às diretrizes institucionais.
12	Assistente de Produção	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com dois anos de experiência em Produção Cultural. Apoiar na execução das atividades de

			produção cultural, incluindo organização logística, acompanhamento de eventos e suporte administrativo às ações do núcleo.
13, 14	2 Assistentes de Apoio Operacional	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com dois anos de experiência em Produção Cultural. Auxiliar na montagem, operação e suporte técnico para eventos e atividades culturais, garantindo infraestrutura adequada e cumprimento dos cronogramas.
	2 Estagiários		Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Museologia, História, Produção Cultural ou Comunicação Social, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Apoiar a equipe na organização logística e administrativa das atividades de produção cultural, incluindo suporte em eventos, atualização de informações e acompanhamento de processos sob supervisão.
MIS Lapa			
15			Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, Gestão Cultural, Direito ou Administração, preferencialmente com pós-graduação em Gestão de Museus, Patrimônio Cultural ou Políticas Públicas de Cultura, com dez anos de experiência. Responsável por gerir o MIS Lapa, especialmente o acervo do MIS, coordenando planejamento estratégico, equipes e processos, garantindo conformidade legal e preservação patrimonial.
	Gerente	TNS 3	
16			Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia e registro no Conselho de Classe correspondente, com especialização em Gestão de Acervos Museológicos, com dez anos de experiência. Responsável por coordenar atividades de documentação, conservação preventiva e gestão de coleções, assegurando aplicação de normas técnicas e políticas institucionais.
	Coordenador de Acervo	TNS 3	
17	Analista de Documentação Museológica, Incorporação e Desincorporação de Acervo	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, com capacitação em Documentação Museológica e Legislação Patrimonial, com cinco anos de experiência. Responsável por

			executar processos de catalogação, incorporação e desincorporação de peças, garantindo atualização de sistemas e conformidade com normas patrimoniais.
18	Especialista Acervo Sonoro	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, Biblioteconomia ou Arquivologia, com especialização em preservação sonora ou tecnologia de áudio e experiência mínima de cinco anos na área. Responsável por preservar, restaurar e catalogar acervos sonoros, garantindo a integridade de formatos analógicos e digitais e a migração segura de mídias.
19	Especialista Acervo Iconográfico	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, História da Arte ou Fotografia, com ênfase em conservação de imagens e processos fotográficos e experiência mínima de cinco anos na área. Responsável por gerir e conservar acervos iconográficos, incluindo negativos, diapositivos e documentos visuais históricos, assegurando preservação e catalogação adequada.
20	Especialista Acervo Tridimensional	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, Conservação e Restauro ou História, com foco em objetos culturais e materiais e experiência mínima de cinco anos na área. Responsável por preservar e acondicionar objetos tridimensionais, como instrumentos e indumentárias, garantindo conservação preventiva e documentação técnica
21	Especialista de Acervo Audiovisual	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, Cinema e Audiovisual ou Comunicação Social, com especialização em preservação audiovisual e experiência mínima de cinco anos na área. Responsável por gerir acervos audiovisuais, realizando migração de mídias, preservação de formatos analógicos e digitais e atualização de sistemas de catalogação.
22	Especialista Acervo Textual e Partituras	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia ou Música, com especialização em gestão documental e preservação de documentos musicais e experiência mínima de cinco anos na área. Responsável por organizar e conservar acervos textuais e partituras, aplicando técnicas arquivísticas e normas museológicas para catalogação e preservação.

23	Bibliotecária (Acervo Bibliográfico)	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia, com ênfase em organização e preservação de acervos bibliográficos e experiência mínima de dois anos na área. Responsável por gerir acervo bibliográfico, realizando classificação, indexação e manutenção de sistemas de informação para garantir acesso e preservação.
24	Coordenador de Preservação e Conservação	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia e registro no Conselho de Classe correspondente, com pós-graduação nas áreas de Restauração e Conservação, Documentação, Ciência da Informação e experiência mínima de dez anos na área de conservação de acervos. Responsável por coordenar políticas e processos de preservação e conservação, garantindo gestão de riscos, conservação preventiva e aplicação de normas técnicas.
25	Assistente de Preservação e Conservação	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em Conservação e Restauro ou graduação em Museologia ou Arquivologia, com capacitação em manuseio e acondicionamento de suportes analógicos e experiência mínima de dois anos. Responsável por executar higienização, reparos simples e acondicionamento de materiais como papel, vidro, fitas e discos, assegurando preservação adequada.
26	Assistente de Preservação e Conservação	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso em Tecnologia da Informação, Ciência da Computação, Biblioteconomia com ênfase digital ou Arquivologia com especialização em preservação digital e experiência mínima de dois anos. Responsável por realizar migração de formatos, verificação de integridade e aplicação de protocolos digitais para garantir preservação de acervos digitais.
27	Coordenador de Pesquisa e Difusão	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Museologia, História ou Gestão Cultural, com especialização em Pesquisa Museológica e Mediação Cultural e experiência mínima de dez anos na área. Responsável por coordenar projetos de pesquisa e ações de difusão cultural, incluindo curadoria, mediação e desenvolvimento de conteúdos interpretativos.

28	Pesquisador Cultural	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em História, Ciências Sociais ou Museologia, com foco em Patrimônio Cultural e História da Cultura Popular e experiência mínima de dois anos. Responsável por realizar pesquisas sobre cultura popular e patrimônio, produzindo conteúdos interpretativos para exposições e publicações.
29	Pesquisador Acervo Institucional	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Arquivologia, Museologia ou Ciência da Informação, com capacitação em gestão documental institucional e experiência mínima de dois anos. Responsável por organizar e analisar arquivos administrativos e históricos do MIS, garantindo preservação e acesso às informações.
30	Assistente Banco de Dados	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciência da Informação, Biblioteconomia ou Tecnologia da Informação, com especialização em gestão de sistemas de acervos e experiência mínima de dois anos. Responsável por gerenciar bases de dados museológicas, assegurando atualização, preservação digital e segurança das informações.
31	Assistente de Atendimento ao Pesquisador	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Humanas, preferencialmente Museologia, História ou Comunicação, com experiência mínima de dois anos em atendimento ou pesquisa. Responsável por atender pesquisadores, fornecendo informações sobre acervos e orientando consultas, garantindo suporte às atividades de pesquisa.
32	Assistente de Atendimento ao Pesquisador	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com dois anos de experiência em organização administrativa ou produção cultural e apto a desenvolver sob supervisão, tarefas relativas à gestão administrativa e colaborar no apoio logístico necessário para o funcionamento das unidades do MIS RJ.
33	Secretária	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com conhecimentos em organização administrativa, gestão de agendas, redação oficial, ferramentas de escritório e informática, e apto a desenvolver sob supervisão, tarefas relativas à gestão

			administrativa e colaborar no apoio logístico necessário para o funcionamento das unidades do MIS RJ. Executar outras tarefas afins sob supervisão.
			Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Museologia, História, Produção Cultural, Arquivologia, Conservação e Restauro, Ciências Sociais ou Tecnologia da Informação, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Apoiar as equipes nas atividades de documentação, preservação e difusão do acervo, incluindo organização de informações, suporte em processos técnicos e auxílio em projetos sob supervisão.
4 Estagiários	EST		
Núcleo de Programação e Projetos Culturais			
34	Coordenador	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Humanas, preferencialmente Comunicação, Artes, Produção Cultural, Educação ou Museologia, com especialização ou pós-graduação em Gestão e Produção Cultural e experiência mínima de dez anos na área de gestão de programação e projetos culturais. Responsável por coordenar a concepção e execução da programação cultural do MIS, gerindo projetos, equipes e parcerias para garantir qualidade e alinhamento institucional.
35	Assistente	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Humanas, preferencialmente Comunicação, Artes, Produção Cultural, Educação ou Museologia, com experiência mínima de dois anos na elaboração de programações e projetos culturais. Responsável por apoiar a concepção de programas e projetos culturais, incluindo logística, cronogramas e suporte administrativo às ações do núcleo.
2 Estagiários	EST		Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Museologia, História, Produção Cultural ou Comunicação Social, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Auxiliar na concepção de programas e projetos culturais, realizando tarefas administrativas e apoio às equipes sob supervisão.

Núcleo Educativo e Públicos			
36	Coordenador	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Humanas, preferencialmente Educação, Pedagogia, Museologia, com especialização em Educação em Museus ou Patrimonial e/ou dez anos de experiência em educação em centros culturais e museus. Responsável por coordenar políticas e programas educativos, garantindo integração com os objetivos institucionais e estratégias de relacionamento com públicos.
37	Assistente Desenvolvimento de Públicos	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Educação ou Pedagogia, com experiência de dois anos em trabalhos educativos em centros culturais e museus. Responsável por apoiar na criação e execução de ações para ampliação e fidelização de públicos, contribuindo para análise de perfil e inclusão social.
38	Assistente de Comunidades e Territórios	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, com experiência de dois anos em trabalhos educativos em centros culturais e museus. Responsável por articular projetos com comunidades e territórios, promovendo diálogo e participação social, e desenvolver ações educativas que valorizem diversidade cultural.
39-50	12 Educadores/outros (Monitores)	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Educação, Pedagogia, Comunicação, História, Museologia ou Turismo, com experiência de dois anos em trabalhos educativos em centros culturais e museus. Responsável por realizar mediações educativas e visitas guiadas adaptadas a diferentes públicos, elaborando conteúdos que promovam compreensão crítica do acervo.
51	Assistente de Agendamento	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com dois anos de experiência em organização administrativa ou produção cultural. Responsável por agendamentos de visitas e atividades educativas, garantindo fluxo organizado e apoiando na logística e comunicação com escolas e grupos.

	6 Estagiários	EST	Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Educação, Pedagogia, Comunicação, História, Museologia, Turismo ou Educação Artística, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Auxiliar nas atividades educativas e na produção de materiais didáticos, apoiando na organização de eventos e atendimento aos públicos.
52-61	10 Orientadores de Público	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com dois anos de experiência em organização administrativa ou produção cultural. Responsável por orientar visitantes sobre normas, espaços e programação do MIS, apoiando na logística e funcionamento das áreas de circulação.
62-64	3 Assistente de Informações	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com dois anos de experiência em organização administrativa ou produção cultural. Responsável por fornecer informações sobre exposições, serviços e atividades do MIS, garantindo acolhimento e acessibilidade no atendimento ao público.
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
65	Diretor de Administração e Finanças	TNS 3	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração, Economia ou áreas correlatas, com pós-graduação em Gestão Pública, Finanças ou Planejamento Estratégico e experiência mínima de dez anos em gestão administrativa e financeira, preferencialmente em instituições culturais. Responsável por dirigir e integrar os núcleos de Infraestrutura e Operações, Compras e Gestão de Contratos, Tecnologia e Inovação, Finanças e Contabilidade, Recursos Humanos e Planejamento Estratégico, garantindo eficiência administrativa, conformidade legal e sustentabilidade financeira, bem como, por planejar e supervisionar políticas de gestão, assegurando transparência, controle orçamentário e alinhamento às diretrizes estratégicas do MIS.
Núcleo de Planejamento Estratégico, Acompanhamento de Indicadores e Metas e Prestação de Contas			

66	Coordenador	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração ou Economia, com especialização ou experiência mínima de cinco anos na área de planejamento, gestão de indicadores e prestação de contas. Responsável por coordenar processos de planejamento estratégico, monitoramento de metas e indicadores, assegurando conformidade com normas legais e transparência na prestação de contas.
67	Assistente	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração ou Economia, com experiência mínima de dois anos na área administrativa e de controle de indicadores. Responsável por apoiar na elaboração de relatórios, acompanhamento de metas e organização de dados para prestação de contas, garantindo precisão e atualização das informações.
Núcleo de Recursos Humanos			
68	Coordenador	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração, com pós-graduação ou experiência mínima de cinco anos em gestão de Recursos Humanos. Responsável por coordenar políticas e processos de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, seleção, capacitação, folha de pagamento e desenvolvimento organizacional, garantindo conformidade com normas legais e alinhamento às diretrizes institucionais.
69	Assistente	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com conhecimentos de informática e experiência em rotinas administrativas. Responsável por apoiar na execução de tarefas administrativas relacionadas à gestão de pessoal, organização de documentos e suporte às atividades de recrutamento e capacitação.
	2 Estagiários	EST	Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Administração, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação. Auxiliar nas rotinas administrativas do setor de Recursos Humanos, colaborando na organização de arquivos, atualização de dados e suporte às atividades de gestão de pessoas.

Núcleo de Finanças e Contabilidade			
70	Coordenador Contábil	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Contábeis, Administração ou Economia, com especialização em Administração Financeira e/ou experiência mínima de cinco anos em gestão financeira e contábil de centros culturais e museus. Responsável por coordenar processos de planejamento financeiro, execução orçamentária e gestão contábil, assegurando conformidade com normas legais e transparência na aplicação dos recursos.
71	Contador	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Contábeis, com registro no Conselho Regional de Contabilidade, com experiência mínima de dois anos na área contábil e financeira. Responsável por elaborar demonstrações contábeis, acompanhar lançamentos e conciliações, garantindo precisão e cumprimento das obrigações fiscais e legais.
72	Assistente Técnico	AT	Formação técnica em Contabilidade completa reconhecida pelo MEC, com experiência comprovada na área. Apoiar na execução de rotinas contábeis, organização de documentos e atualização de registros, assegurando controle e integridade das informações.
73	Tesoureiro	TNS 1	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração ou Economia, com experiência mínima de dois anos na área financeira. Responsável por controlar fluxo de caixa, realizar pagamentos e recebimentos, garantindo segurança e conformidade nos processos financeiros.
74	Assistente Técnico	AT	Formação técnica em Finanças completa reconhecida pelo MEC, com experiência comprovada na área. Apoiar na execução de rotinas financeiras, organização de documentos e atualização de registros, assegurando controle e integridade das informações.
	2 Estagiários	EST	Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Ciências Contábeis, Administração ou Economia, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo MEC. Auxiliar nas rotinas administrativas do setor financeiro e contábil, colaborando na organização de arquivos, atualização de dados e suporte às atividades de gestão orçamentária.

Núcleo de Tecnologia e Inovação		
75	Coordenador de TI	TNS 2
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação com especialização em Tecnologia da Informação, e experiência mínima de cinco anos na área de gestão de TI. Responsável por coordenar políticas e processos de tecnologia e inovação, garantindo infraestrutura segura, suporte aos sistemas institucionais e implementação de soluções digitais alinhadas às estratégias do MIS.		
76	Assistente	TNS 1
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Tecnologia da Informação, Ciência da Computação ou áreas correlatas, com experiência mínima de dois anos em suporte técnico e gestão de sistemas. Responsável por apoiar na manutenção de sistemas, redes e equipamentos, assegurando funcionamento contínuo e suporte aos usuários internos.		
77-78	2 Assistentes	ANM
Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com conhecimentos de informática e experiência em rotinas administrativas. Responsável por auxiliar na execução de tarefas de suporte técnico básico, organização de equipamentos e apoio logístico para funcionamento das unidades do MIS.		
Núcleo de Compras e Gestão de Contratos		
79	Supervisor	TNS 1
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração ou áreas correlatas, com experiência mínima de dois anos em processos de compras, gestão de contratos e controle administrativo. Responsável por supervisionar processos de aquisição de bens e serviços, gestão de contratos e cumprimento das normas legais, garantindo transparência e eficiência nas operações.		
80	Assistente	ANM
Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com conhecimentos de informática e experiência em rotinas administrativas. Responsável por apoiar na execução de tarefas administrativas relacionadas a compras e contratos, organização de documentos e suporte logístico, executando outras atividades afins sob supervisão.		

	Estagiário	EST	Estudante regularmente matriculado em curso de graduação em Administração, a partir do 4º período, em instituição reconhecida pelo MEC. Auxiliar nas rotinas administrativas do setor de compras e contratos, colaborando na organização de arquivos, atualização de dados e suporte às atividades de gestão documental.
Núcleo de Infraestrutura e Operações			
81	Coordenador	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração ou Engenharia com especialização ou experiência mínima de cinco anos em logística e gestão de manutenção. Responsável por coordenar processos de infraestrutura, manutenção predial e logística, garantindo funcionamento adequado das unidades do MIS e segurança operacional.
82	Chefe de Bilheteria	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com dois anos de experiências em com dois anos de experiência em organização administrativa ou produção cultural, com conhecimentos de informática. Responsável por supervisionar operações de bilheteria, controle de ingressos e atendimento ao público, assegurando eficiência e conformidade com procedimentos internos.
83-88	6 Bilheteiros	ANM	Formação de Nível Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com conhecimentos de informática e experiência em atendimento. Responsável por realizar venda e controle de ingressos, atendimento ao público e apoio às rotinas administrativas da bilheteria.
89	Supervisor de Manutenção e Serviços Gerais	TNS 2	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração ou Engenharia, com especialização em gestão de manutenção ou áreas correlatas, e experiência mínima de cinco anos. Responsável por planejar e supervisionar serviços de manutenção predial, elétrica, hidráulica e segurança, garantindo funcionamento contínuo das instalações.

90-91	2 Assistentes Técnicos	AT	Formação técnica de Nível Médio completo em instituição reconhecida pelo MEC, com experiência em eletricidade, pintura, hidráulica e segurança. Responsável por executar serviços de manutenção preventiva e corretiva, assegurando conservação das instalações e equipamentos.
92-93	2 Auxiliares	ANM	Formação de Nível Fundamental ou Médio completo em instituição de ensino regularmente reconhecida pelo Ministério da Educação, com experiência em serviços gerais e manutenção predial. Responsável por apoiar nas atividades de manutenção, limpeza e organização dos espaços, garantindo suporte às operações do MIS.

Notas:

- TNS 3 – Técnico de Nível Superior Sênior – 10 anos de experiência
- TNS 2 – Técnico de Nível Superior Pleno – 5 anos de experiência
- TNS 1 – Técnico de Nível Superior Junior – 2 anos de experiência
- ANM – Assistente de Nível Médio
- AT – Apoio Técnico (Nível Médio Técnico)
- EST - Estagiário